



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

DENISIA ARAUJO CHAGAS TAVARES

**DESCONCENTRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL E A CADEIA
TÊXTIL NO NORDESTE DO BRASIL PÓS-1990**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA ÁREA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPAÇO E
MEIO AMBIENTE.**

PROFA. DRA. ANA LUCIA GONÇALVES DA SILVA – ORIENTADORA

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR DENISIA ARAUJO CHAGAS
TAVARES E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. ANA LUCIA
GONÇALVES DA SILVA.**

CAMPINAS, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

	Tavares, Denisia Araujo Chagas, 1976-
T197d	Desconcentração produtiva regional e a cadeia têxtil no nordeste do Brasil pós-1990/ Denisia Araujo Chagas Tavares. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.
	Orientador: Ana Lucia Gonçalves da Silva. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Economia regional. 2. Indústria têxtil. 3. Vestuário – Indústria. 4. Brasil, Nordeste. I. Silva, Ana Lucia Gonçalves da, 1955- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
11-056-BIE	

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Regional decentralization of production and the textile chain in northeast Brazil post 1990

Palavras-chave em inglês:

Regional economics
Textile industry
Clothing and dress industry
Brazil, Northeast

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Ana Lucia Gonçalves da Silva
Célio Hiratuka
Claudio Schuller Maciel
Marisa dos Reis Azevedo Botelho
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Data da defesa: 15-09-2011

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

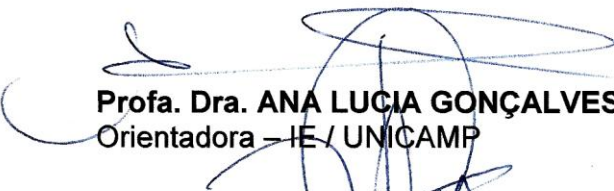
Tese de Doutorado

Aluna: DENISIA ARAUJO CHAGAS TAVARES

“Desconcentração Produtiva Regional e a Cadeia Têxtil no Nordeste do Brasil Pós-1990”

Defendida em 15 / 09 / 2011

COMISSÃO JULGADORA



Profa. Dra. ANA LUCIA GONÇALVES DA SILVA
Orientadora – IE / UNICAMP

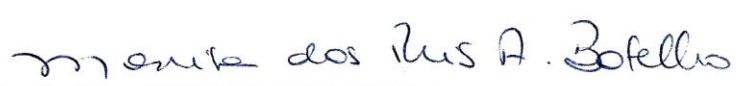
Prof. Dr. CELIO HIRATUKA
IE / UNICAMP



Prof. Dr. CLAUDIO SCHULLER MACIEL
IE / UNICAMP



Prof. Dr. RICARDO OLIVEIRA LACERDA DE MELO
UFS



Profa. Dra. MARISA DOS REIS AZEVEDO BOTELHO
UFU

*À minha mãe,
com amor e gratidão.*

*Ao meu bebê,
como prova de amor.*

Agradecimentos

Obrigada Deus por criar oportunidades e me proteger, sempre me guiando pelo caminho certo.

Agradeço à minha família por me apoiar, torcer e vibrar pelo meu sucesso. Nesses últimos anos a mudança para Campinas foi difícil para mim e para todos vocês. Minha mãe, minha referência de vida, como doeu ficar longe de você, mas com o seu apoio alcançamos mais uma vitória. Minhas irmãs expressavam muito amor nas minhas idas e vindas, obrigada por cada festa, homenagem, bilhete, despedida emocionada. Sempre levei na minha jornada o amor de cada uma de vocês. Meu irmão, que pena que você não está mais entre nós, queria compartilhar esse momento com você. Os meus sobrinhos, obrigada por tornarem a minha vida mais feliz.

Marco, acho que sem você não estaria concluindo o doutorado. Você foi meu escudo, apoio emocional, companheiro fiel, nosso contato diário dava a impressão de que eu nunca estava sozinha. E agora, você me deu o melhor de todos os presentes, o nosso bebê, que desde a concepção tem sido uma fonte de benções, impressionante como minha vida melhorou ainda mais nas últimas semanas. Agora sou plena.

Profa. Ana Lucia, minha orientadora amada, amiga, sem sua ajuda não teria concluído esta tese. Devo-lhe gratidão eterna por tudo que você fez por mim. Desde o início do doutorado você me acolheu, com competência e profissionalismo inexorável, sempre estive disponível e disposta a contribuir para o meu crescimento intelectual e profissional. Levo sua referência profissional para o exercício da docência. Além do lado profissional, admiro-lhe enquanto pessoa, você transmite paz para os que estão próximos. Foi um prazer conviver com você.

Minhas amigas-irmãs, Denise, Ruth, Danielle e Rivanete. Muito obrigada por tê-las sempre por perto. Denise e Ruth acompanham-me desde sempre, amigas fieis, sempre

dispostas a ajudar. Danielle, nossas longas conversas telefônicas me renovavam, obrigada pela amizade e conselhos. Rivanete, sua amizade e companhia me fazem tão bem que nem busco explicação.

Meus amigos que fiz em Campinas, Diogo e Carol, vocês foram a família que escolhi em Campinas. Vivi com vocês os momentos mais felizes dessa etapa. Saudades para sempre.

Meus colegas da UFS, Cid teve imensa contribuição para que eu lograsse êxito na seleção do doutorado. Nilton, Renata e Nara, obrigada pelo companheirismo.

Meus colegas da Unicamp, Daniel, Rafael, Carol, Josiane e Adalberto, obrigada pela companhia, conversas agradáveis. Daniel, ajudou-me na escolha dos melhores indicadores para utilizar na tese, sem falar das dicas metodológicas da PIA, indicações de leitura, obrigada pela ajuda.

Meus professores da Unicamp, foi uma honra assistir cada aula, palestra, debate. Graças a vocês amadureci intelectualmente e sinto-me uma economista realizada. Prof. Carlos Etulain, foi um prazer o exercício do PED; depois dessa experiência tive a certeza de ter escolhido o caminho certo. Agradeço aos professores da banca da qualificação, Prof. Cláudio Maciel pela leitura cuidadosa do meu projeto, apontando uma série de erros e lacunas, o que certamente ajudou a melhorar a qualidade do meu trabalho. Prof. Célio Hiratuka é o responsável por indicar o fio condutor da minha tese.

Meus professores do Departamento de Economia da UFS, que me acompanham desde o início da minha história acadêmica. Sempre me ajudaram com indicações de leitura, revisões dos projetos de pós, além das oportunidades profissionais que foram criadas graças a vocês. Prof. Ricardo Lacerda, devo-lhe muito o meu sucesso acadêmico. Sempre foi um privilégio tê-lo como orientador nos outros trabalhos. O senhor é uma referência boa que tenho da UFS, admiro sua maturidade intelectual e profissional. Obrigada por participar de mais uma banca. Aproveito para estender meu

agradecimento à Profa. Marisa Botelho da UFU, que também aceitou compor minha banca.

Enfim, na minha trajetória acadêmica recebi a ajuda de várias pessoas, perdi o contato com algumas delas, mas a contribuição de todos foi preciosa para o meu sucesso. Muito obrigada!

O Nordeste é viável, gente!

Tânia Bacelar (2010)

Resumo

Esta tese procura analisar os impactos da abertura comercial, da reestruturação produtiva, da guerra fiscal e do recente dinamismo do mercado interno sobre a cadeia produtiva têxtil e o consequente processo de realocização das empresas dessa cadeia para o Nordeste brasileiro, além do movimento de expansão dessas empresas. A cadeia têxtil nordestina, inicialmente, foi beneficiada pela adoção de políticas estaduais de incentivos fiscais e creditícios por parte dos Estados nordestinos, bem como por outras condições vantajosas relativas a custo de produção, como salário e condições de infraestrutura local, resultando no fenômeno da realocização produtiva de empresas dos Estados mais avançados do país, sobretudo, para a região Nordeste nos anos 1990. Posteriormente, o movimento da cadeia foi menos intenso, passando a se destacar a expansão de micro e pequenas empresas no Nordeste durante a década de 2000. O recente ciclo virtuoso da produção, emprego, renda, consumo e investimento ocorrido no Brasil beneficiou esse último movimento da cadeia têxtil nordestina. A região passou a constituir oportunidades de novos nichos de investimento, com o aumento de consumo dos estratos inferiores de renda, já que os setores têxtil e de confecção têm o mercado interno como seu principal *locus* de acumulação de capital. Diante desse contexto, a cadeia têxtil nordestina vem avançando em variáveis tais como unidades produtivas, pessoal ocupado, produtividade e até alguma melhora nas exportações.

Palavras-chave: Economia regional; Indústria têxtil; Vestuário - indústria; Brasil, Nordeste.

Abstract

The objective of this thesis is to analyze the impact of trade liberalization, the restructuring of production, the tax war, and the recent dynamism of the internal market of the textile production chain and the consequent process of relocation of companies in this chain to the Northeast of Brazil, and the expansion of these companies. The northeast textile chain initially benefited from the adoption of state policies of fiscal and credit incentives on the part of the northeastern states, as well as other advantageous conditions relating to production costs, such as wages and the conditions of local infrastructure, this resulted in the phenomenon of relocation of production companies from more advanced states in the country to especially the Northeast from the 1990s. Later, the movement of the chain was less intense, going on to highlight the expansion of micro and small businesses in the Northeast during the 2000s. The recent virtuous cycle of production, employment, income, consumption and investment that occurred in Brazil benefited this last movement of the textile chain in the Northeast. The region began to create niche opportunities for new investments, with increased consumption by the lower income strata, since the textile and clothing sector's internal market is their primary locus of capital accumulation. As a result, the northeastern textile chain is advancing variables such as establishments, workforce, productivity and even some improvement in exports.

Keywords: Regional economics; textile industry; clothing and dress industry; Brazil, Northeast.

Listas

Lista de Tabelas

1.1-	Nordeste: População (2010)	27
1.2-	Brasil e Nordeste: Estoque de Empregos Formais (2000-2009)	32
1.3-	Brasil e Nordeste: Total de Empregos Formais, por Setor (2010)	35
1.4-	Brasil: Produto Interno Bruto a Preços Correntes, por Região (1999-2008)	36
1.5-	Nordeste: Informações Industriais, por Estado (2008)	49
2.1-	Brasil e China: Participação nas Importações de Têxtil e Vestuário do Nafta (2000 e 2006)	60
2.2-	Brasil: Coeficientes de Exportação e Penetração de Importados da Cadeia Têxtil (1990-1996)	61
2.3-	Brasil: Taxa de Inovação, por Atividades Seleccionadas (2001, 2003, 2005, 2006 e 2008)	66
2.4-	Brasil: Produção da Cadeia Têxtil, por Setor (1990, 1995, 2000, 2002-2005)	67
2.5-	Regiões e Estados Seleccionados: Ganhos ou Perdas de Participação no VTI Nacional dos Setores Têxtil e Vestuário (1985, 1996, 2004)	71
2.6-	Brasil: Participação das Regiões na Produção de Têxteis, por Setor (1995, 1999, 2003 e 2007)	73
2.7-	Brasil: Participação das Regiões na Produção de Têxteis, por Segmento (1990, 1995, 1999 e 2005)	74
2.8-	Ceará: Relação entre Investimento Incentivado e VTI, por Setor (1996-2002)	77
2.9-	Bahia: Informações sobre os Programas de Atração de Investimentos, por Setor (2000-2005)	78
2.10-	Brasil: Desembolsos do Sistema BNDES para a Cadeia Têxtil por Região (1990-2000)	87

2.11-	Nordeste, Sudeste e Sul: Síntese dos Principais Dados da Cadeia Têxtil (1990, 2000, 2007)	91
2.12-	Brasil: Canais de Distribuição da Produção, por segmento (1990-2005) .	95
3.1-	Regiões: Participação das Unidades Locais Instaladas no Brasil, por Porte e Setor (1996-2006)	104
3.2-	Brasil e Regiões: Participação do Pessoal Ocupado no Brasil, por Porte e Setor (1996-2006)	116
3.3-	Brasil: Adensamento da Cadeia Têxtil, por Setor e Região (1996-2007)	121
3.4-	Nordeste: Adensamento da Cadeia Têxtil, por Setor e Estado (1996-2007)	122
3.5-	Brasil: Produtividade da Cadeia Têxtil, por Setor e Região (1996-2007)	125
3.6-	Nordeste: Produtividade da Cadeia Têxtil, por Setor e Estado (1996-2007)	127
3.7-	Brasil: Salário Anual Médio da Cadeia Têxtil, por Setor e Região (1996-2007)	131
3.8-	Nordeste: Salário Anual Médio da Cadeia Têxtil, por Setor e Estado (1996-2007)	133

Lista de Gráficos

1.1-	Brasil e Nordeste: Remuneração Média (2010)	28
1.2-	Brasil: Índice de Gini, por Região (2007-2009)	29
1.3-	Brasil: Índice de Desenvolvimento Humano, por Região (2005-2007)	30
1.4-	Nordeste: Índice de Desenvolvimento Humano, por Estado (2008)	31
1.5-	Brasil e Nordeste: Índice de Crescimento Acumulado do Total de Emprego Formal (2000-2009)	33
1.6-	Brasil e Nordeste: Variação Anual do Total de Emprego Formal (2001-2009)	34
1.7-	Nordeste: Produto Interno Bruto, por Estado (2008)	37
1.8-	Nordeste: Produto Interno Bruto <i>Per Capita</i> , por Estado (2008)	38

1.9-	Nordeste: Exportação, Importação e Saldo Comercial (2000-2009)	39
1.10-	Nordeste: Proporção de Exportação, Importação e Saldo Comercial no PIB (2000-2009)	40
1.11-	Nordeste: Participação nas Exportações e Importações, por Estado (2010)	41
1.12-	Nordeste: Pauta de Exportações, por Fator Agregado (2000-2009)	43
1.13-	Nordeste: Pauta de Importações, por Fator Agregado (2000-2009)	45
2.1-	Mundo: Comércio Internacional da Cadeia Têxtil (1990, 1995, 1998-2006)	56
2.2-	Brasil e China: Participação do Setor Têxtil e Vestuário nas Importações da Aladi (2006)	59
2.3-	Brasil: Exportação, Importação e Saldo Comercial de Artigos Têxteis (1996, 2000, 2005-2010)	63
2.4-	Brasil: Rendimento Médio Mensal Real de Todos os Trabalhadores, por Região (2009)	69
2.5-	Brasil: Exportação de Artigos Têxteis, por Região (1996, 2000, 2005-2010)	80
2.6-	Brasil: Participação na Exportação de Artigos Têxteis, por Região (2010)	82
2.7-	Brasil: Importação de Artigos Têxteis, por Região (1996, 2000, 2005-2010)	83
2.8-	Brasil: Participação na Importação de Artigos Têxteis, por Região (2010)	84
2.9-	Brasil: Balança Comercial de Artigos Têxteis, por Região (1996, 2000, 2005-2010)	85
2.10-	Nordeste, Sudeste e Sul: Participação nos Desembolsos do Sistema BNDES para a Cadeia Têxtil (1994-2000)	88
2.11-	Brasil: Participação nos Desembolsos do Sistema BNDES para a Cadeia Têxtil, por Região (2000-2008)	89
2.12-	Nordeste, Sudeste e Sul: Síntese dos Principais Dados da Cadeia Têxtil (1990, 2000, 2007)	93
2.13-	Brasil: Consumo de Confecção (1990, 1995, 1998, 2000-2007)	96
2.14-	Brasil: Variação de Compras de Confecção em Relação ao Consumo Nacional, por Região (2000 e 2006)	97

Lista de Figura

2.1- Estrutura da Cadeia Produtiva Têxtil	54
---	----

Sumário

Introdução	1
1. Desconcentração Produtiva, Guerra Fiscal e a Indústria do Brasil e Nordeste pós-1970	5
1.1. Desconcentração Produtiva e a Indústria Brasileira	5
1.2. Algumas Reflexões sobre a Guerra Fiscal no Brasil	14
1.3. Considerações sobre a Economia do Nordeste Brasileiro	24
1.3.1. Economia do Nordeste	26
1.3.2. Estrutura Industrial Nordestina	46
2. A Cadeia Têxtil do Brasil pós-1990	53
2.1. Os Elos da Cadeia Têxtil	53
2.2. A Competição Global na Cadeia Têxtil	56
2.2.1. A Intensa Concorrência da Cadeia Têxtil Chinesa	57
2.2.2. A Fraca Competitividade Externa da Cadeia Têxtil do Brasil	61
2.3. A Importância Socioeconômica da Cadeia Têxtil do Brasil	65
2.4. Relocalização e Expansão da Cadeia Têxtil para o Nordeste Brasileiro .	68
2.4.1. Ganhos e Perdas de Participação no VTI Nacional	70
2.4.2. Produção Têxtil Regional	72
2.4.3. Polos Regionais de Produção Têxtil	75
2.4.4. Alguns Resultados de Políticas de Atração de Investimentos Têxteis e de Confecção	76
2.4.5. Distribuição Regional do Comércio Exterior de Artigos Têxteis	79
2.4.6. Apoio Financeiro do BNDES	86
2.4.7. Síntese dos principais dados levantados	90
2.5. A Relevância do Mercado Interno	94

3. A Evolução dos Setores Têxtil e de Confeção nas Regiões Brasileiras e nos Estados Nordestinos (1996-2007)	99
3.1. Total de Unidade Locais por Porte	100
3.2. Pessoal Ocupado por Porte	111
3.3. Adensamento da Cadeia Produtiva Têxtil e seu Nível de Produtividade .	119
3.3.1. Adensamento da Cadeia	120
3.3.2. Nível de Produtividade	124
3.4. Salário Anual Médio	129
 Conclusão	 137
 Referências Bibliográficas	 147
 Apêndice A - Estatístico	 155

Introdução

Durante a década de 1970, verificam-se transformações importantes no desenvolvimento regional brasileiro. Pela primeira vez, após muitas décadas de grande concentração regional do produto e da renda, iniciou-se uma fase de relativa desconcentração das atividades, com o crescimento das regiões periféricas acima da média nacional.

Na década de 1980, o Estado brasileiro entrou em profunda crise econômica, paralisando o volume de investimentos que eram destinados às regiões menos desenvolvidas do país. Mesmo assim, até 1985, a região Nordeste ainda apresenta índices de crescimento do produto relativamente elevados, como resultado da maturação de investimentos associados ao II PND, de medidas de estímulo ao setor exportador e do processo de ampliação da fronteira agropecuária.

A economia nacional foi exposta a uma maior competição internacional nos anos 1990 em condições muito desfavoráveis (elevadas taxas de juros e câmbio valorizado). Na ausência de uma política econômica nacional de desenvolvimento regional que promovesse o crescimento das regiões deprimidas, observou-se uma verdadeira guerra inter-regional para a atração de empresas, com o propósito de contrabalançar os efeitos negativos da abertura comercial e da falta de investimentos estimulados pelo governo federal.

A cadeia têxtil foi muito afetada pelo processo de abertura comercial do Brasil, embora não tenha sido a única. A abertura abrupta do mercado interno obrigou as empresas de diversos segmentos industriais a promoverem uma reestruturação produtiva, fragilizando alguns dos complexos industriais importantes, com desmembramento de algumas cadeias produtivas e aumento na importação de insumos e componentes. Nos anos 1990, verificou-se, também, o deslocamento da produção de alguns desses setores para as regiões menos desenvolvidas.

O propósito da presente pesquisa é o de examinar as principais mudanças ocorridas na cadeia têxtil brasileira a partir de 1990, marcada pelo enfraquecimento das políticas de desenvolvimento regional, pelo aumento da guerra fiscal, pela reestruturação produtiva que alterou os padrões locacionais de investimento e pelo recente aquecimento do mercado interno do Brasil, já que esse mercado é o seu *locus* de acumulação de capital.

Nesse ambiente de transformações, uma parcela significativa dos novos investimentos na cadeia têxtil direcionou-se para a região Nordeste. Diante desse contexto, questiona-se: Por que a cadeia produtiva têxtil se realocalizou no Nordeste do Brasil a partir da década de 1990?

A hipótese deste trabalho é que o processo de realocização das médias e grandes empresas da cadeia produtiva têxtil em direção ao Nordeste durante a década de 1990 é marcado pela busca da redução dos custos de produção, principalmente relativos à mão-de-obra, pela existência de incentivos fiscais, creditícios e de infraestrutura promovidos pelos Estados nordestinos. Na década de 2000, ocorreu um movimento menos intenso, com expansão das micro e pequenas empresas dos setores têxtil e de confecção do Nordeste, cujas dinâmicas se alteram e passam a ser dependentes, sobretudo, do dinamismo recente do mercado interno.

Para analisar o problema proposto foi realizada revisão da literatura acerca do processo de desconcentração produtiva iniciado na década de 1970, estendendo a análise a um breve panorama das mudanças da economia brasileira na década de 1980, bem como ao processo de abertura comercial, reestruturação produtiva e guerra fiscal, que caracterizou o país a partir dos anos 1990.

Adicionalmente, realizou-se levantamento de informações em fontes secundárias, visando analisar a trajetória da cadeia têxtil nas regiões brasileiras a partir da década de 1990: dados do IBGE, referentes ao quantitativo de unidades produtivas e pessoal ocupado levantados pelo Cadastro Central de Empresas (Cempre), além do cálculo do nível de adensamento e produtividade, a partir de informações industriais das

Pesquisas Industriais Anuais (PIA); volumes de exportações e importações para as regiões, através da Série Anual de Exportações Estaduais (FUCEX/SECEX); além de outras publicações e documentos de instituições cujas informações regionalizadas foram aplicadas ao objeto de estudo, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Além desta introdução, esta tese está estruturada em três capítulos centrais, um de conclusão e um apêndice estatístico. No primeiro capítulo, abordou-se o processo de desconcentração produtiva iniciado nos anos de 1970, as mudanças ocorridas na economia brasileira na década de 1980, bem como o processo de abertura comercial, reestruturação produtiva e guerra fiscal, a partir dos anos 1990. Também apresenta um panorama da economia e da estrutura industrial da região Nordeste.

No segundo capítulo, foi realizada análise sobre a cadeia têxtil do Brasil pós-1990, apresentando suas idiossincrasias. Para tanto foram apresentados seus elos, discutida a acirrada competição global que a cadeia enfrenta, destacada sua relevância socioeconômica, bem como caracterizado o processo de realocação para o Nordeste Brasileiro e enfatizada a importância do mercado interno como *locus* privilegiado de acumulação da cadeia têxtil.

A evolução dos setores têxtil e de confecção das regiões brasileiras e dos Estados nordestinos foi analisada no terceiro capítulo, a partir de dados do IBGE, como o porte dos estabelecimentos, pessoal ocupado, nível de adensamento da cadeia, produtividade e remuneração média.

Por fim, na conclusão foram apresentados os principais resultados desta tese, reunindo os fatores que influenciaram o processo de realocação da cadeia têxtil para o Nordeste na década de 1990, bem como o movimento de expansão de empresas dos setores têxtil e de confecção nordestinos durante os anos 2000.

Capítulo I

Desconcentração Produtiva, Guerra Fiscal e a Indústria do Brasil e Nordeste pós-1970

1.1. Desconcentração Produtiva e a Indústria Brasileira

Até 1930, a economia brasileira era relativamente pouco integrada em termos nacionais. Cada uma das regiões geográficas apresentava trajetória e história econômica específica, o que determinava o nível de desenvolvimento e de especialização das estruturas produtivas de cada região (CANO, 1997).

No longo período de 1930 a 1970, o crescimento da produção brasileira concentrava-se na região Sudeste (especificamente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro), embora as demais regiões também apresentassem taxas de expansão expressivas, mas menores que a do Sudeste¹.

O governo federal através dos programas de substituição de importações das décadas de 1950 a 1970 articulou uma política descentralizadora dos investimentos em capital social básico e incentivos fiscais para as regiões menos desenvolvidas, o que viabilizou a expansão das fronteiras agrícola e mineral, mas foi na década de 1970 que se observou um processo de relativa desconcentração econômica regional, resultado

¹ Se observarmos a produção da indústria manufatureira, a participação de São Paulo passa de 40,7% para 58,2% do total nacional entre 1939 e 1970, resultado de uma taxa média anual de 9,3% para São Paulo vis-à-vis 8,1% para Brasil e 6,9% para Brasil-SP. Mesmo o Nordeste, a região que mais perdeu participação relativa, obteve a elevada taxa média de 5,9% (CANO, 1998).

de expressivas taxas de crescimento do PIB em todas as regiões brasileiras, com o Sudeste crescendo ligeiramente abaixo².

Durante a industrialização acelerada que ocorreu entre o pós-guerra e o final dos anos 1970, prevaleciam o desenvolvimentismo nacionalista e o intervencionismo estatal, que combinavam as forças políticas e os interesses econômicos do projeto industrializante. Nesse contexto, ocorreram dois planos de governo relevantes: o Plano de Metas do governo Kubitschek e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do período da ditadura.

As metas eram estabelecidas por motivos relacionados a problemas de balanço de pagamentos: substituição de importações e, nos anos 1970, também ampliação de exportações de manufaturados. A política industrial buscava, nesse sentido, completar setores como metalmeccânica e química. Pretendia, também, desenvolver a infraestrutura econômica: energia, transportes e telecomunicações, organizando o poder econômico em torno do conhecido tripé: Estado (infraestrutura e indústrias de base), capital estrangeiro (indústrias dinâmicas) e capital nacional (indústrias tradicionais e segmentos das dinâmicas), segundo expõem Suzigan e Furtado (2006).

O financiamento externo foi um aspecto importante. Houve escassez interna para investimentos de longo prazo de maturação, a exemplo de infraestrutura, o que foi solucionado através do financiamento externo. As operações de repasse de recursos em moeda estrangeira, pelo sistema financeiro doméstico, contribuíram para o aumento do endividamento externo do país. Os bancos brasileiros também obtiveram financiamento externo de modo substancial.

Enquanto o país tinha que tomar novos empréstimos para fechar suas contas externas, os agentes privados faziam o oposto. O setor público (níveis federal e estadual, empresas e bancos públicos) se endividou motivado pela política econômica

² Entre 1970 e 1980, a taxa média anual do PIB foi de 8,7% para o Brasil e 8,2% para São Paulo (CANO, 1997).

para fazer frente à reação privada contrária. De maneira muito rápida, o setor público tornou-se responsável pelos novos fluxos de empréstimos e pelo estoque antigo, em um processo designado “estatização da dívida externa”³. Nesse contexto, os empréstimos diretos das empresas estrangeiras até 1978 e as captações das empresas públicas, principalmente a partir de 1976, foram os principais determinantes do processo de endividamento externo brasileiro (BELLUZZO e ALMEIDA, 1992).

Em termos regionais, nos anos 1970, quando a industrialização avança engendrando novos setores, a periferia do país foi receptora da maior parte dos investimentos do II PND, por causa de sua base de recursos naturais, assim como motivada pelas políticas públicas (CANO, 1988). Contudo, a maior parte desses investimentos, concentrada fora do eixo São Paulo e Rio de Janeiro, só maturou plenamente na primeira metade da década de 1980, o que prolongou seus efeitos de crescimento à periferia nacional durante o período de crise (CANO, 2008).

No primeiro momento do crescimento regional, as economias de aglomeração intra-urbanas geraram retornos crescentes de escala na região de São Paulo, ocasionando a polarização do desenvolvimento nesse espaço. Ao longo do tempo, esse processo de concentração criou excessiva aglomeração de atividades nessa região polo, ampliando o custo intra-urbano (preço da terra urbana, mão-de-obra, custo de transporte etc.). Esse contexto implicou movimento de dispersão, o que determinou a nova direção do desenvolvimento regional (LEMOS e CUNHA, 1996).

A dispersão espacial das atividades passou a ser determinada pela capacidade de atração de investimentos pelas regiões que apresentassem os menores custos de localização, ou por aquelas que estivessem geograficamente mais próximas aos polos de crescimento. Assim, a desconcentração produtiva regional beneficiou o interior do Estado de São Paulo, próximo à região metropolitana, e as regiões menos

³ Carneiro (2002); Belluzzo e Almeida (1992) discorrem sobre os problemas financeiros do setor público nesse período.

desenvolvidas do país, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, que apresentavam baixos custos de produção.

A despeito do esforço do Estado brasileiro para viabilizar a desconcentração econômica, Lemos e Cunha (1996) ressaltam que a dispersão espacial das atividades industriais limitou-se em grande parte às áreas próximas à Região Metropolitana de São Paulo, incluindo cidades localizadas nos principais eixos do Sul e Sudeste.

No Brasil, em suma, diversos fatores contribuíram para a desconcentração produtiva verificada na década de 1970 e início dos anos 1980, tais como o deslocamento das fronteiras agrícolas e minerais; o processo de integração produtiva do mercado nacional, fortalecido pela construção de infraestrutura de transporte e de comunicação; o surgimento de deseconomias de aglomeração e pressões ambientais nas áreas mais industrializadas; as políticas de desenvolvimento regional, com incentivos fiscais, financeiros e cambiais e os investimentos do setor produtivo estatal (PACHECO, 1996).

A política industrial e de crescimento do Brasil confundiram-se durante meio século e obtiveram êxito, no que tange à constituição do sistema industrial diversificado e integrado, quase completo em termos dos seus componentes, implicando elevadas taxas de crescimento do PIB, da renda e do emprego (CANO e SILVA, 2010). A crise da dívida dos anos 1980 e a adoção da política de estabilização e da estratégia de desenvolvimento de corte neoliberal nos anos 90 interromperam esse processo⁴.

A década de 1980 foi marcada pela crise do modelo de desenvolvimento, com processos inflacionários profundos, crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, pela paralisia do investimento industrial, pela transferência de recursos reais ao exterior para servir a dívida externa, que contribuíram para a desaceleração da economia

⁴ Nesse período, ocorreram apenas alguns esforços isolados no sentido de promover a indústria nacional, que estão sintetizados em Cano e Silva (2010).

brasileira como um todo. Foram dez anos de tentativas de ajustamentos ortodoxo e heterodoxo⁵.

No contexto internacional, com a violenta subida da taxa de juros interna dos Estados Unidos em 1979 diversas grandes empresas e alguns bancos americanos faliram. Dada a dolarização generalizada do sistema de crédito, a maioria dos países foi forçada a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávits comerciais crescentes, o que permitia contrabalançar o déficit global dos Estados Unidos. Essas políticas, por sua vez, esterilizaram o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e transformaram os déficits públicos em déficits financeiros estruturais, verdadeiros entraves para uma política de reativação econômica de corte keynesiano (TAVARES, 1997).

Se até meados da década de 1980, pode-se dizer que houve um processo de desconcentração regional, em que o Nordeste pôde aumentar sua participação no produto nacional, embora esse desempenho tenha se dado em um ambiente de grande instabilidade da economia brasileira, na década de 1990 este processo não é tão nítido, havendo, inclusive, autores que defendem um movimento de inflexão da desconcentração e até mesmo uma aparente reconcentração.

Com a crise da dívida, observou-se um esgotamento dos modelos de desenvolvimento baseados na substituição de importações e um redirecionamento da economia brasileira, como consequência da mudança do regime comercial, no início dos anos 1990.

Uma componente da política industrial efetivamente implementada foi a liberalização do comércio exterior, combinada com posterior sobrevalorização do Real, maior abertura ao investimento direto estrangeiro e retirada do Estado como agente do

⁵ Considerada como a “década perdida”, os anos 1980 apresentaram crescimento médio do PIB medíocre, tanto para o Brasil (2,2% a.a.) como para São Paulo (1,5% a.a.), dando ao processo de desconcentração regional do período um caráter “espúrio”, resultado de baixas taxas de crescimento em geral mas em especial de São Paulo (CANO, 2008).

desenvolvimento industrial. Iniciou-se amplo processo de privatizações de indústrias e de infraestrutura.

Esse ambiente submeteu a indústria, enfraquecida por muitos anos de estagnação, à concorrência predatória de importações e investimentos estrangeiros, de modo que implicou fortes processos de desnacionalização, baixo dinamismo da indústria, desemprego crescente e enfraquecimento dos sindicatos trabalhistas. Vale assinalar que o aumento substancial de produtos importados (bens finais e insumos para a indústria de transformação) provocou impactos consideráveis sobre a estrutura industrial brasileira, de modo que obrigou as empresas a reestruturarem o seu processo produtivo.

Essa reestruturação, por sua vez, pode ser caracterizada pelo enxugamento das estruturas operacionais, aumento da produtividade via redução de pessoal, maior eficiência do processo produtivo, terceirização de atividades e especialização da produção. As estruturas das indústrias reduziram com a desarticulação de cadeias produtivas, sobretudo em eletrônica, bens de capital e química/farmacêutica, e com a desativação de segmentos de alta tecnologia. Diante disso, a indústria de transformação diminuiu sua participação no PIB.

Esse processo de ajuste microeconômico realizado com o fim de evitar o fechamento de plantas industriais incorreu em medidas que contribuíram para o aumento dos históricos estrangulamentos ao crescimento de longo prazo com mudança estrutural. Já que, por um lado, o aumento da importação de bens intermediários com o intuito de ampliar a eficiência microeconômica, notadamente nos setores de maior intensidade tecnológica, contribuiu para a queda do superávit comercial, que consiste em relevante e sustentável fonte de financiamento do Balanço de Pagamentos. Por outro lado, as maiores importações de bens intermediários implicaram queda relativa do comércio intra e inter-regional, reduzindo os laços de complementaridade regional existentes anteriormente (SAMPAIO, 2011).

Ademais, essas fissuras nas articulações inter-regionais e interestaduais potencializaram “a fragmentação econômica e espacial, porque a articulação de muitos pontos do território passou a ser muito mais forte com o exterior, vis-à-vis o mercado interno.” (MACEDO, 2010:102).

Não há consenso na literatura econômica sobre as causas e denominação das alterações ocorridas na estrutura industrial brasileira nos anos 1990, produzidas pela abertura comercial e políticas macroeconômicas. São utilizadas expressões como especialização (MEDEIROS, 1997), especialização regressiva (COUTINHO, 1997), desindustrialização (TAVARES e BELLUZZO, 2002) e desindustrialização relativa (IEDI, 2005).

A mudança na estrutura industrial do Brasil na década de 1990 está associada ao encolhimento do complexo metal-mecânico, bem como ao crescimento dos ramos industriais intensivos em recursos naturais. Por um lado, a indústria se reespecializa em *commodities*; por outro lado, nos anos imediatos à abertura comercial, o coeficiente de importação é superior ao de exportação em vários subsetores da indústria.

Com a introdução de um grande número de produtos importados, ademais, verificou-se uma fragilização dos efeitos de encadeamento de algumas cadeias produtivas, como a metalmeccânica, química e têxtil. Observou-se um esgarçamento nos fluxos intracomplexos dessas indústrias, principalmente nas etapas intermediárias (HAGUENAUER *et al.*, 2001). Devido à modernização e especialização, bem como ao acesso ao crédito público e internacional, destacam-se algumas grandes e médias empresas em cada setor, com parte da estrutura de apoio globalizada. Esse contexto contribui para explicar o enfraquecimento estrutural da indústria manufatureira nos anos 1990.

Manifestou-se uma nova estrutura de poder, com o Estado regulador, capital estrangeiro dominante em algumas indústrias estratégicas do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, e grupos privados nacionais reestruturados,

caracterizados pela baixa capacidade financeira e fracas sinergias produtivas, notadamente em novas tecnologias (SUZIGAN e FURTADO, 2006).

Do ponto de vista regional, pode-se dizer que a década de 1990 continuou a apresentar o processo de desconcentração econômica verificado nos períodos anteriores, porém de forma menos intensa, em função do menor investimento agregado. Pacheco (1996) ao analisar a dinâmica regional diferenciada das regiões brasileiras, argumenta que estaria havendo múltiplas tendências, em função da dimensão territorial, das especificidades e características econômicas de cada região ou sub-espço e da capacidade de cada uma responder aos efeitos da globalização e da competição.

Os investimentos realizados na economia brasileira na década de 1990, bem como as intenções de investimento da indústria nacional, confirmam a continuidade da desconcentração produtiva. No âmbito setorial, cabe destacar a participação do Nordeste, que vem concentrando investimentos nas indústrias de bens de consumo não-duráveis, como têxtil e vestuário (PACHECO, 1999).

As políticas de abertura comercial implicaram, em suma, forte processo de reestruturação produtiva, em particular na indústria, que não ampliou sua competitividade sistêmica⁶, inclusive seus acréscimos de produtividade foram resultantes do desemprego em massa e ajustes microeconômicos das empresas líderes.

No final dos anos 1990 e início da década de 2000, o país continuava sem política industrial. Laplane e Sarti (2006, p. 309) ao examinarem o desempenho da indústria nacional no início do primeiro governo Lula constataram que “a indústria continuou submetida aos periódicos choques da política monetária para abortar a expansão da demanda interna, com níveis de investimento restritos pela falta de perspectivas de crescimento sustentado”.

⁶ Ver discussão sobre o conceito de competitividade sistêmica em Meyer-Stamer (2001).

No Brasil, após um longo período de estagnação, a indústria voltou a registrar crescimento mais forte durante os anos 2004-2008. Esse desempenho industrial foi influenciado pelo aquecimento da demanda interna, com o aumento do consumo e do investimento. Um dos principais fatores que possibilitaram a retomada do crescimento no país foi o incremento das exportações em 2003 fortemente associado à presença da China, na qualidade de grande importadora dos produtos brasileiros, contribuindo para diminuir a vulnerabilidade externa vigente até então, de modo que os superávits comerciais acumulados permitiram o financiamento do déficit estrutural na conta de serviços e rendas das transações correntes, além do acúmulo de reservas no Brasil (SARTI e HIRATUKA, 2011).

Durante o ciclo de crescimento econômico de 2004-2008, que foi interrompido bruscamente pela grave crise internacional, o padrão de crescimento foi alterado. Não apenas a demanda externa sustentava esse crescimento, mas, sobretudo, a demanda doméstica, através do peso crescente do consumo e do investimento.

Esse período é caracterizado por um ciclo virtuoso da produção, emprego, renda, consumo e investimento. A indústria cresceu bastante, além do elevado nível de emprego formal (inclusive na indústria) e do aquecimento do mercado doméstico (SARTI e HIRATUKA, 2011).

Ademais, a política de ampliação do salário mínimo contribuiu ainda mais para o acréscimo da renda das classes menos favorecidas. Esse contexto influenciou de modo positivo setores tais como o têxtil e o de confecção, que tinham sido prejudicados nos anos anteriores.

1.2. Algumas Reflexões sobre a Guerra Fiscal no Brasil

A reforma constitucional de 1988 confirmou o processo de descentralização em curso desde o final da década de 1970 e ampliou a autonomia financeira dos governos subnacionais, reforçando o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), agora transformado em ICMS. Ao transferir a responsabilidade da política de incentivos para o governo da unidade da federação, este não precisa agir de acordo com os interesses de todo o grupo federado necessariamente, mas sim, a favor dos seus próprios interesses (OLIVEIRA, 1999).

As novas prerrogativas fiscais de Estados e municípios concederam aos municípios novos instrumentos para competir entre si pela instalação de empresas, o que favoreceu a guerra fiscal. Além disso, a crise fiscal dos Estados apontaria para a necessidade de uma repactuação federativa da qual as reformas fiscal e tributária seriam um componente essencial. Outro aspecto crucial é a crise fiscal da União, uma vez que o governo federal já não mais seria capaz, como no passado, de soldar os distintos interesses regionais via redistribuição de recursos através do orçamento, fundos públicos, agências de fomento ao desenvolvimento regional etc. (ARRETCHE, 1999).

É relevante assinalar que nos primeiros meses de vigência do ICMS houve sensível melhoria da receita estadual. Contudo, a crise econômica que se instalou após a adoção do Plano Collor obrigou os Estados a retraírem os benefícios fiscais. A situação somente se altera em 1994, quando a estabilização dos preços contribui para atrair investimentos internos e externos (CAVALCANTI e PRADO, 1998).

Ao refletir sobre a situação financeira dos governos estaduais nesse período, Lopreato (2004, p. 3) argumenta que ela

[...] é resultado de determinações que refletem o quadro geral de evolução do setor público brasileiro e não apenas a condição particular de determinada unidade. A trajetória das finanças estaduais tem de ser pensada nos marcos, de um lado, da crise fiscal dos anos 80, da política de estabilização e da renegociação da dívida pública e, de outro, do baixo crescimento da economia. Estas condições provocaram o aumento das obrigações financeiras estaduais e não geraram, simultaneamente, capacidade de pagamento dos encargos, obstruindo o caminho de saída da crise.

A relativa fragmentação da nação ou a impossibilidade de manutenção do pacto entre as elites regionais foram ampliadas através das políticas de cunho liberal, pois a abertura comercial, a prioridade ao pagamento da dívida e a natureza dos cortes orçamentários estimularam a desarticulação do mercado interno e reduziram significativamente os recursos a serem distribuídos com critérios regionais de alocação.

O governo federal liderou as iniciativas de privatização e desregulamentação em várias frentes, adotando claro distanciamento de políticas industriais ativas. O que implicou, entre outros efeitos, desmontagem do amplo e complexo aparato institucional que articulava e ordenava interesses de grupos regionais, setores econômicos e agentes econômicos nacionais e estrangeiros, através da atuação dos ministérios, fundos públicos, empresas estatais e autarquias. Desse modo, observa-se um movimento espontâneo dos governos subnacionais na substituição do governo federal no papel de implementar políticas de desenvolvimento regional.

Após adoção do Plano Real, eliminou-se a possibilidade de ajuste fácil das despesas estaduais e os ganhos com o processo inflacionário, explicitando as dificuldades de gestão dos gastos correntes dos Estados, notadamente com a folha de pagamentos. Iniciou-se o controle das finanças estaduais e o programa de ajuste fiscal foi utilizado para enquadrar os Estados nas regras de gestão macroeconômica do Plano Real (LOPREATO, 2004).

A privatização dos bancos e empresas eliminou dos governadores o controle de fontes potenciais de financiamento e de gastos. Assim, o campo de atuação dos

Estados ficou delimitado pela potencialidade fiscal de cada unidade. Existia a possibilidade de ir além dos limites impostos pela restrição fiscal, com a ampliação do endividamento, todavia as regras de controle de endividamento determinadas na renegociação da dívida e na Lei de Responsabilidade Fiscal restringiram os Estados.

É relevante assinalar que a renegociação da dívida estadual, além de controlar o endividamento, também teve o objetivo de esvaziar a atuação do Estado e fortalecer o capital privado como fonte dinâmica de crescimento e responsável pelos investimentos necessários à alavancagem da competitividade da economia. Desse modo, pode-se afirmar que os Estados perderam autonomia. O que, entretanto, é complexo, já que, segundo Lopreato (2004), de um lado, a renegociação era necessária à reestruturação das finanças e da capacidade de gasto dos Estados. Por outro lado, o programa ultrapassou o ajuste fiscal e foi instrumento da estratégia liberal de transformação do Estado e de intervenção no pacto federativo.

Os Estados, limitados em termos financeiros e pressionados pelo ajuste fiscal definido nos contratos de renegociação, tornam-se prisioneiros de uma política de cortes contínuos de gastos. Os governadores, perante a falta de perspectiva política, buscam saída na revisão dos acordos e na disputa em torno da distribuição dos recursos tributários. Inclusive isso é agravado pelo baixo crescimento da economia brasileira. Por conseguinte, embora a renegociação das dívidas fosse necessária à retomada da autonomia estadual – definida como o domínio sobre o volume e o ritmo dos investimentos – passou a negá-la ao restringir o espaço de atuação dos Estados e fortalecer o poder central (LOPREATO, 2004).

Este cenário indica que o ajuste fiscal obtido não equacionou o problema do endividamento estadual e engendrou um quadro potencial de paralisia fiscal. Isso porque a busca de controlar a deterioração financeira implicou cortes contínuos de gastos, sem que fosse possível deslumbrar condições favoráveis à frente.

Assim sendo, em 1994, passa a ganhar ênfase a utilização de fundos públicos, diretamente vinculados aos orçamentos estaduais, com renúncia fiscal

prevista, e aprovados pelas assembleias legislativas dos Estados. Acirra-se, portanto, o conflito federativo e explicita-se o uso do financiamento do ICMS.

Fatores Determinantes da Guerra Fiscal

Cavalcanti e Prado (1998) elencam três principais fatores que determinam a guerra fiscal: a relação entre os governos subnacionais e o governo federal, a estrutura da tributação sobre o valor adicionado e a retomada dos fluxos de investimento privado. Esses fatores são discutidos abaixo de forma sucinta.

No que tange à relação entre os governos subnacionais e o governo federal, a exacerbação de práticas competitivas e não cooperativas entre os Estados da federação, comumente são associadas ao conceito de guerra fiscal, via utilização de benefícios e incentivos fiscais com a finalidade de induzir a alocação de investimento nos territórios locais. Mas isso não é suficiente para caracterizar esse fenômeno, já que a federação é intrinsecamente conflituosa e para seu funcionamento ordenado exige-se a presença de arranjo político entre o governo central e Legislativo. Desse modo, a guerra fiscal emerge quando os governos subnacionais geram efeitos econômicos perversos decorrentes do caráter insuficiente ou conjunturalmente inoperante do quadro político-institucional que regula os conflitos federativos.

Ao longo dos anos 80, o governo central vai perdendo o poder de harmonizar distintos interesses na federação, que era baseado na utilização dos fundos públicos, via recursos financeiros (crédito farto das agências de fomento) e fiscais (subsídios e incentivos fiscais), transferências de recursos federais e investimentos do setor produtivo estatal. Ademais, o regime político autoritário vigente até metade da década de 80 enfraquecia os impactos do crescente processo de autonomização dos Estados e municípios.

No que diz respeito à estrutura da tributação sobre o valor adicionado, a viabilidade e a sustentação do conflito fiscal entre os Estados do Brasil advêm principalmente da sistemática de tributação do ICMS no comércio interestadual, em que o modelo, virtualmente inalterado desde sua criação nos anos 1960, é caracterizado pela competência estadual do principal imposto sobre o valor adicionado – o ICMS – ao contrário do padrão mundial. Outro aspecto relevante é a adoção de um misto de princípio de origem e destino na formatação do imposto sobre o comércio interestadual. Quando um Estado tem superávit nas trocas comerciais internas, ele se apropria de uma parcela de receita maior do que aquela criada internamente pelos seus contribuintes.

Uma forma de minimizar o estímulo para a participação de um Estado na guerra fiscal seria a mudança do ICMS para um imposto sobre consumo também do ponto de vista do governo estadual, isto é, via implantação do princípio de destino. Senão, a combinação de autonomia federativa com arrecadação do ICMS pelo princípio de origem, “poderá transformar o que começou como uma competição tributária em uma corrida ao fundo do tacho, dadas as potenciais implicações sobre a eficiência econômica e sobre a distribuição de renda do país” (FERREIRA, 2000, p. 4).

A retomada do investimento privado seria condição suficiente da guerra fiscal, haja vista que a fragilização da capacidade regulatória do governo federal, embora relevante, não justifica de forma plena o surgimento da disputa interjurisdicional no país. A recuperação dos investimentos internos e externos no Brasil é decisiva para a existência da guerra fiscal. A partir de 1992, parte do investimento externo direto no Brasil estava associada à privatização dos setores de infraestrutura, bem como à entrada de grandes empresas nos setores de consumo durável e automotivo. Quanto ao investimento interno, sua expansão se refere, principalmente, a processos de especialização, redução de gargalos e modernização para ganhos de produtividade.

Assim sendo, a utilização de benefícios e incentivos fiscais por parte dos governos subnacionais é racional, na medida em que procuram intervir nos processos

locaionais de concentrao de investimentos. J que “(...) uma vez assentadas as novas grandes plantas, parece razoável supor que boa parte da expanso futura venha a ser realizada por expanso destas ou, no mnimo, com forte gravitao locacional em torno a elas, como demonstra o caso da FIAT em Minas Gerais” (CAVALCANTI e PRADO, 1998, p. 29).

Deciso aloativa do investimento, custo fiscal e finanas estaduais

É equivocado o entendimento de que a guerra fiscal tem a capacidade tanto de induzir novos investimentos como de determinar a sua localizao espacial. Todos os casos relevantes da guerra fiscal esto associados a decises de investimento j tomadas. Os incentivos fiscais provavelmente no aumentam o investimento agregado no pas, com exceo de poucos casos em que a localizao alternativa poderia ser fora do pas. Desse modo, o custo fiscal envolvido nos incentivos fiscais deve ser visto como relacionado a alterao da localizao interna do investimento, incluindo o deslocamento de plantas existentes no espao nacional (CAVALCANTI e PRADO, 1998).

A localizao espacial do investimento é determinada fundamentalmente pelas avaliaes das empresas sobre custos, infraestrutura, acesso a mercados e logstica. Durante largo perodo (1970-1985), esses fatores, associados a polticas pblicas orientadas ativamente pela Unio, engendraram forte processo de desconcentrao industrial no pas.

Para aceitar o afastamento da condio de localizao “ótima” previamente definida pela empresa, esta exige um volume de benefcios que cubra no somente o diferencial de vantagens, bem como o risco de uma opo que passa a ser dependente de compromissos assumidos pelo governo. Quanto mais desfavorável for uma

determinada localização definida pela empresa, maior será o custo fiscal associado no afastamento, implicando custo fiscal máximo para o Estado.

No que tange ao impacto da guerra fiscal sobre a situação orçamentária dos governos estaduais, é importante observar que a base orçamentária em que se apoia o incentivo não é previamente dada e é afetada por ele, à medida que aumente a produção industrial local. Quando os governos subnacionais renunciam a receita a ser gerada pelo novo investimento, evitam, em tese, que o nível de sua receita corrente seja afetado. Desse modo, Cavalcanti e Prado (1998, p. 12) concluem que:

(...) sob a hipótese de que o projeto em seu conjunto seja bem-sucedido, não deve ocorrer perda de arrecadação durante o período no qual a empresa é subsidiada e, além disso, ao término desse prazo a situação fiscal, do ponto de vista estrito da capacidade da arrecadação, deverá estar provavelmente melhor.

A guerra fiscal implica perda global de arrecadação para o país. Isso não tem como resultado uma imediata degradação da situação fiscal dos Estados que utilizam a guerra fiscal. Consequentemente, ela não tende “a morrer por si mesma” e exige, assim, alguma ação política para abrandá-la (CAVALCANTI e PRADO, 1998).

Comumente nas avaliações apresentadas pelos Estados, ademais, há uma suposição implícita de que a grande empresa será responsável pela atração de sua rede de fornecedores e empresas satélites ou formará demanda para as empresas existentes no Estado. Na realidade, se o Estado tiver uma estrutura industrial menos diversificada e pouco moderna, provavelmente ocorrerão “vazamentos” dos impactos dinâmicos associados ao investimento.

Vale ressaltar que no ambiente de guerra fiscal, os diversos governos estaduais passam a ser prisioneiros de um jogo de leilão liderado pelo setor privado, que negocia simultaneamente com vários Estados, de modo que maximiza os benefícios e amplia o custo fiscal. Adicionalmente, Oliveira (1999) argumenta que se realiza a troca de uma capacidade de se gerar bens públicos (via recolhimento

tributário), por um lucro adicional do agente privado. Parte da ampliação de custos da nova alocação é coberta pela “renúncia fiscal” do Estado que concede o incentivo. Vieira (2009, p. 17) afirma que a disputa espacial tem uma dinâmica interna que tende a perpetuá-la:

De um lado, passa a ser estratégico à firma incitar a rivalidade para apurar lucros extraordinários a fim de reforçar seu poderio dominante nos mercados em que atua. De outro, como os referidos ganhos são temporários, as localidades são constantemente convocadas a renovar as bases das vantagens ofertadas (materiais e imateriais), sob a ameaça da atividade ser transferida para outro sítio mais rentável. Com isso, acentua-se a vulnerabilidade territorial e instala-se, no plano geográfico, um quadro de competição espacial acirrada e persistente.

Outro ponto crucial é que, a despeito da concessão de benefício fiscal atrair investimentos privados, e até diminuir o nível de desemprego na região, a capacidade de investimento do agente público é limitada quando ele renuncia ao recolhimento de impostos, o que inviabiliza muitas vezes os investimentos públicos em setores sociais.

É inerente à acumulação do capital pressionar, portanto, os lugares para transformar as condições favoráveis à extração máxima de excedentes. Base física da reprodução ampliada, o território é compelido a oferecer os elementos adequados à realização, com lucro, do capital total invertido. “(...) Está na origem do capitalismo a capacidade de promover impulsivamente a estruturação produtiva do espaço, subordinando-o à sua lógica interna, cujo corolário é a inelutável confrontação entre os capitais pelas maiores taxas de lucratividade. (...)” (VIEIRA, 2009, p. 9). No período contemporâneo de integração, liberalização e desregulamentação dos mercados nacionais, em grau sem paralelo na história, tais tendências foram agravadas.

Convém salientar que a competição fiscal entre os Estados não se configura enquanto política de desenvolvimento e, desse modo, não podem substituir políticas nacionais e regionais, cujo objetivo é articular políticas setoriais e envolver o conjunto dos Estados na construção e implementação de um projeto nacional. Há a necessidade de articulação das várias esferas de governo em uma política de desenvolvimento

nacional. Contudo, Cardozo (2010) reconhece que os governos estaduais têm limitações para atrair investimentos, visto que a dinâmica do investimento depende de decisões privadas, sobre as quais fatores macroeconômicos, que não são controlados pelos governos estaduais, têm impactos diretos.

Os Estados que estão distantes do núcleo da dinâmica industrial, ou seja, que possuem menores complexidades de suas estruturas produtivas e, por conseguinte, menor capacidade de arrecadação de ICMS e menor poder de barganha para negociar com grandes empresas, acabam comprometendo elevadas parcelas de suas receitas quando implementam políticas de atração de investimentos, e mesmo assim não necessariamente conseguem romper com a tendência espacialmente concentradora da indústria. Ao revés, os Estados que detêm maior diversificação da estrutura produtiva comprometem menor parcela de suas receitas com a guerra fiscal. Esse contexto mostra que há condições diferenciadas para os Estados no processo de competição por investimentos e que a guerra fiscal não rompe com a tendência de concentração da atividade produtiva (CARDOZO, 2010).

No caso da desconcentração produtiva dos setores têxtil e de confecção, que será analisado nos próximos capítulos, observa-se que existiam outros condicionantes que foram complementados com os incentivos fiscais utilizados pelos Estados nordestinos, a exemplo da reestruturação produtiva e do baixo custo com a mão-de-obra da região.

Em suma, Cardozo (2010, p. 200) constatou em sua pesquisa algumas limitações das políticas estaduais de atração de investimentos adotadas após a década de 1990:

(...) as políticas estaduais, no formato de competição fiscal que assumiram desde os anos 1990, consistem em transferência de recursos públicos para o setor privado sem que estes recursos necessariamente tenham efeitos majoritariamente positivos sobre a participação estadual na transformação industrial e sem necessariamente provocarem significativas transformações nas estruturas produtivas estaduais. Além disso, muitas atividades que foram beneficiadas possivelmente já teriam

uma propensão para direcionar seus incentivos para determinadas regiões. A gravidade dessa questão está no fato de que esses recursos, que em alguns casos não são necessários e em outros assumem proporções muito elevadas em virtude do poder de barganha do grande capital, são públicos. (...)

Por fim, como a federação é intrinsecamente conflituosa, não se deve atentar para o caráter cooperativo ou não cooperativo dos Estados nesse sistema. Mas sim para a questão crucial da guerra fiscal que consiste na situação em que *“as ações não cooperativas assumem grande proporção e ocorrem de forma isolada, desordenada e desarticulada, sem que haja ações efetivas do poder central para regulamentar e articular as diferentes políticas estaduais”* (CARDOZO, 2010, p. 1). Em outras palavras, as políticas de atração de investimentos não seguem o contexto de uma política nacional de desenvolvimento e são adotadas no sentido de buscar somente os ganhos de cada Estado que as pratica.

1.3. Considerações sobre a Economia do Nordeste Brasileiro

A região Nordeste ocupa 20% do território brasileiro e abriga em torno de 28% da população brasileira (IBGE, 2011). Essa região, em 2007, era responsável por 14% da produção nacional total. No Nordeste, 12% da produção resultam das atividades industriais e 21% das atividades agrícolas (IBGE, 2010). Há grande concentração de pessoas residindo na região rural (48% do país) comparada à quantidade de pessoas residindo em áreas urbanas (24% da população urbana brasileira) (IBGE, 2011).

Até o final da década de 50, enquanto a indústria guiava o crescimento da região Sudeste, na região Nordeste o setor agroexportador mostrava-se incapaz de impulsionar o desenvolvimento econômico regional. Sendo assim, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) propôs estimular a industrialização nessa região. O estímulo acontecia através de incentivos fiscais e investimento em empresas estatais como Petrobrás, Vale do Rio Doce, entre outras. Paralelo a isso, a recém-criada SUDENE investiu esforços e recursos em estudos e pesquisa sobre a presença de recursos naturais nordestinos ao mesmo tempo em que incentivou a implantação da oferta de infraestrutura econômica (ARAÚJO, 2007).

As consequências dessas medidas fizeram com que o Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste passasse de R\$ 8,6 bilhões para R\$ 50 bilhões em um período de apenas trinta anos, isto é, entre 1960 e 1990 (ARAÚJO, 1992).

A partir da década de 70, observa-se uma modificação na estrutura industrial nordestina, com perda de importância relativa dos gêneros tradicionais (produtos alimentares, bebidas, couros, têxteis e confecções), em benefício dos complexos polos industriais modernos (química, petroquímica, mecânica, metalúrgica, material elétrico e minerais não-metálicos), formando, assim, uma “nova indústria” (IPEA/IBGE, 2001).

Vários fatores foram responsáveis por essa mudança, tais como o sistema Finor, os investimentos públicos em infraestrutura econômica, a base industrial de bens intermediários e de substituição de derivados de petróleo, a expansão das exportações e da infraestrutura urbana, a transferência de capital privado em busca de valorização acima da média e a ocupação de novos mercados.

O processo de integração nacional explicitou o aumento da competição inter-regional verificado nos anos 1970 e primeira metade da década de 1980, gerando efeitos de destruição para a indústria nordestina – sobretudo no ramo têxtil, dadas as características de baixa produtividade, estrutura pouco diversificada, fracas relações capitalistas de produção e reduzida atualização tecnológica. Segundo Cano (1998), esses fatores limitaram os lucros da indústria nordestina e impuseram estreitos limites à acumulação de capital, dificultando a diversificação, freando a renovação técnica industrial, além de impedir a competição com a indústria paulista.

No período de 1980 a 1985, embora a economia do Nordeste apresentasse taxas de crescimento bem abaixo daquelas verificadas na década anterior, seu crescimento continua a taxas superiores à média nacional, com aumento das exportações, devido aos efeitos da implantação da nova indústria, diante da maturação dos investimentos associados ao II PND, e das medidas de estímulo ao setor exportador (CANO, 1998).

A crise afetou diretamente a economia do Nordeste a partir de 1985 devido à sua dependência por investimentos públicos, tanto no que diz respeito à capacidade de investimento dos governos federal e estaduais e à política de incentivos fiscais e financeiros quanto à geração de poder de compra, via emprego e transferência de aposentadorias e pensões. Ratificando, assim, a centralidade que o Estado e a política econômica assumem para a dimensão regional do desenvolvimento do país.

Na primeira metade da década de 1990, houve inversão de tendência dos setores da economia nordestina, com crescimento da agropecuária e do setor de serviços na participação do PIB regional acima do desempenho da indústria. Esse fato

deveu-se à significativa queda na produção de petróleo bruto, produto que detém grande peso na formação do valor adicionado da atividade na região (ARAÚJO, 2007).

Deve-se considerar, ainda, que nos anos de 1990, com a redução das inversões do Estado na economia nordestina, ampliaram-se os instrumentos de atração de investimento para os Estados, de forma isolada, através dos incentivos fiscais (ou guerra fiscal) empreendidos por quase todos os Estados nordestinos.

1.3.1. Economia do Nordeste

Historicamente a região Nordeste apresenta uma situação econômica frágil. Os fatores que motivam essa situação não podem ser restringidos, pois são inúmeras as causas que a influenciaram. Pobreza, desigualdade e falta de investimento são alguns desses fatores.

Atualmente, a idéia de que o Nordeste não tem potencial econômico já não é tão aceita. Além de áreas de potencial pouco utilizado e imensa oferta de mão-de-obra, o Nordeste apresenta também retorno aos investimentos lá feitos.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) constatou que em 2008 a região Nordeste abrigava 28,2% da população brasileira. Os Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia concentravam cerca de 60% da população da região.

Em 2010, essa situação não mudou muito, conforme Tabela 1.1. Os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia continuam com o maior número populacional quando são comparados aos demais, juntos representam 59% da população residente no Nordeste.

Tabela 1.1 – Nordeste: População (2010)

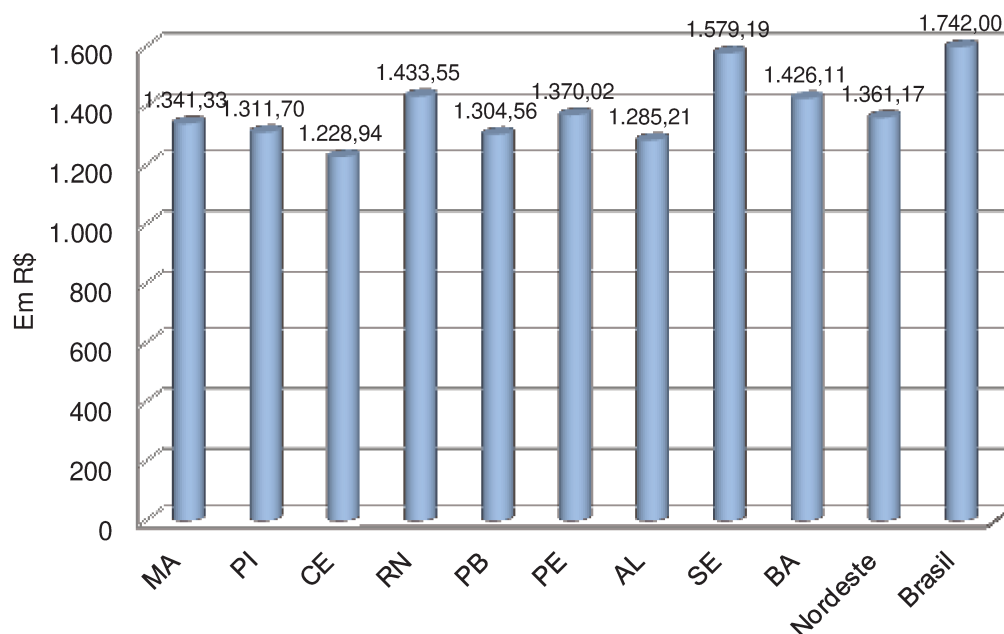
Estado	População	%
Nordeste	52.986.438	100,0
Maranhão	6.568.693	12,4
Piauí	3.114.735	5,9
Ceará	8.439.947	15,9
Rio Grande do Norte	3.162.327	6,0
Paraíba	3.758.323	7,1
Pernambuco	8.770.723	16,6
Alagoas	3.114.195	5,9
Sergipe	2.065.293	3,9
Bahia	13.992.202	26,4

Fonte: IBGE (2011).

O Nordeste é a região que concentra a maior quantidade de pessoas em estado de pobreza e extrema pobreza do país. Em 2008, essa região abrigava 39,6% de pessoas vivendo em estado de pobreza e 15,5% em estado de extrema pobreza. A situação é mais visível, e preocupante, nos Estados de Alagoas e Maranhão. Os baixos rendimentos médios na região estão associados a esse contexto.

O Gráfico 1.1 mostra o rendimento médio do mercado formal em dezembro de 2010 para os Estados nordestinos. Em 2010, a remuneração média equivalia a R\$ 1.361,17; estando abaixo da média nacional (R\$ 1.742,00).

Gráfico 1.1 - Brasil e Nordeste: Remuneração Média* (2010)



Fonte: RAIS/MTE. Adaptado de BNB (2011, p. 62).

Nota: (*) Remuneração Média de Dezembro, a preço de Dez/2010.

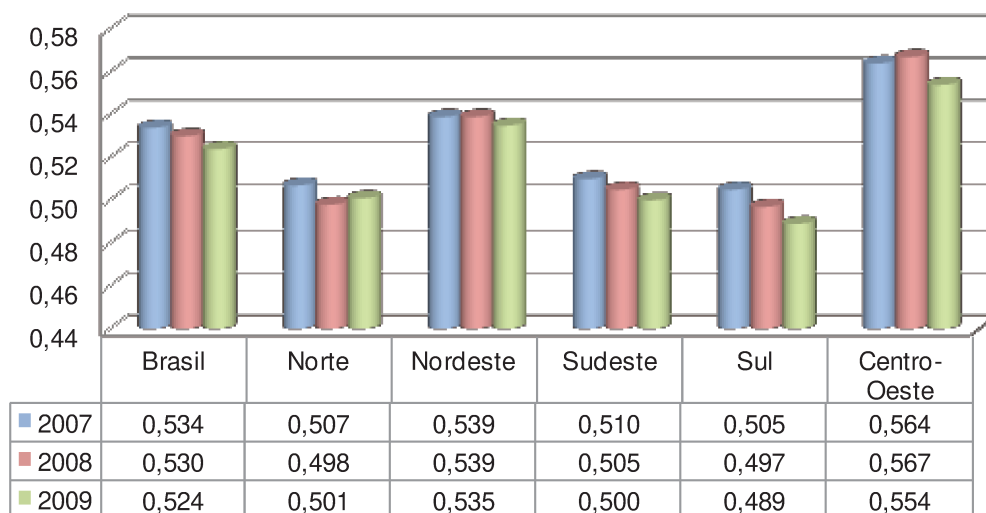
O Estado de Sergipe apresentou a maior renda média (do mercado formal) entre os Estados do Nordeste, R\$ 1.579,19, estando bem acima da média regional. Esse Estado é acompanhado de perto pelos Estados da Bahia (R\$ 1.426,11) e do Rio Grande do Norte (R\$ 1.433,55).

Os Estados do Ceará e Alagoas, por sua vez, apresentaram os menores rendimentos médios nordestinos (R\$ 1.228,94 e R\$ 1.285,21, respectivamente).

Outra característica da região Nordeste é que esta apresenta a segunda área com maior desigualdade econômica e com o menor Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH)⁷ do Brasil. No entanto, nos últimos anos as regiões brasileiras (inclusive Nordeste) estão experimentando alguma melhora nesses indicadores. Apesar disso, a diferença entre as regiões brasileiras continua alta em ambos os índices.

Gráfico 1.2 - Brasil: Índice de Gini, por Região (2007-2009)

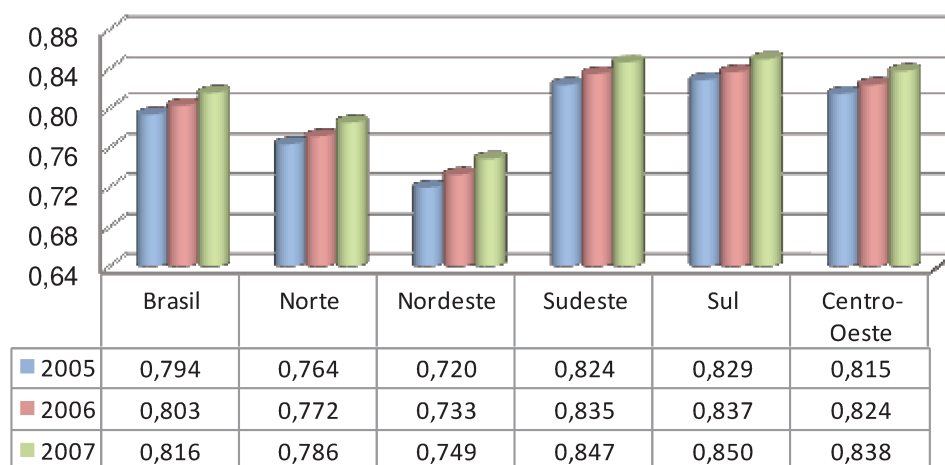


Fonte: IBGE/PNAD 2009. Adaptado de Bezerra e Carvalho (2010, p. 48).

Em linhas gerais, pode-se notar que o índice de Gini vem apresentando alguma melhora nos últimos anos tanto na região Nordeste como em todo país. No Nordeste passou de 0,539 em 2007 para 0,535 em 2009, conforme Gráfico 1.2. O IDH vem aumentando no Nordeste (cresceu de 0,72 em 2005 para 0,749 em 2007), mas é a região que tem o menor índice nacional.

⁷ Além de considerar a renda média da região, o cálculo do IDH utiliza para sua estimativa o grau de escolaridade e longevidade.

Gráfico 1.3 - Brasil: Índice de Desenvolvimento Humano, por Região (2005-2007)

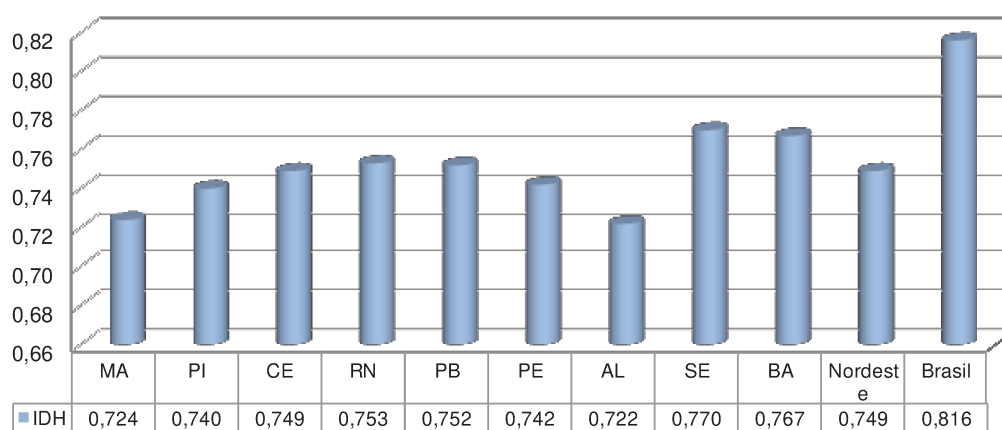


Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano 2000; Banco Central/Boletim Regional 2009.

Adaptado de Bezerra e Carvalho (2010, p. 50).

O Gráfico 1.4 (com dados para 2008) mostra que, entre os Estados do Nordeste, Sergipe foi o que apresentou o maior IDH (0,770), seguido da Bahia (0,767), Rio Grande do Norte (0,753) e Paraíba (0,752). O Estado de Alagoas apresentou o menor IDH nordestino (0,722).

Gráfico 1.4 - Nordeste: Índice de Desenvolvimento Humano, por Estado (2008)



Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano 2000; Banco Central/Boletim Regional 2009. Adaptado de Bezerra e Carvalho (2010, p. 51).

O crescimento do emprego formal no Brasil tem contribuído para a melhora recente nos índices mencionados anteriormente. Entre 2000 e 2009, esse fator apresentou crescimento significativo e consistente tanto em nível nacional como na região Nordeste.

No Brasil, em 2009, foi registrado um estoque com cerca de 41,2 milhões de postos de trabalho formalmente contratados (Tabela 1.2), com aumento de 57,1% no estoque de empregos formais (Gráfico 1.5), o que se refere à criação de quase 15 milhões de novos empregos desde o ano 2000 até 2009, o que, segundo o Gráfico 1.6, define uma média de 5,5% de crescimento anual (BNB, 2010).

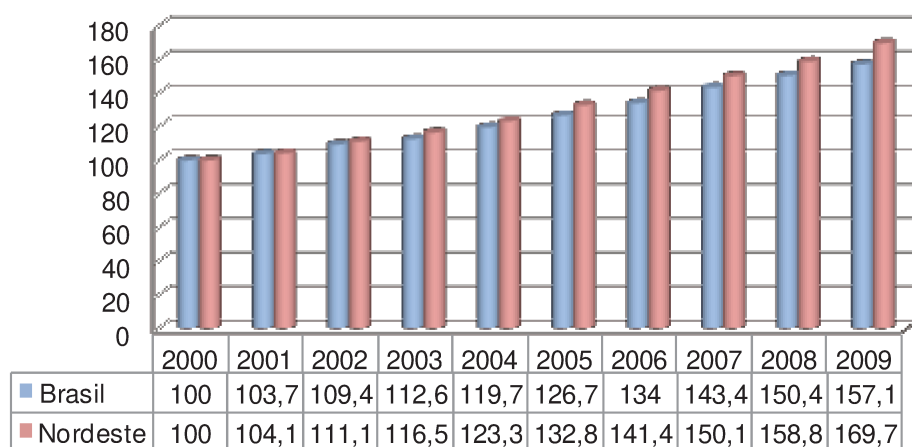
Tabela 1.2 - Brasil e Nordeste: Estoque de Empregos Formais (2000-2009)

(Em Mil Pessoas)			
Ano	Brasil	Nordeste	NE/BR (%)
2000	26.229	4.375	16,7
2001	27.190	4.555	16,8
2002	28.684	4.859	16,9
2003	29.545	5.095	17,2
2004	31.408	5.395	17,2
2005	33.239	5.809	17,5
2006	35.155	6.186	17,6
2007	37.607	6.568	17,5
2008	39.442	6.949	17,6
2009	41.208	7.422	18,0

Fonte: RAIS/MTE. Adaptado de BNB (2010, p. 49).

Em 2009, a região Nordeste registrou em torno de 7,4 milhões de empregos formais, o que corresponde a 18% do estoque nacional, com um incremento de mais de 3 milhões de novas contratações com carteira assinada durante o período 2000-2009 (Tabela 1.2). O crescimento anual foi da ordem de 6,2%, sendo maior que o crescimento nacional (Gráfico 1.6). Esses dados mostram que a região Nordeste contou com um aumento aproximado de 69,7% no estoque de empregos formais no período em análise, superando a variação nacional em 12 pontos percentuais (Gráfico 1.5).

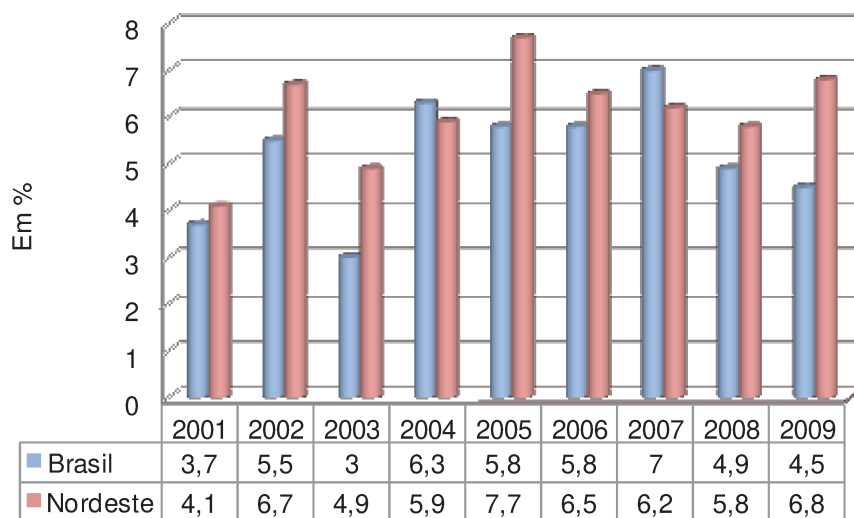
Gráfico 1.5 - Brasil e Nordeste: Índice de Crescimento Acumulado do Total de Emprego Formal (2000-2009)



Fonte: RAIS/MTE. Adaptado de BNB (2010, p. 49).

A variação anual de empregos, tanto no Brasil quanto no Nordeste, foi positiva durante o período entre 2001-2009. O Brasil experimentou as maiores variações no período entre 2004-2007 (período do dinamismo do mercado interno). O Nordeste, por sua vez, ao longo da série estudada, apresentou taxas superiores às nacionais, salvo nos anos 2004 e 2007. O ano de maior crescimento de empregos formais nordestinos foi 2005 (7,7%), segundo o Gráfico 1.6.

Gráfico 1.6 - Brasil e Nordeste: Variação Anual do Total de Emprego Formal (2001-2009)



Fonte: RAIS/MTE. Adaptado de BNB (2010, p. 49).

Em 2010, conforme observado na Tabela 1.3, a atividade econômica que mais concentra vagas de empregos formais no Brasil é a de Serviços (33%), seguida pela Administração Pública (20%), Comércio (19%) e Indústria de Transformação (18%).

No Nordeste, os setores que se destacaram em 2010 foram Administração Pública (31%) e Serviços (27%), seguidos por Comércio (17%) e Indústria de Transformação (13%), segundo mostra a Tabela 1.3.

Tabela 1.3 - Brasil e Nordeste: Total de Empregos Formais*, por Setor (2010)

Unidade Geográfica	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Total
MA	1.649	35.947	6.400	59.688	118.404	141.667	254.976	17.894	636.625
PI	668	27.170	4.826	30.951	71.813	94.458	140.946	6.631	377.463
CE	2.654	251.357	7.187	75.973	209.548	369.096	387.697	22.280	1.325.792
RN	8.710	74.776	6.177	38.508	102.291	146.634	183.683	14.247	575.026
PB	1.258	74.918	7.698	31.822	83.959	119.148	246.541	14.160	579.504
PE	2.331	217.222	16.898	122.908	264.682	465.367	395.934	51.284	1.536.626
AL	782	105.087	4.618	27.986	73.322	101.442	147.926	9.829	470.992
SE	4.600	41.477	6.095	28.713	56.221	100.189	118.554	13.730	369.579
BA	12.924	224.490	18.360	153.474	388.218	643.319	611.843	86.604	2.139.232
NE	35.576	1.052.444	78.259	570.023	1.368.458	2.181.320	2.488.100	236.659	8.010.839
Brasil	211.216	7.885.702	402.284	2.508.922	8.382.239	14.345.015	8.923.380	1.409.597	44.068.355
NE/BR (%)	16,84	13,35	19,45	22,72	16,33	15,21	27,88	16,79	18,18

Fonte: RAIS/MTE. Adaptado de Almeida e Damasceno (2011, p. 61).

Nota: (*) estoque de empregos em 31 de dezembro.

Os Estados nordestinos pouco variam quanto à atividade mais expressiva, o que é visível na Tabela 1.3. Administração Pública é a atividade mais expressiva em sete dos nove Estados que compõem a região Nordeste. Somente na Bahia e em Pernambuco a principal atividade desenvolvida foi a de Serviços, representando cerca de 30% do estoque dos empregos formais nesses dois Estados em 2010.

A indústria de transformação tem maior representatividade, em termos de postos de trabalhos formais, nos Estados de Alagoas (22%), Ceará (19%) e Pernambuco (14%), seguidos por Rio Grande do Norte (13%), Paraíba (13%), Sergipe (11%) e Bahia (10%). Os menores pesos foram registrados no Maranhão (6%) e Piauí (7%).

Produto Interno Bruto

A participação da região Nordeste no PIB do Brasil variou de forma positiva entre 1999 e 2008, aumentando 0,7 pontos percentuais (de 12,4% em 1999 para 13,1% em 2008), conforme ilustra a Tabela 1.4. Em valores monetários, o PIB nordestino quase triplicou entre os anos 1999 e 2008 (de R\$ 132,6 bilhões subiu para R\$ 397,5 bilhões).

**Tabela 1.4 - Brasil: Produto Interno Bruto a Preços Correntes, por Região
(1999-2008)**

(Em R\$ Milhões)										
Unidade Geográfica	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	1.065.000	1.179.482	1.302.135	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.484	2.661.345	3.031.864
Norte	44.418	51.706	59.074	69.310	81.200	96.012	106.442	119.993	133.578	154.704
Nordeste	132.577	146.827	163.465	191.597	217.037	247.043	280.545	311.104	347.797	397.503
Sudeste	620.101	687.777	751.226	837.646	947.748	1.083.975	1.213.863	1.345.513	1.501.185	1.698.590
Sul	174.556	194.257	217.472	249.626	300.859	337.657	356.211	386.588	442.820	502.052
Centro-Oeste	93.348	98.915	110.899	129.649	153.104	176.811	190.178	206.284	235.964	279.015

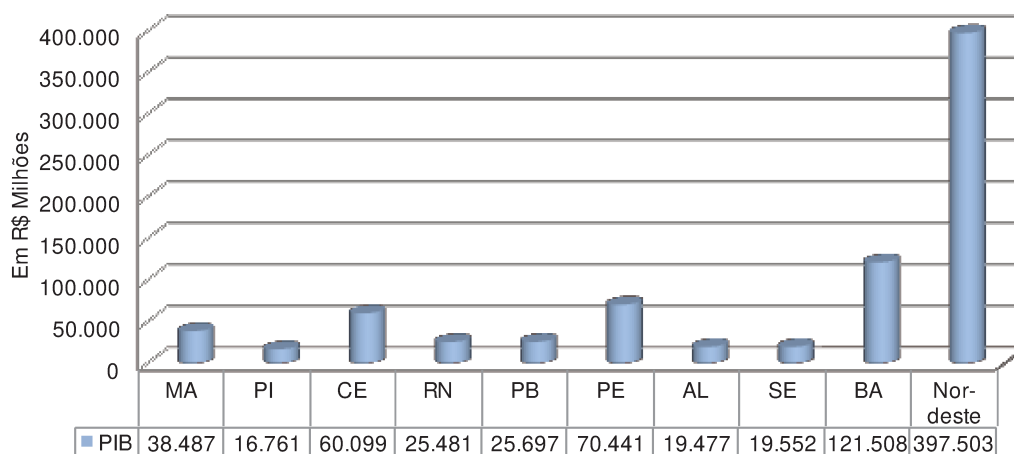
Fonte: IBGE/SIDRA. Elaboração Própria.

Cabe ressaltar que as maiores participações no PIB brasileiro permaneceram no Sudeste e Sul, os quais juntos representavam 72,6% do PIB nacional em 2008; porém, a participação do Sudeste reduziu 2,2 pontos percentuais entre 1999 e 2008.

É grande a disparidade do PIB entre os Estados nordestinos em 2008 (Gráfico 1.7). A Bahia concentra 30,6% (R\$ 121,5 bilhões) do PIB nordestino, seguida

por Pernambuco (17,7% - R\$ 70,4 bilhões), Ceará (15,1% - R\$ 60 bilhões) e Maranhão (9,7% - 38 bilhões). As menores representações são do Piauí (4,2% - R\$ 16,8 bilhões), Alagoas (4,9% - 19,5 bilhões) e Sergipe (4,9% - R\$ 19,6 bilhões).

Gráfico 1.7: Nordeste: Produto Interno Bruto, por Estado (2008)



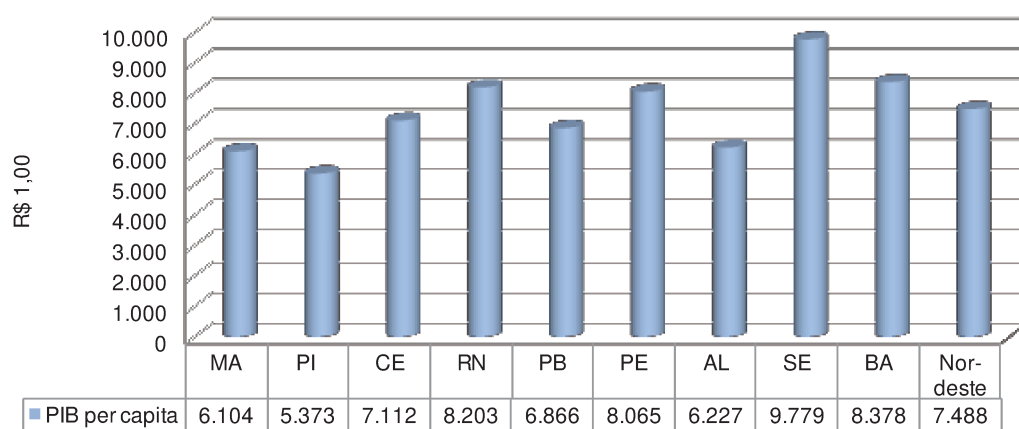
Fonte: IBGE/Contas Regionais. Adaptado de Almeida e Damasceno (2011, p. 27).

O PIB *per capita* nordestino variou de 37,2% a 49,3% entre os anos de 1939 e 2008. Apesar do crescimento desse índice nos últimos anos em todas as regiões brasileiras, o Nordeste (assim como a região Norte) apresentam valores muito abaixo das médias das demais regiões. O Nordeste apresenta pouco mais de um terço do PIB *per capita* da região Sul, por exemplo.

As representações dos estados nordestinos são diferentes quando se compara o PIB ao PIB *per capita* em 2008 (Gráfico 1.8). Embora Sergipe tenha o terceiro menor PIB do Nordeste, apresentou o maior PIB *per capita* regional (R\$ 9.779,00). Em seguida vem Bahia (R\$ 8.378,00), Rio Grande do Norte (R\$ 8.203,00) e

Pernambuco (R\$ 8.065,00). O Estado que tem o menor PIB *per capita* é o Piauí (R\$ 5.373,00).

Gráfico 1.8: Nordeste: Produto Interno Bruto *Per Capita*, por Estado (2008)



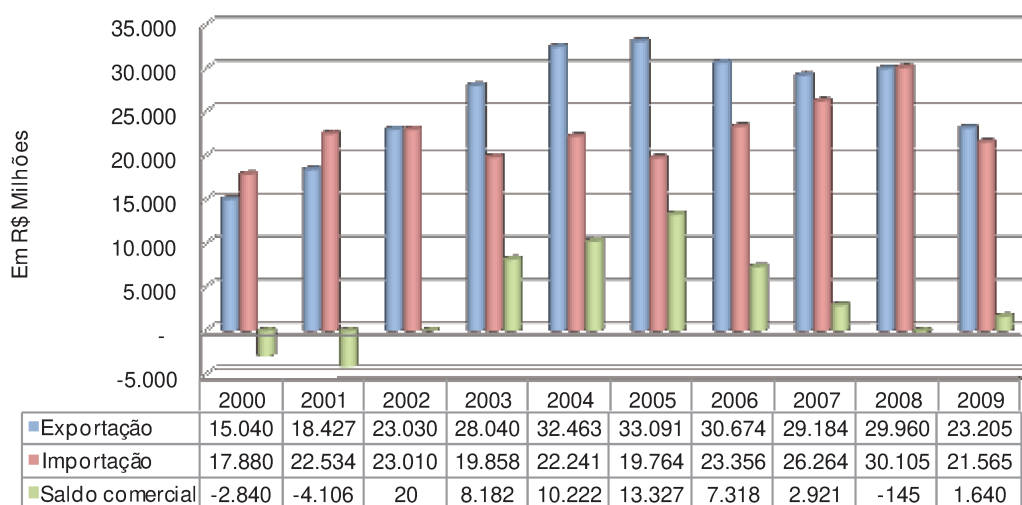
Fonte: IBGE/Contas Regionais. Adaptado de Almeida e Damasceno (2011, p. 27).

Comércio Exterior

A predominância de superávits na balança comercial foi registrada no Brasil entre 2000 e 2009. O montante das exportações no período de 2000 e 2009 compôs em média 12% do PIB nacional, enquanto as importações apresentavam 8,8%. A desvalorização cambial foi um fator decisivo para o aumento das exportações de 8,4% do PIB em 2000 para 14,3% do PIB em 2004. Os superávits comerciais resultantes desse aumento giraram em torno de 5,1% do PIB nacional, o equivalente a R\$ 135,7 bilhões a preços constantes de 2009 (BNB, 2010).

A partir de 2005, com a queda do dólar, o volume das exportações reduziu significativamente ao mesmo tempo em que houve o aumento das importações. Esse fato resultou na diminuição do superávit comercial, que passou para 1,6% do PIB nacional em 2009, o correspondente a R\$ 50,6 bilhões. Essa redução relativa equivale a 3,5 pontos percentuais quando se compara sua relação com o PIB em 2004 e 2005 (BNB, 2010).

**Gráfico 1.9 - Nordeste: Exportação, Importação e Saldo Comercial
(2000-2009)**



Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA. Adaptado de BNB (2010, p. 63).

Notas: (1) Valores convertidos pela taxa de câmbio R\$/US\$ comercial (venda) - média anual e corrigidos pelo deflator implícito do PIB nacional a preços de 2009.

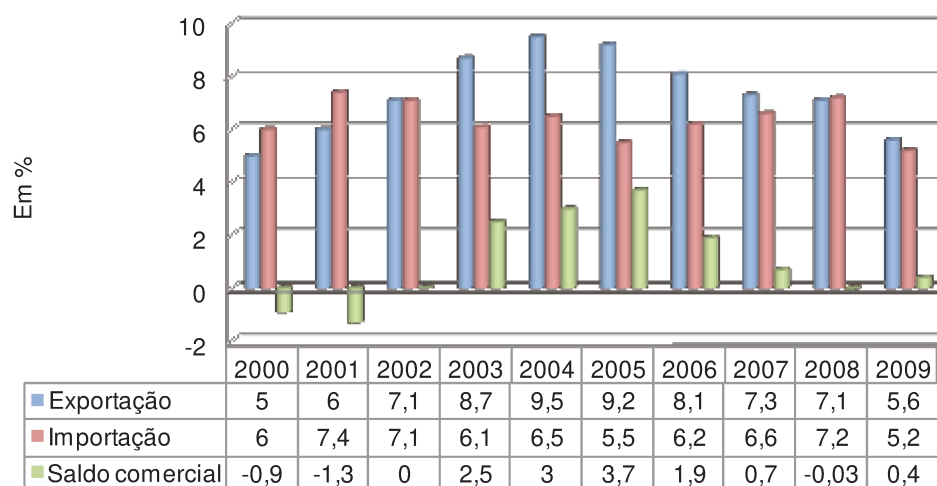
(2) Em 2009, o PIB foi projeção realizada pelo BNB/ETENE.

Até 2005, as exportações nordestinas apresentaram trajetória positiva, atingindo o pico de R\$ 33 bilhões nesse ano, registrando o maior superávit comercial da

série ilustrada no Gráfico 1.9 (R\$ 13,3 bilhões). Enquanto as importações atingiram seu maior nível em 2008, com a crise econômica mundial, totalizando R\$ 30,1 bilhões.

No Nordeste, o superávit comercial apresentou baixa participação média em relação ao PIB regional (em torno de 0,6% do PIB regional no período analisado no Gráfico 1.10) quando comparado ao registrado nacionalmente. Apesar da desvalorização cambial que aconteceu entre 2000 e 2001, o volume de importações se manteve acima do volume de exportações, o que gerou déficits seguidos na balança comercial nordestina, da ordem de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 4,1 bilhões, correspondentes a 0,9% e 1,3% do PIB nordestino, respectivamente.

Gráfico 1.10 - Nordeste: Proporção de Exportação, Importação e Saldo Comercial no PIB (2000-2009)



Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA. Adaptado de BNB (2010, p. 63).

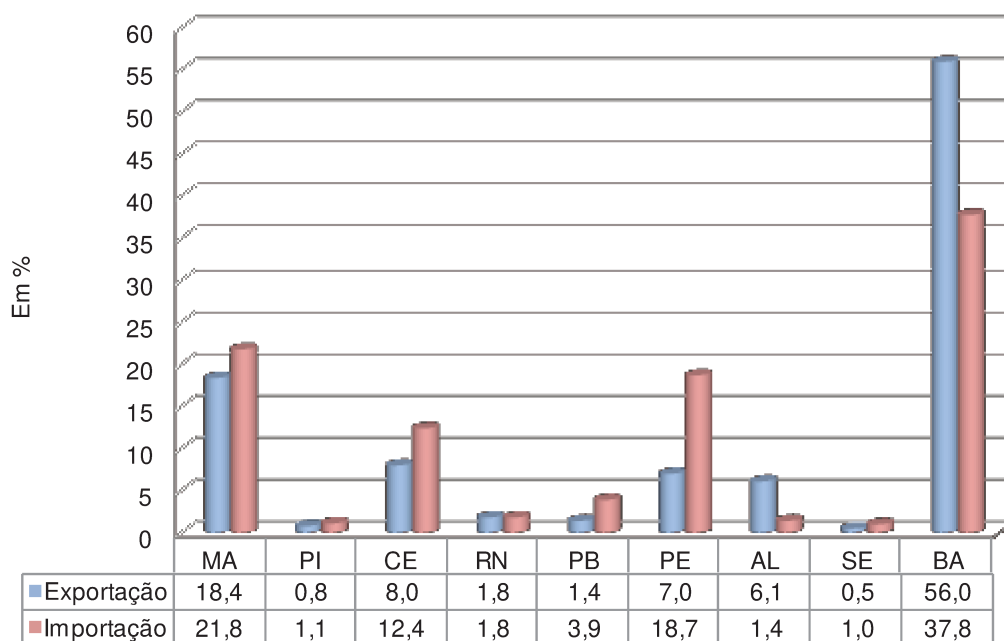
Notas: (1) Valores convertidos pela taxa de câmbio R\$/US\$ comercial (venda) - média anual e corrigidos pelo deflator implícito do PIB nacional a preços de 2009.

(2) Em 2009, o PIB foi projeção realizada pelo BNB/ETENE.

A alta do dólar alcançou seu maior valor em 2003, coincidindo com a elevação da participação do saldo das exportações no PIB nordestino. Em 2004 e 2005 com o recuo do saldo das importações, o saldo comercial nordestino atingiu seu melhor resultado (3% e 3,7% do PIB regional).

A partir de 2006, com a progressiva revalorização do câmbio, o volume de exportação cai e o de importação eleva, adotando trajetórias opostas. Esse fato reduziu significativamente o saldo comercial nordestino, que em 2009 chegou a 0,4% do PIB regional (Gráfico 1.10).

Gráfico 1.11 - Nordeste: Participação nas Exportações e Importações, por Estado (2010)



Fonte: MDIC. Adaptado de Almeida e Damasceno (2011, p. 41).

A Bahia tem a maior participação relativa tanto nas exportações (56%) como nas importações (38%) nordestinas. Seguida, respectivamente, pelo Maranhão (18% e 22%), Pernambuco (7% e 19%) e Ceará (8% e 12%). Sergipe e Piauí têm as menores participações na balança comercial nordestina (Gráfico 1.11).

No Brasil, entre 2000 e 2009, foi observada predominância de produtos manufaturados para exportação (média de 54,5%). Em segundo lugar estavam os produtos básicos (29,3%), seguidos pelos produtos semimanufaturados (14%) e demais produtos (2,1%). Entretanto, foi observado um recuo gradual do item mais significativo dessa pauta. Os produtos manufaturados reduziram sua participação na pauta de exportação do Brasil, de 59% na composição em 2000 para 44% em 2009 (BNB, 2010).

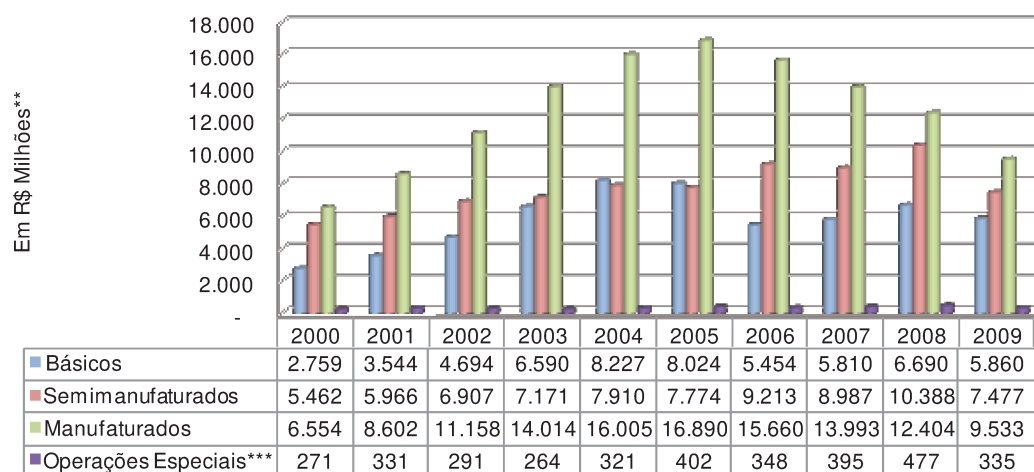
Paralelo a isso, o volume de exportação de produtos básicos cresceu acentuadamente com variação de 164% no mesmo período. Na participação da pauta, esses produtos passaram de 22,8% em 2000 para 40,5% em 2009. Foi registrado para os produtos semimanufaturados um crescimento mais modesto (se comparado ao crescimento de produtos básicos) de 29%. No entanto, um recuo menos acentuado que os produtos manufaturados foi registrado em 2009, reduzindo essa participação para 13,4% (BNB, 2010).

Na pauta de importação brasileira, os produtos manufaturados tiveram participação ainda maior (média de 78,7%) quando comparado com a exportação no mesmo período (2000 a 2009). Os produtos básicos mantiveram valores em torno de 17,1% de participação e os produtos semimanufaturados 4,1%. Esses últimos foram os únicos a apresentarem participação na importação abaixo da sua participação nas exportações (BNB, 2010).

Os produtos manufaturados apresentaram até 2006 uma redução na participação. Em 2000, eles representavam cerca de 83% da pauta de importação e reduziram progressivamente até 76,5% em 2006. Até 2009, essa participação se elevou, mas não conseguiu alcançar a observada em 2000. Para os produtos básicos, a proporção de importação aumentou significativamente após 2002, alcançando seu

máximo em 2006 (18,8%). No entanto, desse ano até 2009 houve redução para 14,7%, sendo ainda superior ao registrado em 2000. O crescimento desses produtos ao final do período foi de 10 bilhões (37% a mais que o ano 2000). O crescimento da importação dos produtos semimanufaturados foi mais modesto que o de produtos básicos. Em 2008, sua participação foi de 5,1% da pauta de importação, ou seja, 1,3 ponto percentual a mais do que o observado em 2000. Em 2009, ainda houve queda de 1,1 ponto percentual, mas ainda assim a proporção observada foi superior a de 2000 (BNB, 2010).

**Gráfico 1.12 - Nordeste: Pauta de Exportações, por Fator Agregado*
(2000-2009)**



Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA e IPEA. Adaptado de BNB (2010, p. 70).

Notas: (*) Trata-se da maior ou menor quantidade de transformação (agregação de valor) que a mercadoria sofreu durante o seu processo produtivo, até a venda final.

(**) Valores corrigidos pelo índice do deflator do PIB nacional a preços de 2009 e convertidos pela taxa de câmbio R\$/US\$ comercial (venda) – média.

(***) Referem-se a bens que se incluem na balança comercial, mas nem sempre é possível identificá-los com o maior grau de detalhamento da classificação de mercadorias. São classificadas como transações especiais de exportação.

Quanto à pauta de exportação da região Nordeste, os produtos manufaturados seguem a tendência nacional com uma média de 48,2% de participação. Em 2006, essa proporção chegou a 51,1% (R\$ 15,7 bilhões). Desse período até 2009 foi registrada uma redução de 10%, o que fez com que a participação fosse inferior a registrada em 2000 (Gráfico 1.12).

Os produtos semimanufaturados tiveram maior importância para a pauta de exportação da região Nordeste. Nessa região, esses produtos apresentaram uma participação média de 30% das exportações. Entre 2000 e 2005 houve queda na proporção dos semimanufaturados (de 36,3% em 2000 para 23,5% em 2005), mas em valores absolutos foi registrado acréscimo (de R\$ 5,5 bilhões para 7,8 bilhões) nesses anos. Até 2009, ocorreu recuperação de 8,7 pontos percentuais dessa proporção, inclusive, o valor alcançado (R\$ 7,5 bilhões) foi superior ao registrado em 2000, mesmo com redução na proporção (de 36,3% em 2000 para 32,2% em 2009). Apesar desse recuo na sua proporção com o total exportado, o crescimento das exportações de produtos semimanufaturados registrado entre 2000 e 2009 foi de 37%. Ademais, o pico de exportações desses produtos foi alcançado em 2008, com aproximadamente R\$ 10,4 bilhões (Gráfico 1.12).

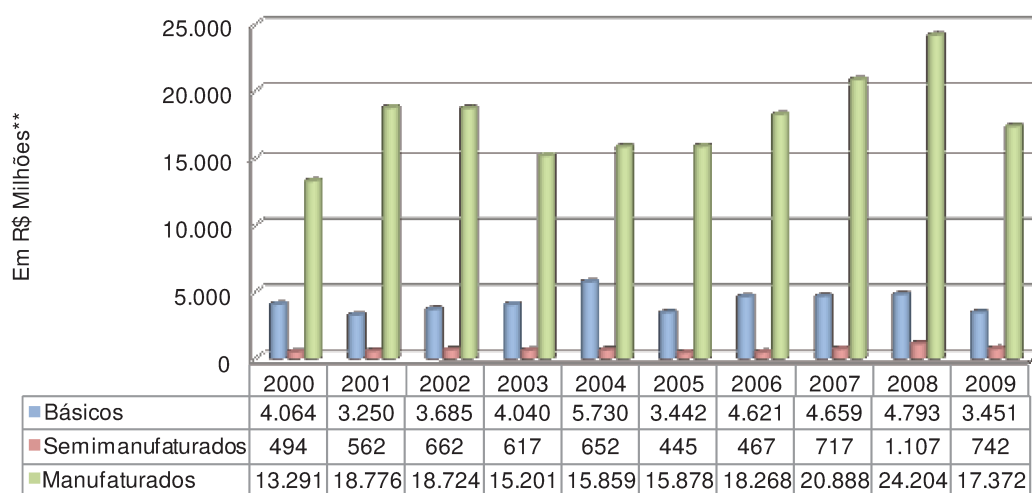
Os produtos básicos, em 2000, foram responsáveis por 18,3% (R\$ 2,8 bilhões) das exportações no Nordeste. Em 2004, foi registrado aumento nessa participação para 25,3% (R\$ 8,2 bilhões), seguida de um recuo até 2006 de 7,5 pontos percentuais, inclusive com redução absoluta para R\$ 5,5 bilhões nesse ano. Um novo crescimento é registrado a partir de 2007 (R\$ 5,8 bilhões). Em 2009, os produtos básicos representavam 25,3% (R\$ 5,9 bilhões) da pauta de exportação da região Nordeste, tendo assim a maior variação relativa (112%) dentre os componentes dessa pauta, com aumento de R\$ 3,1 bilhões entre 2000-2009 (Gráfico 1.12).

O volume de importação nordestino recuou 15% no período entre 2000 e 2009. Os produtos manufaturados também seguiram a tendência nacional (Gráfico 1.13). Na região, esses produtos representavam em média 79,9% das importações,

sendo o maior valor relativo registrado em 2001 (83,1% - R\$ 18,8 bilhões) e o menor em 2004 (71,3% - R\$ 15,8 bilhões). Em 2009, esses produtos compuseram 80,6% (R\$ 17,4 bilhões) dos produtos importados na região Nordeste. Nesse mesmo período, houve crescimento significativo de 30% das importações. Em termos absolutos, o maior volume de importações de manufaturados ocorreu em 2008 (R\$ 24 bilhões), enquanto o menor volume foi no início da série (2001 - R\$ 13,3 bilhões).

Já os produtos semimanufaturados compõem apenas 2,8% da pauta de importação nordestina (Gráfico 1.13). Esse produto oscilou bastante atingindo o maior valor tanto relativo como absoluto em 2008 (3,7% - R\$ 1,1 bilhões). O menor volume de importações desses produtos foi em 2005 (R\$ 445 milhões).

Gráfico 1.13 - Nordeste: Pauta de Importações, por Fator Agregado*
(2000-2009)



Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/DPLA e IPEA. Adaptado de BNB (2010, p. 71).

Notas: (*) Trata-se da maior ou menor quantidade de transformação (agregação de valor) que a mercadoria sofreu durante o seu processo produtivo, até a venda final.

(**) Valores corrigidos pelo índice do deflator do PIB nacional a preços de 2009 e convertidos pela taxa de câmbio R\$/US\$ comercial (venda) – média.

Os produtos básicos apresentaram participação de 17,6% em média na pauta de importação nordestina, pouco maior que a proporção nacional. O maior resultado para esses produtos foi o de 25,8% (R\$ 5,7 bilhões), registrado em 2004. A partir desse ano, inicia-se trajetória de queda na participação desses produtos, chegando a registrar 16% em 2009. Quando são considerados os valores absolutos, constata-se que o menor volume foi registrado em 2001 (R\$ 3,3 bilhões) e o maior em 2004.

1.3.2. Estrutura Industrial Nordestina

No Brasil, a desconcentração industrial em direção a regiões atrasadas ou vazias é dificultada pela concentração industrial prévia e pela desigualdade do potencial de pesquisa e de renda, pelos baixos investimentos, entre outros fatores. Para superar essa dificuldade, faz-se necessária a montagem de base de pesquisa e desenvolvimento específicos para essas regiões (DINIZ, 1995).

Segundo Sarti e Hiratuka (2011), a indústria brasileira voltou a apresentar sinais de crescimento mais forte em um período recente (2004-2008), depois de uma longa estagnação. O principal responsável por isso foi o crescimento da demanda interna, iniciado pelo novo poder de consumo, aliado a um novo ciclo de investimentos.

Tratando-se do Nordeste, é fato comprovado que a região ficou por muitos anos à margem do processo centralizador da industrialização brasileira que foi subordinada ao complexo do Sudeste. Isso aconteceu muito mais por suas próprias condições estruturais, como graves problemas sociais e econômicos, inserção marginal no mercado externo e agravada concentração fundiária (FURTADO, 1981; CANO,

1988). Entretanto, o potencial demonstrado pelas regiões metropolitanas e mesmo pelas zonas rurais indicava que a região era viável, necessitando apenas de fortes investimentos. Estes, inicialmente, vieram tracionados no âmbito da SUDENE, que agiu por meio de incentivos fiscais e financeiros concedidos a diferentes grupos industriais (ARAÚJO, 1995; FALVO, 2010).

A região Nordeste, antes produtora de bens de consumo não-duráveis como têxtil e alimentos, passou a abrigar polos importantes de desenvolvimento agroindustrial e industrial. A produção de bens intermediários passou a ser o foco dessa região, com destaque para a instalação do polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, e do complexo minero-metalúrgico, no Maranhão, do polo de fertilizantes de Sergipe, do complexo da Salgema em Alagoas, da produção de alumínio no Maranhão, entre outros (ARAÚJO, 1995).

O investimento de empresas estatais de peso foi crucial para os avanços industriais nordestinos, contribuindo para a descentralização de atividades, evitando regiões onde a economia estava mais concentrada. Neste cenário, destacam-se as ações da Vale do Rio Doce e da Petrobras, que ressaltaram o papel do investimento público indo de encontro à dinâmica de mercado, mostrando a importância do Estado no enfrentamento de questões de grande escala como as regionais. O resultado desse processo foi a integração das regiões periféricas à dinâmica nacional (ARAÚJO, 1995).

Com isso, ARAÚJO (2007) afirma que a heterogeneidade cresceu no Nordeste. A existência, em vários Estados, de focos modernos (química, petroquímica, mecânica, metalúrgica, material elétrico e minerais não-metálicos) convivendo com indústrias de bens não-duráveis de consumo (alimentos, bebidas, couros, calçados, têxteis e confecções) contribui para definição de diferentes trajetórias nas dinâmicas econômicas locais, tornando a realidade regional mais diferenciada e complexa.

A modernização de diversas infraestruturas econômicas nordestinas aconteceu nos últimos 30 anos, tornando as atividades de produção mais ativas e dinâmicas (ARAÚJO, 2007). Um exemplo corresponde aos avanços do *agrobusiness*,

que criaram verdadeiras “ilhas de tecnologia”, inseridas no semi-árido, desafiando a ideia estática de natureza desfavorável geradora de miséria e tornando-a um vetor de mudanças nos lugares mais atrasados (CASTRO, 2000).

Apesar do cenário industrial nordestino ter se diversificado nos últimos anos, ainda se nota maior especialização em relação à economia nacional, principalmente nas cadeias de base agropecuária e construção civil, além da cadeia têxtil e indústria de calçados. Ao mesmo tempo existe pouca densidade nos fluxos intersetoriais, com um ou dois setores relevantes, limitando-se a exportar grande parte da produção (petroquímica) ou importar parte relevante de seus insumos, como na cadeia de calçados (PROCHNIK e HAGUENAUER, 2001).

Diante das especificidades comentadas, a política industrial do Nordeste adotou uma atuação baseada na concessão de subsídios e incentivos fiscais, algo apropriado para projetos isolados, mas sem considerar problemas de coordenação, colocando o panorama nordestino entre as possibilidades de investimento em setores tradicionais (PROCHNIK e HAGUENAUER, 2001).

Mota (2010) ressalta um notável aumento nas bases de exportação e importação referentes à economia nordestina entre os anos de 1989 e 2004. Ainda assim, o grau de abertura foi o menor frente às demais regiões brasileiras. Isto parece indicar que os ganhos oriundos dos processos de desconcentração econômica vivenciados pelo país fortaleceram o cenário nordestino em atividades mais relacionadas ao mercado interno. Em outras palavras, a industrialização pesada e a integração do mercado nacional promoveram o desenvolvimento nessa região de atividades complementares à estrutura do Sudeste.

Em 2008, no Brasil, 182.395 unidades industriais foram responsáveis por 7.325.019 postos de ocupação. No que tange ao nível regional, o Nordeste apresentou 20.499 unidades industriais com 924.176 postos de ocupação.

Os destaques industriais do Nordeste são a Bahia, Pernambuco e Ceará (Tabela 1.5). Considerando dados de 2008, a distribuição de unidades industriais na região Nordeste está concentrada na Bahia (24,9%), Pernambuco (22,2%) e Ceará (21,2%). Alagoas e Maranhão representam as menores participações: 3,5% e 4%, respectivamente. Por conseguinte, os Estados nordestinos que mais empregam pessoal em atividades industriais são a Bahia (21,7%), Ceará (21,5%) e Pernambuco (20,6%). Fato curioso é o número de pessoal ocupado nessas áreas. Apesar de o estado de Alagoas possuir uma pequena área territorial e uma menor quantidade de unidades industriais, ele possui mais que o triplo de postos de emprego (11,1%) que o estado do Maranhão (3,6%), indicando que o complexo minero-metalúrgico bem como a produção de alumínio do Maranhão demandam menos pessoal do que o complexo da Salgema em Alagoas, por exemplo.

Tabela 1.5 - Nordeste: Informações Industriais, por Estado (2008)

Variáveis	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NE
UL	829	1.003	4.339	1.636	1.447	4.556	726	861	5.102	20.499
PO*	32.841	22813	198.320	75.830	64.615	190.446	102.740	36.460	200.111	924.176
VBPI**	8.123.264	2.804.535	17.484.823	6.752.432	5.489.635	20.853.168	5.221.691	6.246.498	77.050.385	150.026.431
VTI**	3.452.709	1.127.541	8.123.908	3.706.808	2.463.926	8.250.319	2.375.702	3457.391	36.160.527	69.118.831

Legenda: UL – unidades locais; PO – pessoal ocupado; VBPI – valor bruto da produção industrial; VTI – valor de transformação industrial.

Fonte: IBGE/PIA.

Notas: (*) Pessoal ocupado em 31 de dezembro.

(**) Em R\$ Mil.

O polo petroquímico de Camaçari responde por elevado valor da produção industrial baiana. Haja vista que a Bahia concentrou mais de 51% (R\$ 77 bilhões) do valor bruto da produção industrial (VBPI) do Nordeste em 2008 (Tabela 1.5). Em

seguida vem Pernambuco (13,9% - R\$ 20,9 bilhões) e Ceará (11,7% - R\$ 17,5 bilhões). Os menores VBPIs da região foram os do Piauí (R\$ 2,8 bilhões) e Alagoas (R\$ 5,3 bilhões). Mais uma vez o Maranhão destaca-se em relação a Alagoas, apresentando maior VBPI (R\$ 8,1 bilhões), pelas razões já mencionadas.

Como esperado, o VTI da Bahia é o maior do Nordeste, representando 52,3% (R\$ 36,3 bilhões) em 2008. O segundo maior é o de Pernambuco (R\$ 8,3 bilhões), seguido de perto pelo Ceará (R\$ 8,1 bilhões). Os estados de Maranhão e Sergipe têm VTIs maiores do que os do Piauí e Alagoas (Tabela 1.5).

*

Foi possível observar, em linhas gerais, a evolução econômica brasileira desde a década de 50 até os dias atuais. Até a década de 50, o desenvolvimento industrial era centralizado na região Sudeste. Ao Nordeste, cabia atuar no setor agroexportador, que pouco estimulava o desenvolvimento econômico naquele período. No início da década de 60, foi iniciada o que seria uma tendência nacional, a desconcentração da industrialização.

Até a década de 70, a região Nordeste, até então pontuada como região de pobreza e desigualdade social e sem perspectiva de desenvolvimento, atuava na produção de gêneros tradicionais. No início dessa década, a região Nordeste mudou seu foco produtivo para polos industriais mais modernos. Apesar da competição, a região Nordeste iniciou uma participação mais efetiva na economia nacional com períodos positivos e instáveis, inclusive em alguns períodos acompanhando as trajetórias nacionais.

Não se pode ignorar o fato de que a Região Nordeste passou por mudanças históricas na sua economia. No entanto, a desigualdade entre essa e as demais regiões permanece e é visível. Isso pode ser reflexo de todo processo histórico da região. Essa desigualdade é refletida principalmente na população. A alta desigualdade social e a baixa renda salarial do trabalhador são alguns exemplos.

Em síntese, o Nordeste durante muitas décadas apresentou crescimento econômico lento. A partir de meados da década de 1960, com a implantação de políticas de incentivos fiscais e financeiros regionais, e, posteriormente, com os investimentos associados ao II PND foi se transformando em uma região industrial especializada em bens intermediários, o que permitiu uma nova organização espacial da oferta e demanda no mercado doméstico, proporcionando uma “relativa solidariedade” entre a economia regional e a nacional, solidariedade esta que vem sendo crescentemente ameaçada no período recente devido a fatores tal como a guerra fiscal.

Capítulo II

A Cadeia Têxtil do Brasil pós-1990

A cadeia têxtil, de modo geral, foi aquela que apresentou um dos piores desempenhos do complexo industrial durante a década de 90. Houve drástica redução da produção e substituição por produtos importados em todas as etapas da cadeia, devido à combinação da abertura comercial com problemas específicos da sua principal matéria-prima, o algodão, que foi, conforme Campos e Paula (2006), prejudicado tanto pela ausência de política agrícola específica como por vantagens desfrutadas pelas culturas rivais (soja e milho), para as quais as condições macroeconômicas não foram tão nocivas.

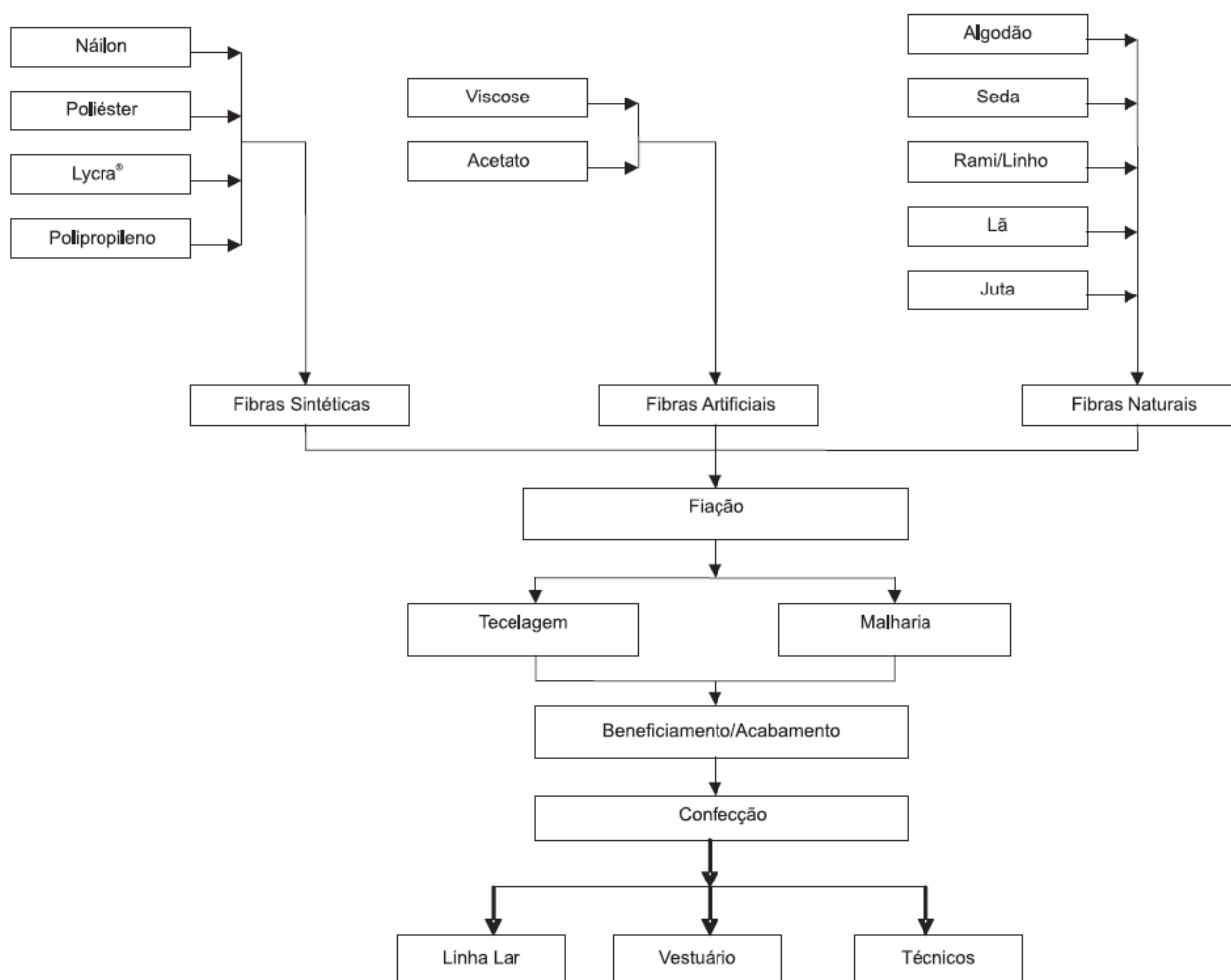
2.1. Os Elos da Cadeia Têxtil

Para melhor entendimento dos elos da cadeia têxtil, a Figura 2.1 mostra que nessa cadeia, não obstante seja formada por diversos segmentos industriais que são autônomos, a interação desses segmentos é elementar para sua organização.

Os negócios da cadeia começam com a matéria-prima (fibras têxteis), que é transformada em fios nas fábricas de fiação, prosseguindo para a tecelagem (que produz os tecidos planos) ou para a malharia (tecidos de malha). Em seguida, os tecidos passam pelo acabamento para alcançar a confecção. Vale assinalar que o produto final de cada uma dessas fases é a matéria-prima da fase seguinte. Por fim, os produtos chegam ao consumidor final na condição de vestuário ou artigos para o lar

(cama, mesa, banho, decoração e limpeza). Há, também, a possibilidade de os tecidos serem utilizados para fins industriais, a exemplo dos filtros de algodão, componentes para o interior de automóveis, embalagens etc. (VALOR ECONÔMICO, 2006 *apud* COSTA e ROCHA, 2009).

Figura 2.1 - Estrutura da Cadeia Produtiva Têxtil



Fonte: BNDES. Extraída de COSTA e ROCHA (2009, p. 163).

A interface com a indústria química também é relevante, tendo em vista a necessidade de insumos químicos para diversos tipos de tratamento desde as fibras até os bens acabados, bem como com a indústria de bens de capital, já que máquinas e equipamentos são requeridos em toda a cadeia.

Em uma escala inversamente proporcional, o porte médio das empresas da cadeia têxtil diminui de modo exponencial. Por causa de questões de escala e competitividade, a produção de fibras se concentra em um número pequeno de grandes empresas, além do caso dos produtores de *denim* (tecidos de algodão), cujas economias de escala são maiores, enquanto o final da cadeia é formado por elevado número de pequenas e médias empresas, intensivas em mão-de-obra, a exemplo das empresas de malharia, cama, mesa e banho que têm economias de escala menores.

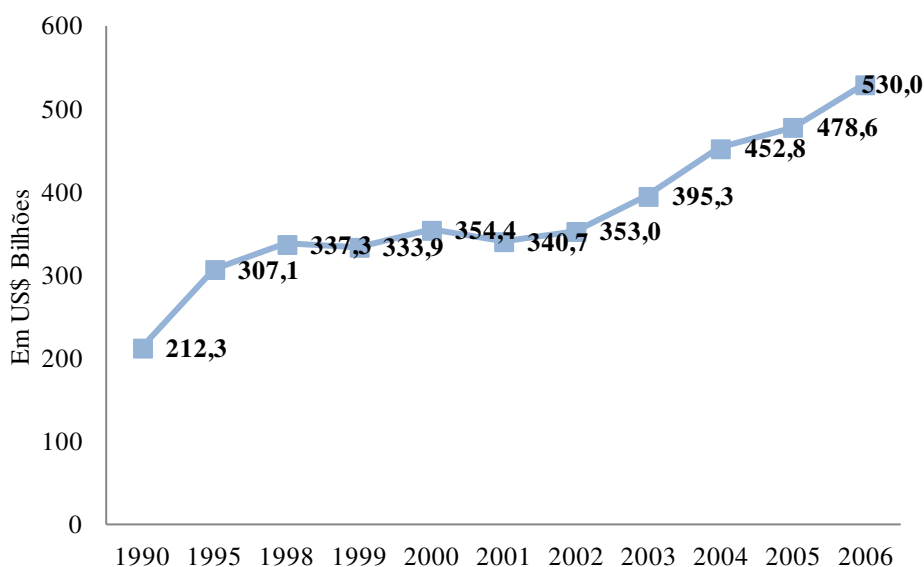
Uma característica interessante dessa cadeia é seu elevado grau de integração vertical. Do fornecimento de fibras até a tecelagem, é comum a integração vertical em uma mesma fábrica ou em fábricas próximas de um mesmo grupo. As integrações mais usuais são entre fiação/tecelagem/beneficiamento e/ou fiação/malharia/confecções.

Convém assinalar que essa cadeia *stricto sensu* possui baixo conteúdo tecnológico, de modo que não há fortes barreiras à entrada, pois entre as empresas líderes mundiais não existe distanciamento tecnológico radical. A tecnologia utilizada pela cadeia, por sua vez, é difundida e disponível no mercado mundial. Por conseguinte, os dois insumos do processo produtivo, mão-de-obra e matéria-prima, são relevantes para definição da competitividade desse tipo de indústria (RANGEL, 2008 *apud* COSTA e ROCHA, 2009).

2.2. A Competição Global na Cadeia Têxtil

A partir da década de 1980, a aceleração da globalização, bem como a flexibilização das barreiras à importação, provocaram a migração de parcela elevada da produção de artigos têxteis e confeccionados dos países desenvolvidos para países emergentes da Ásia e, mais recentemente, para o Leste Europeu, Norte da África e Ásia.

**Gráfico 2.1 - Mundo: Comércio Internacional da Cadeia Têxtil
(1990, 1995, 1998-2006)**



Fonte: IEMI (2008). Adaptado de COSTA e ROCHA (2009, p. 8).

O comércio internacional da cadeia têxtil aumentou 150% entre os anos 1990 e 2006. Esse comércio atingiu o montante de US\$ 530 bilhões em 2006 (Gráfico 2.1).

Neste ano, a China vendeu para o mundo 27,2% das exportações mundiais têxteis, seguida por Hong Kong (8%), Alemanha (6,5%) e Itália (5,7%). Quanto às importações, os Estados Unidos exerceram a liderança mundial, representando 20,1% do total. A China, também, ocupou posição importante enquanto importadora, pois, apesar de ser a maior produtora mundial de algodão, tem que importar essa fibra em larga escala para atender a sua crescente demanda interna, conforme apontam Costa e Rocha (2009).

O término do Acordo de Têxteis e Vestuários (ATV) em 31 de dezembro de 2004 contribuiu para o êxito chinês no comércio internacional. As exportações chinesas para o mundo expandiram de 8%, em 1995, para 25%, em 2006, segundo Costa e Rocha (2009).

O ATV foi criado em 1994 para estabelecer, durante o período de dez anos, restrições quantitativas às importações de artigos têxteis determinadas pelo Acordo Multifibras em 1974⁸. Foi prevista a eliminação paulatina dos limites de quotas de importação para produtos de cada país. Múltiplas estratégias de âmbito nacional surgiram durante sua vigência.

2.2.1. A Intensa Concorrência da Cadeia Têxtil Chinesa

A China é o principal *player* global no mercado mundial de têxteis. A notável competitividade desse país está associada à sua superabundante mão-de-obra e de baixo custo, insumo crucial para competitividade dessa cadeia, conforme exposto

⁸ O Acordo Multifibras foi criado em 1974 e renegociado três vezes, vigorando até 1994. Esse acordo permitiu a grandes importadores, como os EUA, estabelecer cotas quantitativas de produtos têxteis por país, com o intuito de restringir importações (HAGUENAUER *et al.*, 2001; AMARAL, 2008).

acima. Adicionalmente, trata-se do maior produtor mundial de algodão e goza de situação privilegiada no que tange ao poliéster. Outro aspecto que favorece a China é sua produção interna de máquinas têxteis de última geração (RANGEL, 2008 *apud* COSTA e ROCHA, 2009).

A cadeia têxtil da China é moderna, integrada, absorve altos investimentos (importou 70% das máquinas mundiais nos últimos anos), controla algumas etapas do processo produtivo e investe em sistemas de financiamento para a comercialização. Adota, também, uma política de comércio exterior agressiva, cuja estratégia é a concorrência via preços, exportando grandes volumes de produtos padronizados, inclusive através de empresas com marcas reconhecidas internacionalmente pelo padrão de qualidade, como por exemplo a francesa Pierre Cardin, que em 2006 já possuía 34 fábricas no país (COSTA e ROCHA, 2009).

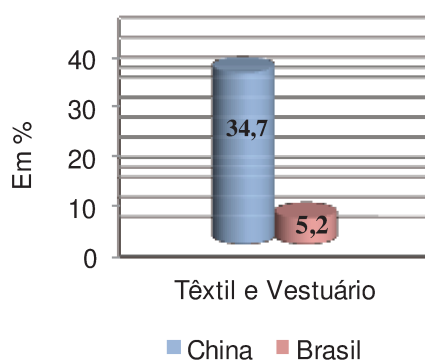
Segundo os autores, a concorrência chinesa engendrou, notadamente nos países desenvolvidos, mecanismos de defesa de suas indústrias nacionais, via adoção de elevadas tarifas para importação, bem como de barreiras não-tarifárias (associadas a medidas trabalhistas e ambientais), além de ações *antidumping*. Outra estratégia é a constituição de acordos comerciais bilaterais que estabelecem parcerias e acesso diferenciado aos mercados desenvolvidos.

Até 2005, os EUA eram o principal comprador dos produtos têxteis brasileiros. Com a supressão do ATV, a China conquistou considerável parcela do mercado americano em detrimento do *market share* brasileiro. O Brasil, destarte, elevou suas exportações para a América Latina, para onde foram destinadas, em 2006, 53,4% das exportações, sendo 31,3% para o Mercosul (COSTA e ROCHA, 2009). A China também ampliou participação nas importações dos países desse bloco nos segmentos têxtil e vestuário, quando se compara o ano de 2000 a 2006 (NEIT, 2008).

No caso da Associação Latino-Americana de Integração – Aladi, o aumento da participação chinesa ocorreu de modo intenso. O que é uma situação menos favorável ao Brasil do que se constata no Mercosul. Em 2000, a China já possuía

inserção importante em têxtil e vestuário. No período essa inserção se aprofundou e em 2006, conforme o Gráfico 2.2, a China respondia por 34,7% das importações de têxteis e vestuário. O Brasil, por sua vez, teve queda no setor têxtil e de vestuário de 5,7% para 5,2% (NEIT, 2008).

Gráfico 2.2 - Brasil e China: Participação do Setor Têxtil e Vestuário nas Importações da Aladi (2006)



Fonte: Comtrade (*apud* NEIT, 2008). Elaboração própria.

No que se refere ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – Nafta, a participação da China é muito maior que a do Brasil. No segmento têxtil e vestuário, o Brasil aumentou sua participação em apenas 0,1%, enquanto a China mais que duplicou. Quanto à importância na pauta brasileira, a atividade têxtil e vestuário representa somente 2,3% das exportações brasileiras para a região em 2006 (Tabela 2.1).

Tabela 2.1 – Brasil e China: Participação nas Importações de Têxtil e Vestuário do Nafta (2000 e 2006)

(Em %)

Market-Share				Importância na pauta brasileira (2006)
Brasil		China		
2000	2006	2000	2006	
0,4	0,5	12,1	28,6	2,3

Fonte: Comtrade. Adaptado de NEIT (2008, p. 5).

No período 2001-2005, ocorreu mudança na composição setorial da China em direção aos setores de mais alta intensidade tecnológica, exceto no caso da “indústria intensiva em trabalho”, cujo destaque continua sendo a indústria têxtil, em que a China permanece como principal exportador para os países desenvolvidos (NEIT, 2009).

No que diz respeito aos impactos da concorrência chinesa no país, convém ressaltar as disparidades entre os setores têxtil e de confecção brasileiros. No primeiro setor, a concorrência chinesa é muito agressiva e consegue cada vez mais ampliar sua inserção. No setor de confecção brasileiro, todavia, a China não consegue competir de modo intenso, graças ao fato de sua produção ser espalhada, haja vista que é formado, notadamente, por micro e pequenas empresas (como será visto no próximo capítulo); inclusive, porque sua dinâmica de movimentação é pela demanda (enquanto o têxtil remete mais às condições de oferta), o que combina com o recente dinamismo do mercado interno.

2.2.2. A Fraca Competitividade Externa da Cadeia Têxtil do Brasil

Com a abertura comercial nos anos 1990, a estratégia empresarial dominante no setor têxtil brasileiro tem sido a fusão entre empresas, na busca de escalas técnicas e econômicas, além da atualização de equipamentos; no setor de vestuário, a principal estratégia tem sido a terceirização.

Tabela 2.2 – Brasil: Coeficientes de Exportação e Penetração de Importados da Cadeia Têxtil (1990-1996)

Coeficiente	(Em %)						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Exportação	3,85	5,37	7,1	6,28	5,63	4,69	4,22
Penetração dos Produtos Importados na Economia Nacional	1,83	2,87	3,2	5,84	6,06	8,11	8,27

Fonte: IBGE, matriz insumo-produto (*apud* HAGUENAUER *et al.*, 2001, p. 56-57).

No período entre 1990-1996, a cadeia têxtil teve baixo coeficiente de exportação. Esse comportamento decorreu em parte do seu direcionamento para o mercado interno, restringindo as exportações a alguns produtos específicos, a exemplo do índigo (tecido de algodão para jeans) e artigos de cama, mesa e banho (apesar de a cadeia têxtil ainda ser protegida internacionalmente, a exemplo do Acordo Multifibras). Por outro lado, nesse mesmo período o setor ressentiu-se com a agressividade dos produtores asiáticos e a sobrevalorização do Real. O coeficiente de importação da cadeia têxtil apresentou trajetória crescente (quase quadruplicou), como efeito

principalmente da substituição de algodão e tecidos sintéticos nacionais por importados (Tabela 2.2).

Problemas na principal matéria-prima da cadeia têxtil, o algodão, afetaram o desempenho de todas as etapas da cadeia têxtil: cotonicultura, beneficiamento de fibras naturais, fiação, tecelagem e, em menor grau, vestuário. É relevante assinalar que o Brasil passou de grande exportador de algodão beneficiado e fios a grande importador, por causa de uma série de fatores, tais como a praga do bicudo que atacou o algodão arbóreo, de qualidade superior no final dos anos 80; a abertura comercial, as vantagens de prazo de financiamento e juros externos associadas ao algodão importado, falta de competitividade etc.

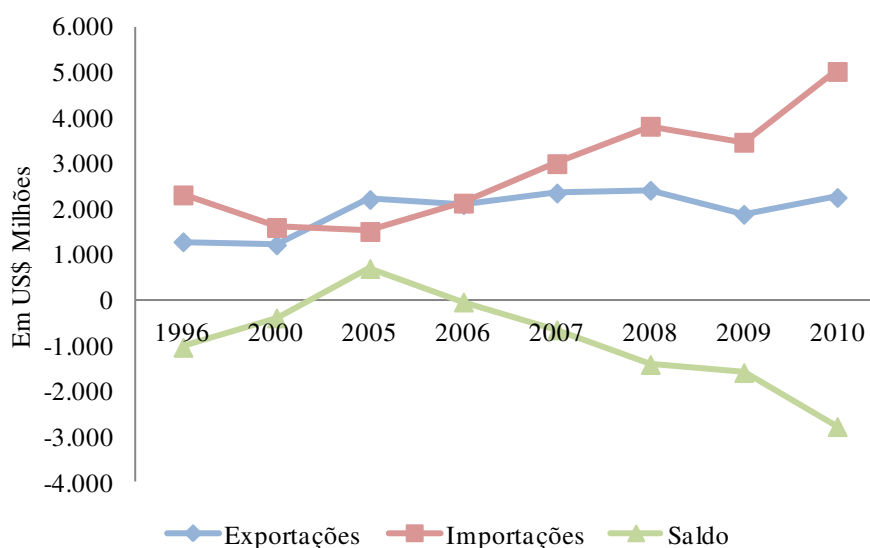
A partir da segunda metade da década de 1990 foram adotadas medidas para reverter o quadro crítico da cadeia têxtil. Foi incentivada a cotonicultura no Centro-Oeste, subiram temporariamente as alíquotas do imposto de importação e foram estabelecidas cotas para têxteis de origem externa. Embora tenha ocorrido redução das importações, atualização tecnológica e movimento de realocização para redução de custos empreendidos pelas maiores empresas, a cadeia sofreu retração nessa década (HAGUENAUER et al, 2001).

Ademais, o sistema têxtil e de confecção brasileiro não se preparou para enfrentar as grandes mudanças provenientes da liberalização do comércio internacional decorrente do fim do ATV. Diversos elos da cadeia produtiva têxtil do Brasil não têm vantagem competitiva internacional devido às suas intensas fragilidades estruturais, limitações tecnológicas, gerenciais e de informação, inclusive baixo níveis de produtividade. Além disso, a permanente valorização do Real desfavorece as exportações. Um ponto adicional, destacado pela ABDI e CGEE (2008), é o atraso na conclusão de acordos que permitiriam o acesso a grandes mercados, como o Mercosul e a União Europeia.

O Brasil chega à segunda metade dos anos 2000 ocupando a 46ª e 43ª colocações nas exportações e importações, respectivamente, quando se considera o

comércio mundial têxtil. A cadeia têxtil do Brasil, todavia, está entre os maiores produtores mundiais. O Brasil é o sexto maior país produtor de têxtil e confeccionados. Trata-se de um país “produtor/consumidor”, cuja maioria de sua produção é voltada para o consumo interno, já que o país tem expressivo contingente de consumidores (COSTA e ROCHA, 2009).

Gráfico 2.3 – Brasil: Exportação, Importação e Saldo Comercial de Artigos Têxteis (1996, 2000, 2005-2010)



Fonte: MDIC/SECEX (2011). Elaboração própria.
Nota: inclui tapetes e carpetes.

O Gráfico 2.3 mostra que o saldo da balança comercial brasileira de têxteis teve um movimento contínuo de redução nos anos 2000, visto o fraco desempenho das exportações frente ao elevado crescimento das importações. Cabe ressaltar que o saldo comercial brasileiro é influenciado tanto pela taxa de câmbio como pela grande

expansão do comércio internacional na última década. As exportações da cadeia têxtil cresceram entre 2000 e 2005 (com o Brasil apresentando saldos comerciais positivos entre 2001-2005), em decorrência da expansão da demanda mundial, apesar da valorização cambial iniciada em 2004. Já as importações declinaram de 2000 a 2002 e só voltaram a crescer com a valorização cambial (COSTA e ROCHA, 2009).

Após cinco anos com superávits, o saldo comercial de têxteis passou a ser deficitário: em 2006 (US\$ 31 milhões), 2007 (US\$ 640 milhões), 2008 (US\$ 1,4 bilhão), 2009 (US\$ 1,5 bilhão) e 2010 (US\$ 2,7 bilhões). A valorização do Real, o fim do Acordo de Têxteis e Vestuários (ATV) em 2005 e o recrudescimento da crise econômica mundial contribuíram para essa trajetória negativa (Gráfico 2.3).

2.3. A Importância Socioeconômica da Cadeia Têxtil do Brasil

A indústria têxtil tem importância para a economia do Brasil, bem como possui forte impacto social, pois se destaca como o segundo setor que mais emprega mão-de-obra no país, ficando atrás somente da indústria da construção civil. O faturamento bruto dessa cadeia foi de US\$ 41 bilhões em 2007, representando 5,5% do faturamento total da indústria de transformação e 17,3% do total de empregos gerados. Nesse mesmo ano, empregou diretamente mais de 1,6 milhões de pessoas, englobando cerca de 30 mil empresas (COSTA e ROCHA, 2009).

Cabe destacar que o complexo têxtil brasileiro tem aumentado os esforços de investimentos em modernização tecnológica e em expansão da capacidade produtiva, como resposta às pressões externas. A mudança no regime cambial, em 1999, repercutiu diretamente nas importações, gerando uma importante inflexão nas perspectivas do setor, inclusive com a recuperação das exportações na primeira metade dos anos 2000.

Entre 1990 e 2005, a modernização do parque de máquinas da cadeia têxtil consumiu recursos de mais de US\$ 10,5 bilhões, o que significa US\$ 656 milhões por ano, em média. Somente no ano de 1995, a cadeia investiu mais de US\$ 2 bilhões⁹.

As atividades têxtil e de vestuário brasileiras seguem o padrão mundial no que diz respeito ao baixo conteúdo tecnológico, tendo em vista suas baixas taxas de inovação¹⁰. Quando se compara o período 2001-2003 ao 2006-2008, nota-se que a taxa de inovação do setor de vestuário cresceu 14%, percentual equivalente ao da indústria

⁹ Dados do IEMI (2006).

¹⁰ “A taxa de inovação é o valor, em percentual, da razão entre o número de empresas que realizaram inovações e o número total de empresas da base de pesquisa do IBGE, no período” (ABDI e CGEE, 2008, p. 132). Esse indicador serve para mensurar a intensidade tecnológica dos setores das indústrias de transformação e os categoriza em alta, média-alta, média-baixa e baixa intensidade tecnológica (IBGE, 2010).

de transformação (15%), já a do setor têxtil cresceu pouco (2%). No período mais recente (2006-2008), nota-se que as indústrias têxtil e de vestuário tiveram taxas de inovação próximas da média da indústria de transformação brasileira (Tabela 2.3).

**Tabela 2.3 – Brasil: Taxa de Inovação, por Atividades Seleccionadas
(2001, 2003, 2005, 2006 e 2008)**

	(Em %)		
Atividade	2001-2003	2003-2005	2006-2008
Indústria de transformação	33,5	33,6	38,4
Têxtil	35,0	33,3	35,8
Vestuário	32,2	28,0	36,8

Fonte: IBGE, Pesquisas de Inovação Tecnológica 2005 e 2008.

Apesar da fraca competitividade externa, a maioria dos setores da cadeia têxtil apresentou uma trajetória positiva quanto ao volume de produção física durante o período observado na Tabela 2.4, visto que a cadeia é voltada para o mercado nacional. Esse crescimento da produção da cadeia vem acompanhando a expansão demográfica e o aumento do consumo *per capita* brasileiro nos últimos anos. Os anos de 2002-2003 não favoreceram os setores da cadeia. Em 2005, apesar das dificuldades enfrentadas pela maioria dos segmentos do país, o volume da produção total da cadeia têxtil ampliou 2,5%. O setor de malhas foi o destaque desse ano (cresceu 22%).

**Tabela 2.4 – Brasil: Produção da Cadeia Têxtil, por Setor
(1990, 1995, 2000, 2002-2005)**

(Em mil toneladas)							
Setor	1990	1995	2000	2002	2003	2004	2005
Fios	1.309,6	1.291,0	1.738,5	1.505,2	1.472,1	1.574,6	1.590,5
Tecidos	803,0	875,2	1.084,7	1.219,8	1.179,4	1.313,0	1.314,3
Malhas	319,3	350,8	497,0	477,4	443,8	453,9	554,2
Confecções	820,0	1.229,7	1.635,9	1.699,5	1.683,8	1.739,7	1.747,4
Total	3.251,9	3.746,7	4.956,1	4.901,9	4.779,1	5.081,2	5.206,4

Fonte: Adaptado de IEMI (2006, p. 36).

É relevante assinalar que a ampliação do nível de renda brasileira influenciou o aumento do consumo de produtos têxteis no Brasil. Dados de 2007 permitem apontar a alta concentração regional do consumo dessa cadeia: a região Sudeste centraliza metade do consumo brasileiro do setor têxtil, o Nordeste atrai 19% desse consumo e o Sul 16% (COSTA e ROCHA, 2009).

A pressão que a abertura comercial e a valorização cambial exerceram sobre a cadeia têxtil foi atroz, obrigando-a a diminuir de modo drástico seus custos, empreendendo árduo esforço de modernização, a fim de ampliar sua competitividade através da melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos e, desse modo, enfrentar a concorrência internacional. São ilustrativas as importações de bens de capital e de consumo, e de insumos mais atualizados tecnologicamente ou de menor custo. Por outro lado, essa cadeia pôde contar com as “vantagens espúrias” associadas à guerra fiscal entre unidades da federação e da tolerância maior pela informalidade e precariedade do trabalho e do salário na periferia do país.

2.4. Relocalização e Expansão da Cadeia Têxtil para o Nordeste Brasileiro

Durante os anos 1990 ocorreu o processo de deslocamento regional das grandes e médias empresas da cadeia têxtil¹¹, via investimentos para implantação de novas unidades ou subcontratação da produção, das regiões Sul e Sudeste para o Nordeste. Esse processo é marcado pela busca da redução dos custos de produção (baixo custo da mão-de-obra) e pela implementação da guerra fiscal por parte dos Estados nordestinos, que engendram um ambiente favorável a investimentos e negócios, atraindo setores manufatureiros intensivos em mão-de-obra. Ou seja, esse ambiente é caracterizado pela presença de incentivos fiscais, creditícios e de infraestrutura industrial, além da presença de cooperativas de trabalhadores que implicam diminuição dos custos operacionais. Posteriormente, o movimento da cadeia foi menos intenso, com expansão de micro e pequenas empresas no Nordeste e Sul (o que será ratificado no próximo capítulo). Esse último movimento, ademais, passou a ser dependente, sobretudo, do dinamismo do mercado interno dos anos 2004-2008.

Convém frisar que essa mobilidade de empresas têxteis para o Nordeste não foi recente, pois desde meados dos anos de 1960 e 1970, essas empresas foram atraídas pelos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), de modo que estabeleceram bases produtivas importantes na região (GARCIA, 2010). A intensificação desse processo, todavia, deu-se na década de 1990, pelas razões acima expostas.

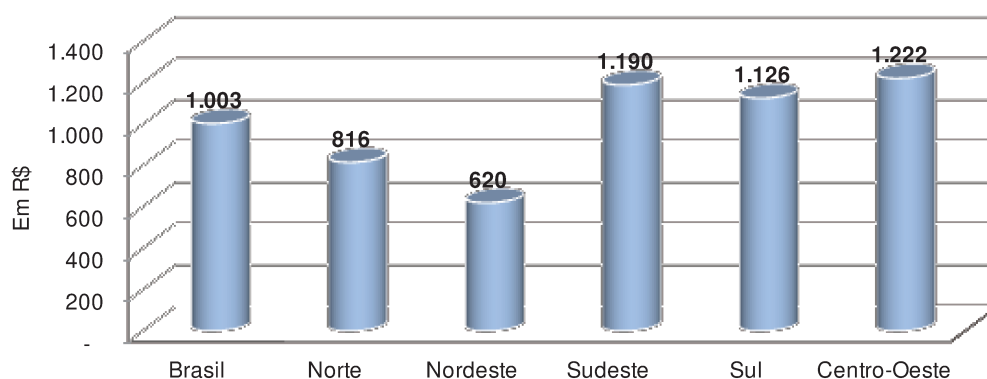
Melo (1987) assinala que os incentivos fiscais concedidos pela Sudene engendrou uma “nova indústria” para o Nordeste, com elevadas taxas de crescimento do produto e de Formação Bruta de Capital, taxas essas bem próximas das nacionais. Nesse momento, a modernização do setor têxtil nordestino teve grande importância,

¹¹ A exemplo do grupo Vicunha, Coteminas, Karsten, Marisol etc. (COSTA e ROCHA, 2009).

com política de substituição regional de importações em uma primeira etapa, seguida pela instalação de novas fábricas que produziam novos produtos e que implementaram tecnologias que se tornaram disponíveis para o setor. A partir daí, ocorreu melhora na integração do setor têxtil à economia nacional¹².

A mobilidade de setores manufatureiros intensivos em mão-de-obra para o Nordeste representa economia de custos de trabalho, porque o rendimento médio mensal recebido pelos trabalhadores das regiões Sudeste e Sul foram, respectivamente, 92% e 82% maiores que os rendimentos recebidos pelos empregados nordestinos em 2009, conforme revela o Gráfico 2.4.

Gráfico 2.4 – Brasil: Rendimento Médio Mensal Real de Todos os Trabalhadores, por Região (2009)



Fonte: IBGE – PNAD 2009. Adaptado de BNB (2011, p. 34).

A desconcentração industrial da cadeia têxtil ocorreu com mais intensidade nas etapas intensivas em mão-de-obra e com baixa utilização de tecnologia. Ao passo que o Sudeste (notadamente São Paulo) concentra as etapas de concepção e

¹² Ver mais detalhes em Melo (1987).

planejamento estratégico da cadeia têxtil (COSTA e ROCHA, 2009). Ou seja, centraliza as funções intangíveis como planejamento, *design*, marketing etc. Na maioria dos casos há desverticalização espacial do processo, no sentido de instalar fases em diferentes localidades, a exemplo da instalação de fiação e tecelagem na região Sudeste e confecção na região Nordeste (ABDI e CGEE, 2008).

2.4.1. Ganhos e Perdas de Participação no VTI Nacional

A Tabela 2.5 ilustra que os setores têxtil e vestuário nordestinos tiveram, respectivamente, variação na participação nacional do valor da transformação industrial (VTI)¹³ de 1,4% e -3,4% no período entre 1985-1996. Vale ressaltar que a queda do setor vestuário nesse período deveu-se a fatores como crise do algodão nordestino, da abertura comercial e da valorização do Real.

No período subsequente (1996-2004), observando o mesmo indicador, esses setores nordestinos obtiveram ganhos de participação no VTI nacional de 0,8% e 2,1%, respectivamente. Quando comparado às demais regiões e estados selecionados, o Nordeste, neste mesmo período, teve o terceiro maior ganho de participação no VTI nacional do setor vestuário (2,1%) e o quarto maior ganho em têxtil (0,8%).

Observando agora as demais regiões e estados apresentados na Tabela 2.5, a análise dos ganhos e perdas de participação no VTI nacional da cadeia têxtil revela, por exemplo, que:

¹³ O VTI é obtido deduzindo-se do Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) os Custos das Operações Industriais (COI). Os COI constituem o consumo das matérias-primas, materiais auxiliares e componentes e outros custos das operações industriais.

- A região Norte apresentou perdas de participação no setor têxtil, enquanto o setor de vestuário, no período entre 1996-2004, teve ganho de 0,2%.

Tabela 2.5 – Regiões e Estados Selecionados: Ganhos ou Perdas de Participação no VTI Nacional dos Setores Têxtil e Vestuário* (1985, 1996, 2004)

(Em %)

Região/Estado	Têxtil		Vestuário	
	1985-1996	1996-2004	1985-1996	1996-2004
Norte	-1,3	-0,6	-0,1	0,2
Nordeste	1,4	0,8	-3,4	2,1
Minas Gerais	1,3	2,5	-2,5	0,7
Espírito Santo	0,0	0,0	0,2	0,6
Rio de Janeiro	-3,2	-1,5	-4,6	-3,4
São Paulo	-0,2	-6,9	-4,8	-6,3
Paraná	-1,2	0,6	1,5	3,2
Santa Catarina	6,3	1,6	7,5	2,6
Rio Grande do Sul	-0,4	2,0	-0,9	0,0
Centro-Oeste	0,0	0,7	2,7	0,4
Distrito Federal	0,0	0,0	0,1	0,2

Fonte: IBGE Censo Industrial 1985 e PIAS 1996, 2003 e 2004. Adaptado de CANO (2008, p. 180-182).

Notas: Dados a 3 dígitos para o Norte, Nordeste, Espírito Santo, Centro-Oeste e Distrito Federal.

(*) Ver o apêndice metodológico e estatístico de Cano (2008).

(**) Centro Oeste (exclusive Distrito Federal).

- Os Estados do Sudeste tiveram desempenho ruim no indicador, com exceção de Minas Gerais (que obteve ganho expressivo no setor têxtil em 1996-2004). No segundo período analisado, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram perdas

consideráveis de participação nos setores têxtil (-6,9% e -1,5%) e vestuário (-6,3% e -3,4%), enquanto Minas Gerais obteve ganhos de participação da ordem de 2,5% e 0,7%, respectivamente.

- No período entre 1996-2004, os destaques da região Sul foram: Rio Grande do Sul (têxtil: 2,0%) e Paraná (vestuário: 3,2%, maior ganho de participação nacional). Santa Catarina também apresentou ganhos expressivos de participação nacional na cadeia, principalmente no período 1985-1996, mas também continuou avançando no período seguinte (2,6% em vestuário e 1,6% em têxtil).

2.4.2. Produção Têxtil Regional

A Tabela 2.6 mostra que o Sudeste ainda concentrava a maior parcela da produção física têxtil brasileira (em 2007, respondia por 47,2% da produção têxtil do país), no que é favorecido pelo seu elevado número de consumidores e amplas redes de distribuição de artigos têxteis. Vale frisar, contudo, que essa região vem reduzindo sua participação em todos os segmentos da cadeia (conforme Tabela 2.7).

O Nordeste, por sua vez, ampliou sua produção física ao longo de toda a cadeia entre os anos 1990 e 2005, sendo que neste último ano já respondia por 32,6% da produção de fios, 20,4% dos tecidos, 8,4% das malhas e 12,4% das confecções (Tabela 2.7). Desta forma, essa região foi responsável por 19,1% da produção nacional da cadeia têxtil em 2007 (Tabela 2.6).

Tabela 2.6 – Brasil: Participação das Regiões na Produção de Têxteis, por Setor (1995, 1999, 2003 e 2007)

	(Em %)			
Região	1995*	1999**	2003	2007
Norte	5,2	4,0	1,8	1,8
Nordeste	11,4	15,0	21,0	19,1
Sudeste	61,6	55,4	48,5	47,2
Sul	19,7	22,9	27,3	30,0
Centro-Oeste	1,9	2,6	1,4	1,9

Fonte: IEMI (2006, p. 34) 1990 e 2005; Costa e Rocha (2009, p. 176) 2003 e 2007 e Gorini (2000, p. 49) 1995 e 1999. Elaboração própria.

Notas: (*) 0,2% da produção não foi informada, dados compilados na matriz da empresa.

(**) 0,01% da produção não foi informada, dados compilados na matriz da empresa.

A região Sul também melhorou sua representatividade nacional na cadeia têxtil, sendo responsável em 2007 por 30% da produção física brasileira (Tabela 2.6). Esse crescimento está associado aos incentivos fiscais existentes na região, a exemplo do Estado de Santa Catarina que aplica ICMS de 3%. Adicionalmente, a cadeia é estimulada pela disponibilidade de linhas de crédito dos bancos regionais (BRDE) e pela proximidade dos centros consumidores (ABIT *apud* COSTA e ROCHA, 2009). Por segmento, as participações da região Sul em 2005 foram: 26,1% dos fios, 13,8% dos tecidos, 55,3% das malhas e 28,3% das confecções.

No caso da região Norte, sua participação na cadeia têxtil nacional reduziu no período apresentado na Tabela 2.6, chegando ao ano de 2007 com 1,8%. A análise por segmento revela as seguintes participações da região Norte na produção física nacional em 2005, de acordo com a Tabela 2.7: 1,3% em fios, 2,6% em tecidos, 0,2% nas malhas e 2,4% nas confecções.

**Tabela 2.7 – Brasil: Participação das Regiões na Produção de Têxteis,
por Segmento (1990, 1995, 1999 e 2005)**

(Em %)

Ano	Segmento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1990	Fio	2,7	24,9	55,2	17,2	0,0
	Tecido	3,1	17,6	65,6	12,8	0,9
	Malha	0,2	2,8	39,9	55,7	1,4
	Confecção	2,8	8,0	66,6	21,6	1,0
1995	Fio	2,7	29,6	47,9	18,1	0,2
	Tecido	3,7	16,7	67,8	11,3	0,5
	Malha	0,2	1,9	39,5	57,3	1,1
	Confecção	6,2	7,9	64,4	19,1	2,5
1999	Fio	2,3	35,7	43,0	18,8	0,2
	Tecido	4,2	23,3	58,5	13,6	0,5
	Malha	0,2	2,3	38,1	58,2	1,2
	Confecção	4,5	11,4	58,0	22,8	3,3
2005	Fio	1,3	32,6	39,7	26,1	0,3
	Tecido	2,6	20,4	62,5	13,8	0,7
	Malha	0,2	8,4	34,8	55,3	1,3
	Confecção	2,4	12,4	52,3	28,3	4,7

Fonte: IEMI (2006, p. 34) 1990 e 2005; IEMI (*apud* GORINI, 2000, p. 49) 1995 e 1999.

O Centro-Oeste, por sua vez, manteve sua participação na produção física nacional na comparação dos anos de 1995 e 2007, com percentual de 1,9% (Tabela 2.6), sendo que, na análise por segmento da cadeia (Tabela 2.7), verifica-se que em 2005 respondeu pelas seguintes percentagens: fios (0,3%), tecidos (0,7%), malhas (1,3%) e confecções (4,7%). Ademais, um aspecto positivo na região é que grandes empresas de beneficiamento e acabamentos têm se integrado à fiação, em função do seu elevado aumento da produção de algodão.

2.4.3. Polos Regionais de Produção Têxtil

A cadeia têxtil brasileira, atualmente, é formada por quatro principais polos regionais de produção, divididos pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará, cujas especificidades são comentadas abaixo (COSTA e ROCHA, 2009):

São Paulo é o mais importante centro produtor e exerce o controle das atividades produtivas nacionais. Destaca-se, também, por ser o centro financeiro da indústria, bem como por deter os principais ativos intangíveis (moda, *marketing* etc.). Na cidade de São Paulo, localiza-se o varejo de luxo (com lojas nacionais e internacionais), bem como as duas maiores concentrações nacionais de confecções e lojas atacadistas, que são os bairros do Brás e Bom Retiro. Cabe, ainda, assinalar a importância da cidade de Americana, cuja produção envolve alto conteúdo tecnológico, sendo especializada em fabricação de tecidos artificiais e sintéticos.

O Rio de Janeiro, por sua vez, é notável por ser o principal polo produtor de *lingerie* do país, situado na cidade de Nova Friburgo, que sedia a empresa alemã Triumph. Outra cidade importante é Petrópolis, que é especializada em malharia e roupas de inverno.

O Vale do Itajaí (sendo a principal cidade Blumenau), localizado no Estado de Santa Catarina, é um dos polos têxteis mais avançados da América Latina, destacando-se como o principal exportador nacional de artigos de malha e linha lar.

Por fim, no Ceará há forte presença de empresas verticalmente integradas, especialmente no ramo de tecidos *denim* e em fios de algodão. Grandes empresas se deslocaram para esse Estado devido à implementação de incentivos fiscais e de infraestrutura concedidos pelo governo estadual, assim como pela redução de custos provenientes dos baixos salários pagos, conforme já mencionado nesta tese.

2.4.4. Alguns Resultados de Políticas de Atração de Investimentos Têxteis e de Confeecção

Na década de 1990, com a reestruturação produtiva, é indubitável a prévia existência de certo movimento espontâneo do capital para os Estados nordestinos, haja vista a organização do seu mercado de trabalho, caracterizado por mão-de-obra que percebe baixas remunerações, além de possuir menor organização sindical, o que é muito atrativo para investidores dos ramos têxtil e de confecção, por exemplo. Adicionalmente, a possibilidade de barganha simultânea das empresas com os estados da região implicou elevadas proporções assumidas pelos benefícios fiscais concedidos na região. São ilustrativos os dois casos analisados a seguir¹⁴.

Ceará

A política de atração de investimentos adotada pelo Ceará contemplou majoritariamente indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis. Entre 1995 e 2002, dos investimentos incentivados, 27,5% foram para indústria têxtil e 5,7% para a de confecção (CARDOZO, 2010).

¹⁴ Seria interessante apresentar nesta subseção dados de todos os Estados nordestinos, todavia, devido à dificuldade existente para coleta dos mesmos, além de muitos serem sigilosos e não se tratar dos objetivos desta tese, apenas foi possível abordar informações dos Estados do Ceará e Bahia, porque já estavam sistematizadas em Cardozo (2010). Esta própria autora assinala as limitações de sua pesquisa, visto que há grande sigilo em relação aos investimentos que realmente foram efetivados e ao total de renúncias fiscais concedidas às empresas. Adicionalmente, os Estados pesquisados declararam que não acompanham os resultados das políticas de atração de empresas pautadas em incentivos fiscais. Logo, o acompanhamento é limitado no que se refere à geração de empregos, quanto a guerra fiscal custou aos cofres públicos estaduais a instalação e o período de permanência das empresas incentivadas em seu território.

O Ceará disputou nesse período (1995-2002), sobretudo, capital nacional. A maioria dos os investimentos incentivados nesse Estado proveio do próprio Ceará (52,4%); adicionalmente, 22,3% foram originários de São Paulo, 9,4% derivaram do Rio Grande do Sul e 8,4% procederam de outros países (CARDOZO, 2010).

Tabela 2.8 – Ceará: Relação entre Investimento Incentivado e VTI, por Setor (1996-2002)

Setor	(Em %)						
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Têxtil	80,3	22,5	23,0	7,3	8,6	0,0	1,6
Confecção	1,1	42,0	35,5	2,4	6,2	0,9	0,2

Fonte: PIA/IBGE; Pontes (2003). Adaptado de Cardozo (2010, p. 119).

Os investimentos incentivados junto aos setores têxtil e de confecção têm peso em relação aos respectivos VTIs no Ceará, representando 1,6% e 0,2% em 2002 , respectivamente (Tabela 2.8). Esses setores, todavia, recuaram na participação no VTI estadual entre 1996 e 2006, de modo que o setor têxtil reduziu 14,6 pontos percentuais, e confecção diminuiu 1,5 ponto percentual.

Nos anos 1990, constatou-se que era bastante frágil a articulação entre o fornecimento da matéria-prima e a produção final da indústria de confecção cearense, já que cerca de 85% da produção têxtil atendiam a outras regiões do Brasil e a outros países, inclusive a indústria de confecção do Ceará consome pouca matéria-prima dentro do próprio Estado (35%), conforme observado por Melo e Teixeira (2000 *apud* CARDOZO, 2010).

Quanto à participação dos referidos setores na composição da estrutura industrial do Ceará, os comportamentos foram distintos durante os anos 2003 e 2006. De um lado, o setor têxtil diminuiu sua participação de 11,3% para 7,7%. Por outro lado, o setor de confecção melhorou sua representatividade, passando de 5,9% para 6,6% (CARDOZO, 2010).

Bahia

Na Bahia, a relação entre investimentos incentivados e VTI teve peso significativo no setor têxtil (48,2%) durante o período entre 2000-2005 (Tabela 2.9). Essa relação no setor de confecção representou 12,2%, cujo peso também é relevante. Ademais, os setores têxtil e de confecção tiveram baixas participações nos investimentos incentivados (2,2% e 0,2%, respectivamente) nesse período.

Tabela 2.9 – Bahia: Informações sobre os Programas de Atração de Investimentos, por Setor (2000-2005)

Setor	Investimento sobre VTI	Participação % no investimento incentivado	Saldo de emprego PIA*	Emprego direto projetado
Têxtil	48,2	2,2	-846	5.665
Confecção	12,2	0,2	3.619	2.682

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia e PIA/IBGE. Adaptado de Cardozo (2010, p. 130).

Nota: (*) Inclusive as empresas não incentivadas.

A Tabela 2.9 informa que foi negativo o saldo de empregos gerados no setor têxtil baiano (incluindo as empresas não incentivadas), projetou-se 5.665 empregos para esse setor no período entre 2000-2005. O inverso ocorreu no setor de confecção, já que o saldo de empregos (inclusive as empresas que não receberam incentivos) correspondeu a 937 pessoas a mais do que foi estimado no período em análise.

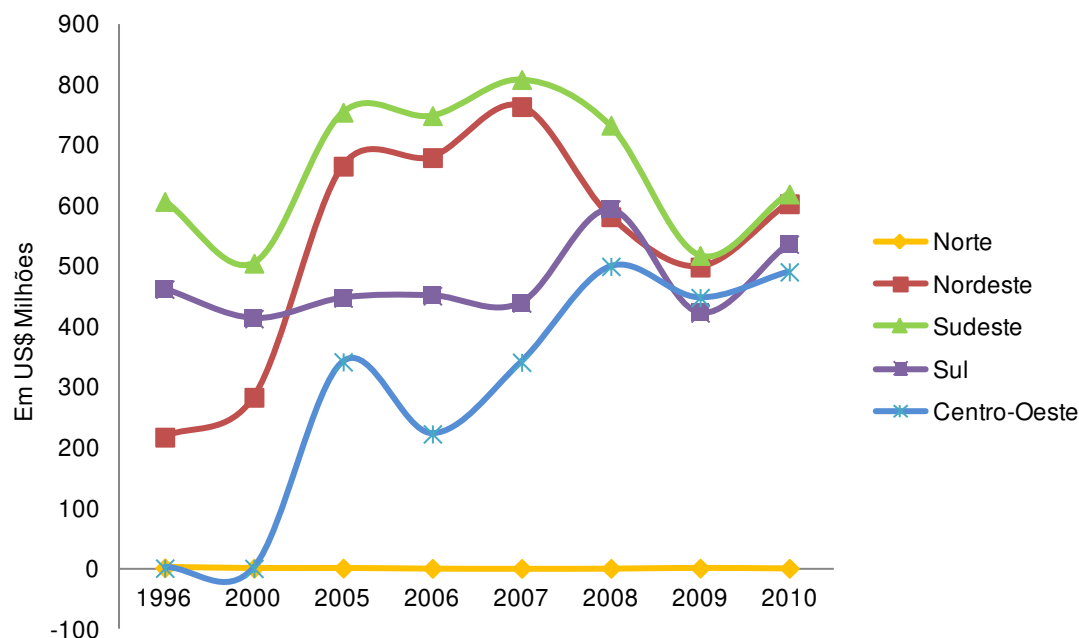
Um exemplo de programa de atração de investimentos baiano que atinge setores selecionados, tais como artigos de malharia; fiação e tecelagem; e confecções é o “Crédito Presumido”, que foi estabelecido em 1997. Refere-se à concessão de desconto sobre o imposto recolhido pelas empresas incentivadas. Varia entre 70% a 99% do ICMS recolhido e é ofertado por um prazo máximo de 20 anos e mínimo de 10 anos. Essa variação se altera por setor, dependendo da legislação que a regulamenta (CARDOZO, 2010).

A concessão de incentivos fiscais, embora seja importante, não é condição *sine qua non* para explicar o processo de realocização dessas indústrias para os Estados nordestinos, visto que a redução de custo associado à remuneração de mão-de-obra é uma estratégia muito adotada pelas empresas dos setores têxtil e de confecção. Logo, o diferencial de salários existente no Nordeste é um fator crucial na decisão locacional dessas empresas intensivas em mão-de-obra.

2.4.5. Distribuição Regional do Comércio Exterior de Artigos Têxteis

Como reflexo do aumento da participação na produção física têxtil nacional, a região Nordeste também tem aumentado a sua participação nas exportações brasileiras, com destaque para o crescimento das exportações têxteis entre 1998 e 2000, que foi superior à média do país (IEMI, 2006).

**Gráfico 2.5 – Brasil: Exportação de Artigos Têxteis, por Região
(1996, 2000, 2005-2010)**



Fonte: MDIC/SECEX (2011). Elaboração própria.
Nota: inclui tapetes e carpetes.

Segundo o Gráfico 2.5, o Nordeste participou de forma crescente nas exportações têxteis durante o período entre 1996-2010 (exceto em 2008), evoluindo de 16,8% para 26,6%, respectivamente. Não obstante o Sudeste responder por maior participação dessas exportações, vem reduzindo sua participação (diminuiu quase 20% no período entre 1996-2010), em favor das demais regiões.

O Sul do país foi a terceira região mais competitiva em termos de vendas para o exterior, mas teve sua participação reduzida entre 1996-2010 (de 35,8% para 23,7%), em benefício do Nordeste e do Centro-Oeste. Esta última região, por sua vez, teve um crescimento exponencial, passou de 0,04% em 1996 para 21,68% de

exportações têxteis nacionais (Gráfico 2.5). Esse extraordinário desempenho deveu-se ao significativo peso do algodão exportado pelos Estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. Juntos representaram mais de 98% das exportações têxteis do Centro-Oeste e 21% das exportações têxteis nacionais¹⁵.

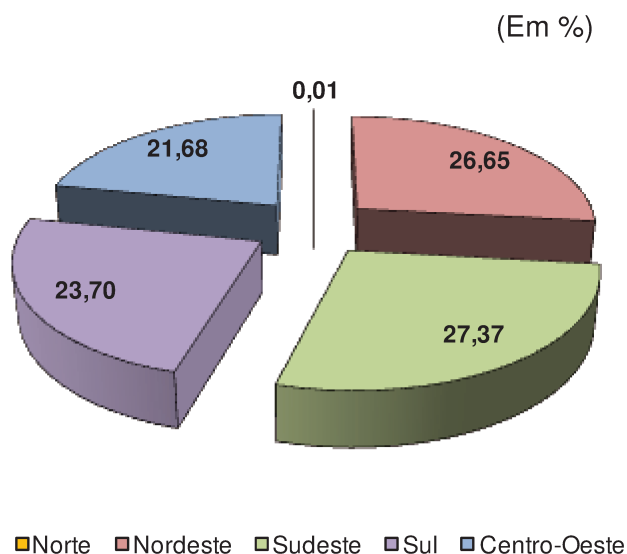
Cabe assinalar que, embora o Brasil fosse competitivo em fibras naturais, como ilustram as elevadas exportações de algodão, a cadeia do algodão é baseada em produtos do elo têxtil que são menos dinâmicos e que adicionam menor valor à balança comercial brasileira. Por outro lado, o país consome mais fibras naturais do que as químicas, entretanto esta diferença vem reduzindo, pois a participação dos fios artificiais e sintéticos importados cresceu de 4,3% em 2000 para 34,2% em 2006¹⁶, mesmo com a existência de elevada proteção contra esse tipo de produto importado. Uma oportunidade para o país seria superar o gargalo do alto déficit nas transações de fibras químicas, notadamente as feitas de poliéster, já que a oferta nacional desse tipo de fibra é insuficiente e há tendência de aumento do consumo de fibras químicas.

A distribuição regional das exportações têxteis estava distribuída entre quatro principais regiões, conforme explicita o Gráfico 2.6. A maior concentração foi do Sudeste (27,4%), que exportou US\$ 16 milhões a mais do que o Nordeste, cuja participação relativa foi alta (26,6%). Próximos desse percentual seguem o Sul (23,7%) e o Centro-Oeste (21,7%), a diferença absoluta entre essas duas últimas regiões equivalia a quase US\$ 46 milhões.

¹⁵ A fonte desses dados é MDIC/SECEX (2011).

¹⁶ Para mais detalhes, ver Costa e Rocha (2009, p. 172-173).

Gráfico 2.6 – Brasil: Participação na Exportação de Artigos Têxteis, por Região (2010)



Fonte: MDIC/SECEX (2011). Elaboração própria.

Nota: (1) inclui tapetes e carpetes.

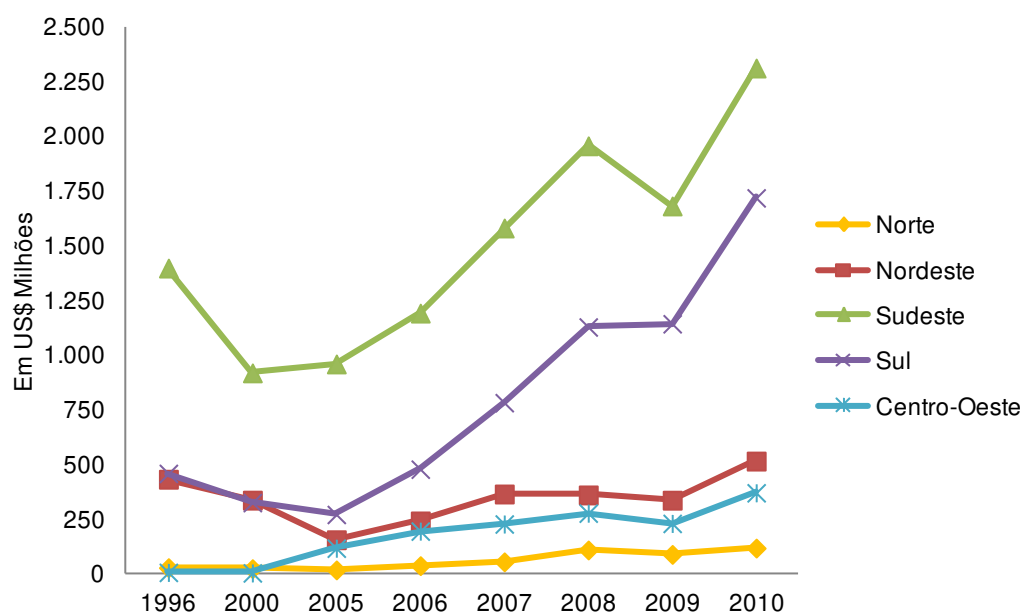
(2) a soma não equivale a 100% porque há exportações não declaradas.

Seguindo a mesma lógica das exportações, o Sudeste concentrou a maior parte das importações têxteis nacionais, como se observa no Gráfico 2.8. Sua participação, todavia, tem viés decrescente no período entre 1996-2010, representando 60,2% das importações nacionais em 1996, diminuindo para 55,7% em 2006 e 46% em 2010. Apesar de o Sul ser a terceira região mais competitiva em exportações, é a segunda colocada no *ranking* de importações têxteis do país: em 1996, representava 19,7% e ampliou sua participação para 22,3% em 2006 e 34,1% em 2010 (Gráficos 2.7 e 2.8).

O Nordeste, por sua vez, foi a terceira região que mais importou produtos têxteis no país. O volume de importações teve variações positiva e negativa durante o

período levantado no Gráfico 2.7. Essa região concentrou 18,6% das importações em 1996, 11,2% em 2006 e 10,2% em 2010. O Centro-Oeste, por sua vez, tem ampliado sua representatividade nas importações têxteis, que cresceram de modo exponencial, alterando sua participação de 0,22% das importações têxteis em 1996 para 9% em 2006 e 7,34% em 2010.

**Gráfico 2.7 – Brasil: Importação de Artigos Têxteis, por Região
(1996, 2000, 2005-2010)**

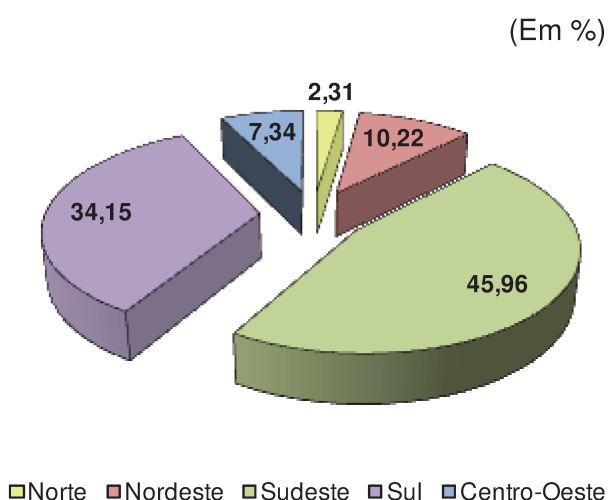


Fonte: MDIC/SECEX (2011). Elaboração própria.
Nota: inclui tapetes e carpetes.

Em 2010, a distribuição regional das importações estava mais concentrada do que a das exportações, conforme ilustra o confronto dos Gráficos 2.6 e 2.8. O Sudeste e o Sul concentraram mais de 80,1% das importações têxteis, o que corresponde a mais de US\$ 4 bilhões. O Nordeste respondeu por 10,2% dessas

importações, o equivalente a US\$ 515 milhões, enquanto o Centro-Oeste representou 7,34% das importações (cerca de US\$ 370 milhões).

Gráfico 2.8 – Brasil: Participação na Importação de Artigos Têxteis, por Região (2010)



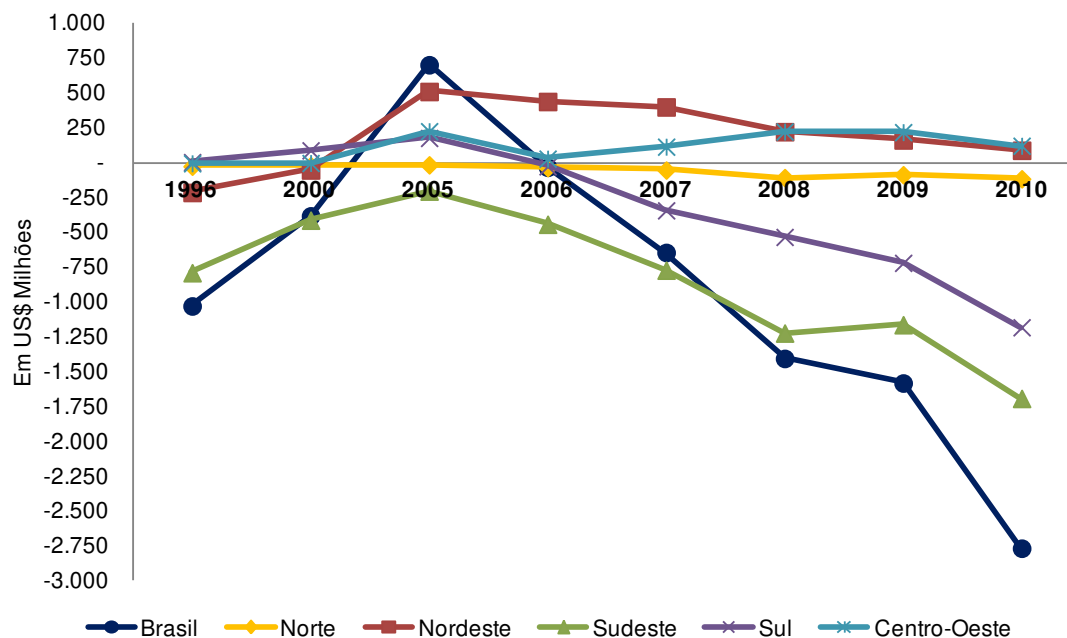
Fonte: MDIC/SECEX (2011). Elaboração própria.

Notas: (1) inclui tapetes e carpetes.

(2) a soma não equivale a 100% porque há importações não declaradas.

Os dados de comércio exterior reunidos no Gráfico 2.9 ratificam as dificuldades enfrentadas pela cadeia têxtil do país, devido a fatores mencionados anteriormente, tais como a valorização do Real, o fim do ATV, a crise econômica mundial a partir de 2008, além das fragilidades produtivas dessa cadeia. As regiões que mais influenciaram os déficits no saldo comercial brasileiro foram o Sudeste e Sul, cujos volumes somados são preocupantes: 2006 (US\$ -469 milhões), 2007 (US\$ -1,1 bilhão), 2008 (US\$ -1,7 bilhão), 2009 (US\$ -1,9 bilhão) e 2010 (US\$ -2,9 bilhões).

**Gráfico 2.9 – Brasil: Balança Comercial de Artigos Têxteis, por Região
(1996, 2000, 2005-2010)**



Fonte: MDIC/SECEX (2011). Elaboração própria.

Nota: (1) inclui tapetes e carpetes.

Apesar de ser decrescente o volume do saldo comercial nordestino no período 2005-2010, o Nordeste apresentou superávits comerciais têxteis nos últimos seis anos analisados: 2005 (US\$ 511 milhões), 2006 (US\$ 439 milhões), 2007 (US\$ 400 milhões), 2008 (US\$ 222 milhões), 2009 (US\$ 163 milhões) e 2010 (US\$ 88 milhões).

O Centro-Oeste tem ampliado sua competitividade, graças às exportações de algodão, embora a partir de 2008 seu saldo comercial têxtil venha reduzindo, mas em um ritmo inferior ao nordestino, a saber: 2008 (US\$ 223 milhões), 2009 (US\$ 219 milhões) e 2010 (US\$ 121 milhões).

2.4.6. Apoio Financeiro do BNDES

Na década de 1990, ocorreu um forte reequipamento da cadeia têxtil, com o declínio da idade média das máquinas de todos os segmentos da cadeia¹⁷. O BNDES financiou investimentos da ordem de US\$ 2,05 bilhões à cadeia têxtil. A maioria desses investimentos foi destinada a equipamentos (cerca de 62% do total entre 1996-1998). Os investimentos em tecnologia de ponta foram destinados, notadamente, aos segmentos de fiação, tecelagem e tinturaria/estamparia. Inclusive, os equipamentos mais modernos foram responsáveis pela maior parcela da produção total (GORINI, 2000). Além disso, esses investimentos engendraram uma melhora no nível de produtividade (que será tratada no terceiro capítulo desta tese) e de capacidade de produção (conforme abordado anteriormente).

Na década subsequente (2000-2008), ocorreu o inverso, isto é, houve processo de envelhecimento do parque industrial da cadeia. Costa e Rocha (2009) deduziram que as máquinas adquiridas nessa década são usadas, o que, indubitavelmente, repercute no grau de competitividade desses setores.

O BNDES desembolsou nesse período US\$ 1,93 bilhão (ou R\$ 4,1 bilhões) para os setores têxtil e de confecção, sendo que o têxtil absorveu a maioria dos recursos (78%), por conta, principalmente, dos maiores porte e grau de organização, o que permite investir valores de maior monta. Em 2008, o desembolso foi o maior do período, atingindo US\$ 762 milhões (ou R\$ 1,3 bilhão), segundo a Tabela 2.10, em função dos desembolsos de R\$ 1,0 bilhão para a cadeia relativos ao programa Revitaliza¹⁸ (COSTA e ROCHA, 2009).

¹⁷ Ver detalhes em Costa e Rocha (2009, p.181).

¹⁸ O Revitaliza foi criado em 2007, com o objetivo de financiar a melhoria da competitividade dos setores mais atingidos pela valorização do Real. Os investimentos na cadeia têxtil responderam por 44% dos recursos totais desembolsados, sendo que a maior parte foi destinada a capital de giro (61% no ramo têxtil e 95% em confecção). Ademais, o setor têxtil concentrou 70% de todos os recursos desembolsados.

Tabela 2.10 – Brasil: Desembolsos do Sistema BNDES para a Cadeia Têxtil por Região (1990-2000)

(Em US\$ milhões)*

Ano	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%	Total
1990	-	-	17,02	14,16	49,38	41,10	52,02	43,29	1,74	1,45	120,16
1991	-	-	6,04	5,84	59,33	57,35	35,4	34,22	2,68	2,59	103,45
1992	0,13	0,12	23,34	22,37	48,06	46,06	30,29	29,03	2,52	2,42	104,34
1993	0,03	0,03	31,45	28,85	44,17	40,52	33,03	30,30	0,33	0,30	109,01
1994	-	-	58,3	36,10	47,9	29,66	54,57	33,79	0,72	0,45	161,49
1995	-	-	132,09	38,88	84,23	24,80	118,58	34,91	4,8	1,41	339,70
1996	-	-	77,09	50,72	41,64	27,40	33,11	21,78	0,15	0,10	151,99
1997	0,03	0,01	98,47	30,49	182,15	56,41	41,66	12,90	0,62	0,19	322,93
1998	0,01	0,00	50,02	13,60	248,00	67,43	69,04	18,77	0,7	0,19	367,77
1999	-	-	93,59	35,34	141,74	53,52	29,52	11,15	-	-	264,85
2000	0,01	0,00	64,03	28,35	103,81	45,96	57,42	25,42	0,61	0,27	225,88
2001	0,08	0,06	55,81	40,64	38,49	28,03	37,50	27,30	2,62	1,91	137,33
2002	0,04	0,03	41,64	34,43	38,69	31,99	32,14	26,58	0,14	0,12	120,93
2003	-	-	26,43	18,09	77,73	53,20	41,16	28,17	0,79	0,54	146,11
2004	0,01	0,01	3,25	4,34	18,47	24,70	34,52	46,15	2,16	2,89	74,79
2005	0,02	0,01	7,38	5,58	80,03	60,53	42,15	31,88	2,64	1,99	132,20
2006	0,64	0,53	1,49	1,23	40,51	33,30	59,64	49,02	1,28	1,05	121,65
2007	0,06	0,03	7,15	3,41	114,15	54,48	80,65	38,50	0,80	0,38	209,50
2008**	0,91	0,12	94,99	12,47	379,87	49,86	264,62	34,73	15,76	2,07	761,89
Total	1,96	-	889,58	-	1.838,35	-	1.147,02	-	41,07	-	3.975,97

Fonte: ABIT (2002 *apud* CAMPOS e PAULA, 2006, p. 603) 1990-1999 e BNDES (*apud* COSTA e ROCHA, 2009, p. 182) 2000-2008.

Notas: (*) Dólar do dia do desembolso; (**) Jan-Nov. de 2008; (***) O total é maior que a soma das regiões, pois foram realizados desembolsos para projetos que atingiam mais de uma região.

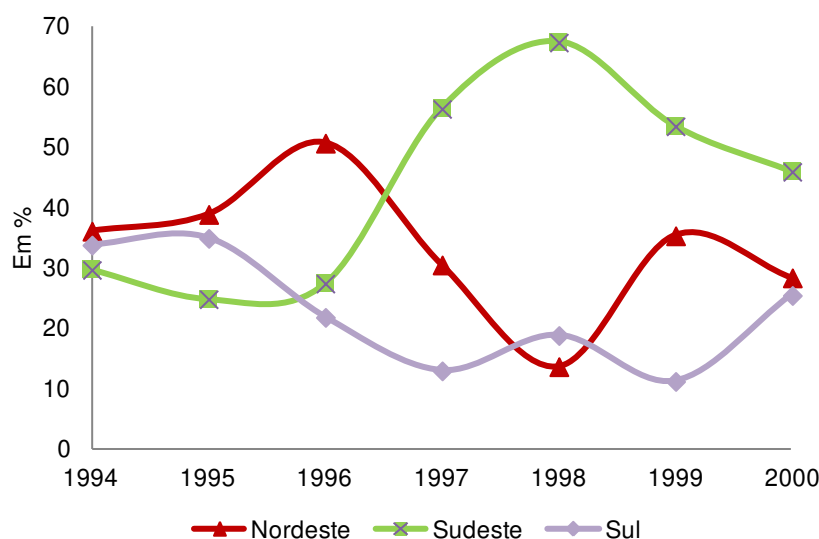
O Cartão BNDES é outra importante linha do BNDES, que cresceu de modo exponencial entre os anos 2003-2008. Seu objetivo é apoiar financeiramente micro, pequenas e médias empresas na aquisição de máquinas e equipamentos,

Costa e Rocha (2009) avaliam que esse programa foi bem-sucedido em termos de desembolso e de acesso das empresas. Porém, a maioria dos recursos não criou formação bruta de capital fixo e, por conseguinte não melhorou a competitividade da cadeia. A nova versão do Revitaliza, lançada no final de 2008, busca superar a limitação anterior e focar em investimentos fixos.

financiamento de insumos (por exemplo, algodão, fibras têxteis, filamentos, fios, aviamentos e insumos químicos). Em 2003, foram emitidos para a cadeia têxtil 164 cartões, com limite de R\$ 3,5 milhões e 2 fornecedores cadastrados. Até 2008, já estavam ativos mais de 13 mil cartões, com limite total de R\$ 322 milhões e 311 fornecedores (COSTA e ROHA, 2009).

As regiões Sudeste, Sul e Nordeste responderam por mais de 96% da produção física de têxteis no país em 2007 (Tabela 2.6). Estas mesmas regiões concentraram os recebimentos da maioria dos desembolsos do sistema BNDES para a cadeia têxtil durante o período entre 1990-2008 (Tabela 2.10). Em 2007, por exemplo, essas três regiões receberam 96% desses desembolsos. O Sudeste, maior produtor têxtil nacional, foi contemplado com a maior parte desses recursos do BNDES nos anos 1990, embora estivesse perdendo participação em vários anos em benefício das regiões Nordeste e Sul (Gráfico 2.10).

Gráfico 2.10 – Nordeste, Sudeste e Sul: Participação nos Desembolsos do Sistema BNDES para a Cadeia Têxtil (1994-2000)

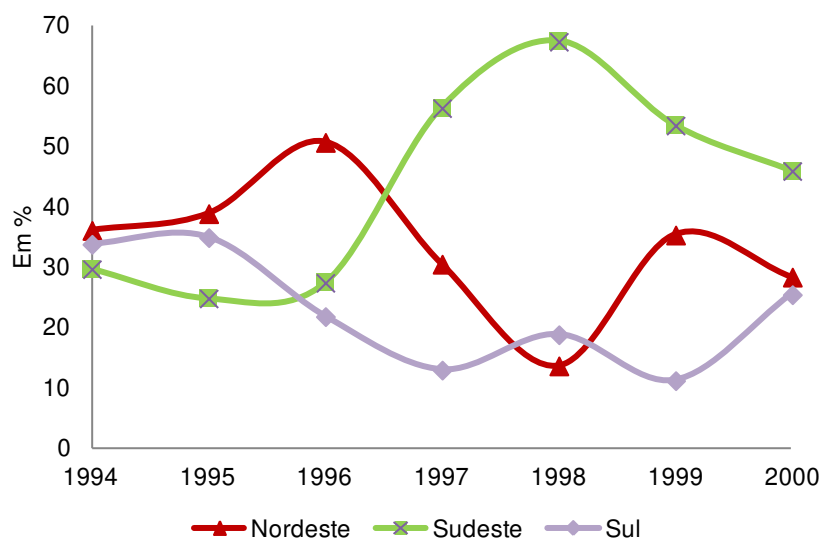


Fonte: ABIT (2002 *apud* CAMPOS e PAULA, 2006). Elaboração própria.

O Sul apresentou a segunda maior média na produção física nacional de têxteis. Da mesma forma, recebeu o segundo maior volume de recursos durante o período (1990-2008), conforme Tabela 2.10. O Nordeste foi a região mais contemplada com essa política setorial no triênio 1994-1996 e no biênio 2001-2002.

Após 2002, contudo, o BNDES reduziu a transferência de desembolsos para o Nordeste (Gráfico 2.11). A participação nordestina no recebimento desses recursos foi se reduzindo, chegando a se restringir a apenas 1,2% em 2006, recuperando-se nos anos seguintes (em 2008 alcançou 12,5%). Enquanto isso, Sudeste e Sul receberam maior apoio por parte do BNDES, juntos responderam por 55% em 2001, ampliando suas participações para 92% em 2005 e 85% em 2008.

Gráfico 2.11 – Brasil: Participação nos Desembolsos do Sistema BNDES para a Cadeia Têxtil, por Região (2000-2008)



Fonte: BNDES (*apud* COSTA e ROCHA, 2009, p. 182).

Elaboração própria.

Nota: (*) 2008 corresponde a novembro de 2008.

2.4.7. Síntese dos Principais Dados Levantados

Esta seção pretende reunir elementos para a compreensão do processo de realocação da cadeia têxtil em direção ao Nordeste observado na década de 1990, bem como o movimento de expansão ocorrido nos anos 2000 (este último movimento será melhor elucidado quando forem analisados os dados do próximo capítulo). Para tanto, fez-se um comparativo de dados levantados neste trabalho, no sentido de melhor visualizar esses processos. Como as regiões Norte e Centro-Oeste têm participações ínfimas na cadeia têxtil, optou-se por comparar as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, cujas representações são significativas.

A cadeia têxtil brasileira está concentrada na região mais rica do Brasil (Tabela 2.11 e Gráfico 2.12). O Sudeste deteve a maior participação em todos os dados levantados, reunindo a maior parcela de consumidores de produtos têxteis do país (50% em 2007), além de dispor de importantes redes de distribuição, conforme mencionado acima.

A participação nacional do Sudeste, entretanto, vem caindo de maneira considerável desde a década de 1990, mesmo com o aumento do apoio financeiro do Sistema BNDES, que cresceu 37% entre os anos 1990 e 2007. Neste mesmo período, a região teve decréscimo nos demais dados: reduziu 17% na produção física de têxteis, exportou menos 27% e diminuiu 13% na importação de têxteis (ver Tabela 2.11 e Gráfico 2.12).

Entre os anos 1990 e 2007, a região Sul ampliou 12% o nível de produção física de têxteis (conforme Tabela 2.11 e Gráfico 2.12). No que diz respeito ao comércio exterior, o Sul apresentou trajetória negativa em exportações têxteis (decrescer 6% entre 1990 e 2000 e reduziu 45% entre 2000 e 2007), enquanto aumentaram as importações de produtos têxteis (3% no período 1990-2000 e 29% no período 2000-

2007). Os desembolsos do BNDES, por sua vez, oscilaram: foram decrescentes na comparação 1990-2000 (queda de 41%) e cresceram 52% na comparação 2000-2007.

Tabela 2.11 – Nordeste, Sudeste e Sul: Síntese dos Principais Dados da Cadeia Têxtil (1990, 2000, 2007)

	(Em %)		
Variável	1990	2000	2007
Nordeste			
Produção	13,3	15,0 [*]	19,1
Consumo	n.d.	n.d.	19,0
Exportação	16,8 ^{**}	23,2	32,4
Importação	18,6 ^{**}	20,9	12,1
Desembolso do BNDES	14,2	28,4	3,4
Sudeste			
Produção	56,8	55,0 [*]	47,2
Consumo	n.d.	n.d.	50,0
Exportação	47,0 ^{**}	41,3	34,2
Importação	60,3 ^{**}	57,2	52,6
Desembolso do BNDES	41,1	46,0	54,5
Sul			
Produção	26,8	22,9 [*]	30,0
Consumo	n.d.	n.d.	16,0
Exportação	35,8 ^{**}	33,8	18,6
Importação	19,7 ^{**}	20,2	26,0
Desembolso do BNDES	43,3	25,4	38,5

Fontes: apresentadas nas tabelas correspondentes a cada indicador. Elaboração própria.

Notas: apresentadas nas tabelas correspondentes a cada indicador.

(n.d.) não disponível.

(*) Valor referente ao ano de 1999.

(**) Valor referente ao ano de 1996.

Convém frisar que alguns fatores contribuíram para esse desempenho sulista, tais como as intervenções dos governos locais, que concedem incentivos fiscais; os incentivos creditícios oferecidos pelos bancos regionais (BRDE), bem como sua localização, dada a proximidade da região mais rica do Brasil que centraliza o consumo têxtil, segundo exposto anteriormente.

Quando se considera o somatório das regiões Sudeste e Sul, é evidente o elevado nível de concentração regional da cadeia têxtil brasileira, como pode ser observado no Gráfico 2.12. Essas regiões juntas responderam em 2007 por 66% da produção física, 53% das exportação, 77% das importação e 96% dos desembolso do BNDES.

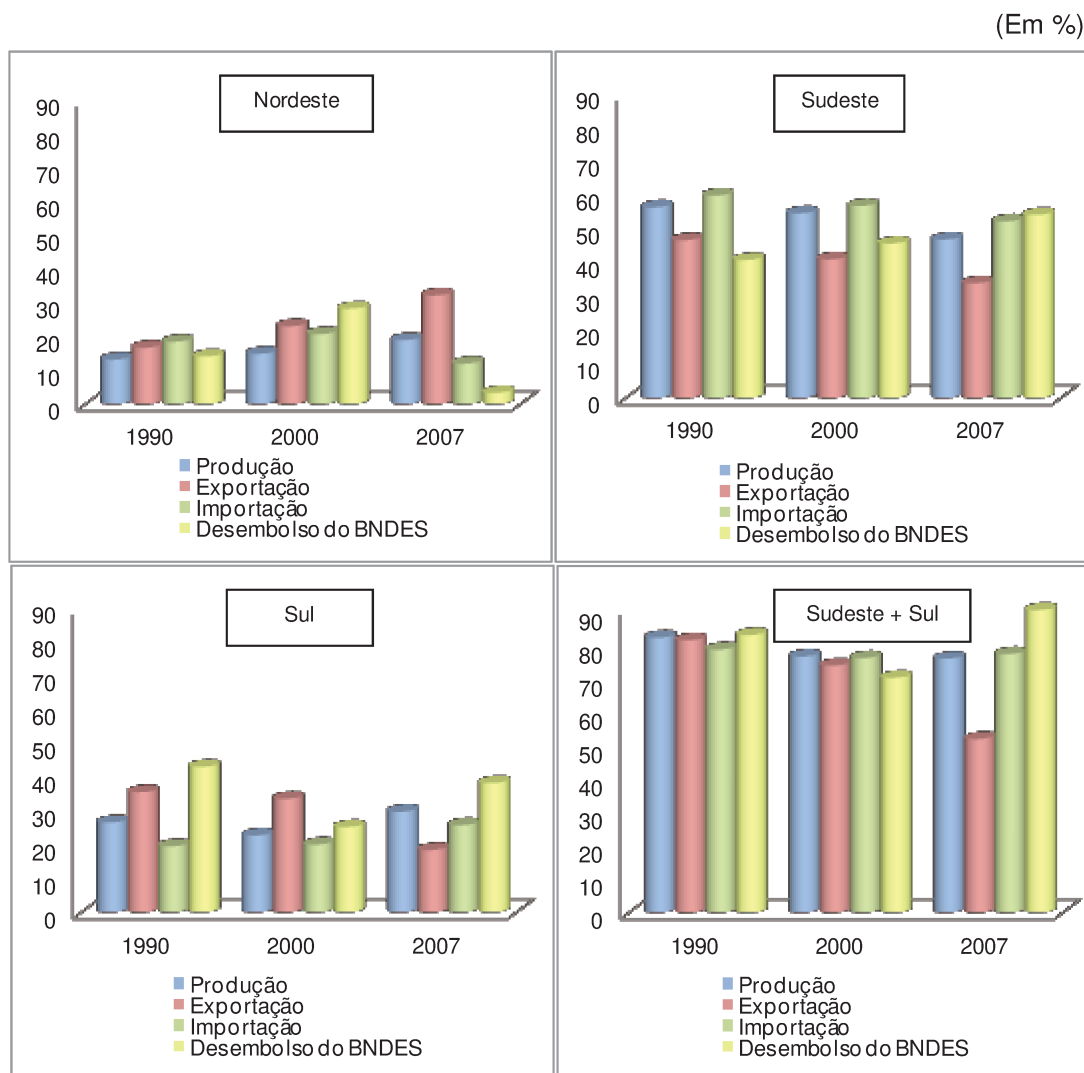
Como o Sudeste tem maior peso e sua participação vem reduzindo ao longo das duas últimas décadas, a soma da participação das duas regiões decresceu em todos os dados entre os anos 1990 e 2007: 8% em produção física, 36% em exportação, 1,8% em importação. A única exceção foram os recursos recebidos do BNDES, cujo desembolso cresceu a partir de 2002, registrando crescimento de 10% no período entre 1990 e 2007 (Tabela 2.11 e Gráfico 2.12).

Em termos de crescimento, o Nordeste foi o destaque nacional entre os anos 1990 e 2007: 44% em produção física e 93% em exportação. A ressalva foi importação, em que decresceu 35%, além do desembolso do BNDES, que reduziu 76% (Tabela 2.11 e Gráfico 2.12).

Cabe assinalar que seria oportuno o apoio financeiro desse importante banco federal, no sentido de cumprir com sua função de contribuir para o desenvolvimento social da região Nordeste, haja vista o relevante peso socioeconômico da cadeia têxtil.

É interessante reiterar que o processo de realocização das empresas têxteis em direção ao Nordeste nos anos 1990 é decorrente tanto da busca pela diminuição dos custos associados à força de trabalho como da implementação de políticas locais de incentivos fiscais, creditícios e de infraestrutura.

Gráfico 2.12 – Nordeste, Sudeste e Sul: Síntese dos Principais Dados da Cadeia Têxtil (1990, 2000, 2007)



Fontes: apresentadas nas tabelas correspondentes a cada indicador. Elaboração própria.

Notas: (1) apresentadas nas tabelas correspondentes a cada indicador.

(2) Os valores da produção em 2000, na realidade referem-se ao ano de 1999.

(3) Os valores das exportação e importação em 1990 correspondem ao ano de 1996.

Na seção seguinte, procura-se reunir informações acerca de outro importante fator na caracterização da cadeia têxtil brasileira: a enorme relevância do mercado interno para o processo de acumulação do setor.

2.5 A Relevância do Mercado Interno

O mercado interno é o *locus* de acumulação dos setores têxtil e de confecção. Nos momentos de crise na demanda interna, essas indústrias buscam alternativas no exterior. Esse comportamento, todavia, não altera o seu principal eixo de acumulação – o mercado interno (LUPATINI, 2004). Garcia (2010) confirma que o aumento das exportações de tecidos e de roupas do Brasil, por exemplo, esteve associado historicamente a retrações do mercado interno.

Cabe ratificar que a recente ampliação de crédito e o aumento da renda e emprego, sobretudo nas classes C, D e E, estimuladas pelos programas de amparo governamentais, implicaram aquecimento da demanda doméstica brasileira. Esse contexto tem refletido de modo positivo na cadeia têxtil, haja vista que sua produção é voltada para o mercado interno.

Observe que no segmento de fiação a participação do mercado interno oscilou entre 42% e 56% no período analisado (Tabela 2.12); ademais, entre 2003 e 2004, aumentou 8 pontos percentuais (p.p.), e mais 6 p.p. entre 2004 e 2005, atingindo o patamar de 56% neste último ano. Não menos importante é o consumo próprio nesse segmento, já que representou 40% em 2005. O setor externo não passou de 8%, em 2005 sua participação foi de apenas 4%.

No segmento de tecelagem, o mercado interno tem grande dimensão, variou entre 73% e 81%. Depois de se manter estável (78%) por vários anos, em 2005 atingiu o seu maior nível (81%) em detrimento do consumo próprio que recuou 3 pontos percentuais entre 2004 e 2005, respondendo neste último ano por 14%. O setor externo teve baixa participação; em 2005, representou somente 5%.

É considerável a representatividade do mercado interno no segmento de malharia, alternando sua participação entre 63% e 78%, percentual que vem sendo

sustentado com pequenas variações nos últimos anos da série. Nesse segmento, a participação do consumo próprio vem recuando, chegando em 2005 ao nível de 20%, o menor da série. O setor externo, por sua vez, na maior parte do período em análise representou 1% do destino da produção.

**Tabela 2.12 - Brasil: Canais de Distribuição da Produção, por segmento
(1990-2005)**

(Em %)

Segmento	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Fiação																
Consumo Próprio	51	50	49	49	48	48	46	49	47	47	52	54	54	52	46	40
Mercado Interno	44	43	43	43	44	44	46	48	49	51	45	44	42	42	50	56
Mercado Externo	6	7	7	8	8	8	8	3	3	3	3	3	4	6	4	4
Tecelagem																
Consumo Próprio	19	21	20	20	20	20	20	17	17	17	19	17	18	17	17	14
Mercado Interno	77	73	73	74	74	74	74	78	79	78	76	78	78	78	78	81
Mercado Externo	4	5	7	6	6	6	6	5	4	5	5	5	4	6	5	5
Malharia																
Consumo Próprio	24	23	30	36	36	34	34	29	25	21	21	18	23	22	22	20
Mercado Interno	76	76	69	63	63	65	65	70	74	77	78	77	76	77	76	78
Mercado Externo	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	1	1	2	2
Confecção																
Mercado Interno	97	95	93	92	92	91	87	90	90	91	87	88	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Mercado Externo	3	5	7	8	8	9	13	10	10	9	13	12	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: IEMI. Extraído de Monteiro Filha e Santos (2002, p. 124) 1990-2000; Lupatini (2004, p. 133) 2001; IEMI (2006) 2002-2005.

Notas: As somas às vezes são diferentes de 100% devido ao arredondamento das participações.

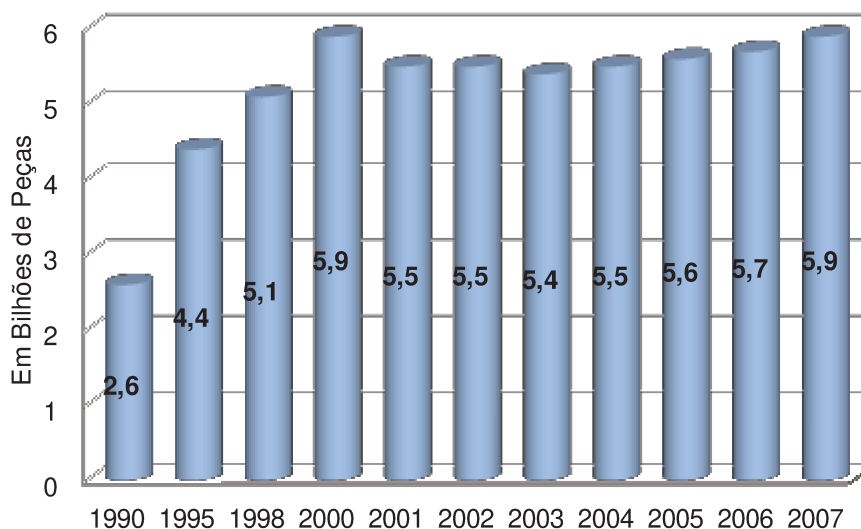
(n.d.) Não disponível.

O mercado interno tem suma importância para o setor de confecção (Tabela 2.12), já que esse mercado absorve mais de 87% da produção nacional (analisando o

período 1990-2001, já que não se dispõe dos anos mais recentes da série). No início do período, esse setor exportava 3% da produção, percentual que foi se elevando ao longo da série. Em 2001, o mercado externo representava 12%, ficando o mercado interno com 88% da produção desse setor no país.

O grande aumento do consumo de confecção aconteceu com a implantação do Plano Real no país, conforme ilustra o Gráfico 2.13. Entre 1990 e 1995, esse consumo aumentou em 1,8 bilhões de peças. Após o pico de 5,9 bilhões de peças em 2000, a crise da Argentina repercutiu de modo negativo, de modo que o nível reduziu para 5,5 bilhões de peças. Em 2004, com o crescimento do mercado interno, induzido pelo aumento da renda e acesso ao crédito, o consumo voltou a crescer, atingindo de novo o patamar de 5,9 bilhões de peças.

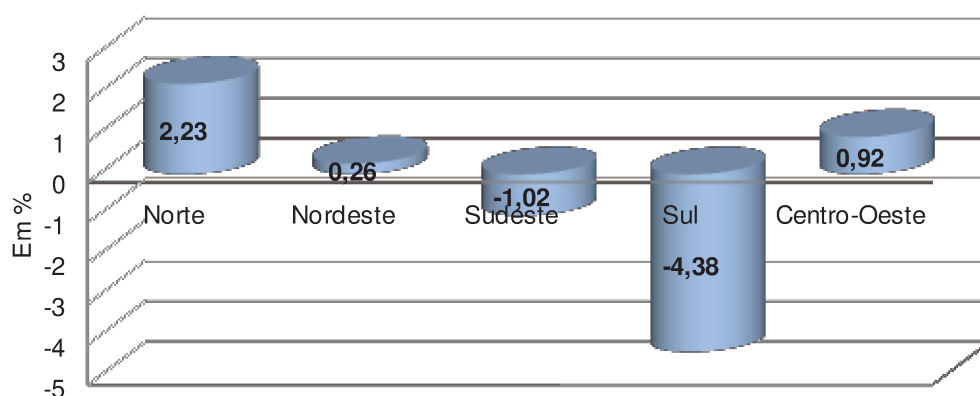
**Gráfico 2.13 – Brasil: Consumo de Confecção
(1990, 1995, 1998, 2000-2007)**



Fonte: UNCTAD (2007). Adaptado de ABDI (2008, p. 172).

Os perfis de consumo regionais em termos de gastos no setor de confecção em relação ao consumo nacional foram diferenciados entre os anos 2000 e 2006 (Gráfico 2.14). As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste passaram a constituir oportunidades de novos nichos de investimento, já que ocorreram variações positivas nessas regiões. O potencial de crescimento dessas regiões leva em consideração o aumento de consumo das classes mais baixas, impulsionado pela recuperação da renda. A evolução recente da cadeia têxtil no Nordeste decorre, em parte, dessas mudanças nos perfis de consumo setoriais.

Gráfico 2.14 - Brasil: Variação de Compras de Confecção em Relação ao Consumo Nacional, por Região (2000 e 2006)



Fonte: Gazeta Mercantil (2001/2007). Adaptado de ABDI (2008, p. 176).

De fato, com a economia brasileira aquecida estimulando aumentos dos gastos familiares, o efeito de políticas sociais e econômicas que ampliaram o crédito e a renda familiar das classes mais baixas repercutiu de modo positivo no índice de vendas no comércio varejista de confecção, acompanhando tendência de outros bens de consumo (ABDI, 2008).

Sabe-se que o processo de realocização das empresas têxteis em direção ao Nordeste nos anos 1990 foi decorrente da busca pela diminuição dos custos associados à força de trabalho e da implementação de políticas locais de incentivos fiscais, creditícios e de infraestrutura, mas, adicionalmente, é preciso considerar também a relevância, a partir da década de 2000 (especificamente o período 2004-2008), do aquecimento da demanda interna decorrente do aumento da renda e do emprego, que implicou elevação dos investimentos na região e movimento de expansão de empresas.

Capítulo III

A Evolução dos Setores Têxtil e de Confecção nas Regiões Brasileiras e nos Estados Nordestinos (1996-2007)

Com o intuito de aquilatar o quantitativo de unidades produtivas têxteis e de confecção, por porte, bem como dimensionar o pessoal ocupado¹⁹ por essas empresas, nas duas primeiras seções deste capítulo são analisados os dados para o período 1996-2006 do Cadastro Central de Empresas (Cempre), realizado pelo IBGE, cuja cobertura refere-se ao universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, que no ano de referência declararam às pesquisas econômicas na área da Indústria, entre outras áreas do IBGE e/ou aos registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Manteve-se a definição adotada pelo Cempre²⁰, em que microempresas são as empresas com até 9 pessoas empregadas; empresas pequenas são as que possuem de 10 a 49 empregados; empresas médias, de 50 a 249 pessoas ocupadas; e empresas grandes ocupam 250 ou mais pessoas.

A análise apresentada neste capítulo está dividida em dois períodos, o primeiro refere-se à década de 1990, e o segundo mostra dados dos anos 2000. Essa divisão foi realizada porque ocorreram dois movimentos distintos nessas duas décadas.

¹⁹ Na variável Pessoal Ocupado, o IBGE desidentificou as informações provenientes de unidades locais que agregadas foram iguais ou menores que dois, tendo em vista que há risco de identificação do informante quando há somente esse número total de empresas. Neste caso, os dados não foram divulgados no CEMPRE. Ademais, preservaram-se os valores referentes ao número de unidades locais que não sofreram desidentificação.

²⁰ A análise de porte das empresas do Cempre adota como referência as faixas de pessoal ocupado total definidas pela Oficina Estatística da Comunidade Europeia - Eurostat (Statistical Office of the European Communities) e pela Organização das Nações Unidas – ONU, na Recomendação 2003/361/CE, de 20 de maio de 2003, da Comissão das Comunidades Europeias.

Na primeira década, ocorreu a mobilidade de empresas dos ramos têxtil e de confecção do Sudeste para o Nordeste e Sul. Já nos anos 2000, o movimento foi menos intenso e mais comum em empresas menores, o que pode ser chamado de processo de expansão dessas empresas do Nordeste e Sul, enquanto o Sudeste reduziu sua participação. Outra observação relevante é o impacto positivo sentido pelos dois setores a partir do dinamismo recente do mercado interno brasileiro que ocorreu no período entre 2004-2008, o que será destacado, também, neste capítulo.

As duas últimas seções deste capítulo têm por base dados para o período 1996-2007 da PIA/IBGE e procuram analisar o grau de adensamento, o nível de produtividade e as diferenças salariais na cadeia têxtil.

3.1 Total de Unidades Locais por Porte

No Brasil, tanto o setor têxtil como o de confecção avançaram no total de unidades instaladas durante o período entre 1996-2006 (ver Tabela A.1 no apêndice). Nestes anos foram criadas mais de 6.000 mil unidades locais têxteis (3.861 microempresas, 1.804 pequenas, 470 médias e 24 grandes), assim como se instalaram no país mais de 33.000 empresas de confecção, sendo 25.168 microempresas, 6.804 pequenas e 1.223 médias (no caso de grande porte, ocorreu redução no número de empresas, de 129 em 1996 passou para 128 em 2006). No período de maior dinamismo da demanda interna brasileira, os totais de empresas têxteis e de confecção foram ampliados em 1.764 e 8.046 unidades, respectivamente, considerando o período 2004-2006.

Ainda concernente ao total de estabelecimentos, os dados revelam que o setor têxtil teve crescimento inferior ao de confecção, embora *denim* (tecidos de algodão) tenha obtido alguma vantagem. Entre os anos de 1996 e 1999, o setor têxtil

cresceu 4,3% e o de confecção 5,9%, o micro e pequeno portes cresceram 4% e 13%, respectivamente, enquanto a média e grande empresas apresentaram decréscimos da ordem de 19% e 20%. Esse comportamento da média e grande empresa na década de 1990 está associado à reestruturação produtiva, cuja discussão está presente no primeiro capítulo desta tese.

Na década de 2000, a expansão dos dois setores (têxtil e confecção) foi expressiva considerando o período 2000-2006, sendo 28,3% no têxtil (com crescimento positivo em todos os portes) e 39,3% em confecção (o único porte que teve decréscimo foi o grande: -0,8%). Se se consideram os anos 2004-2006, com demanda interna aquecida, verifica-se que o ramo têxtil avançou 8,8% e o de confecção 9,2%.

A análise por segmento da cadeia têxtil brasileira revela que os que mais se destacaram na comparação dos anos 1996 e 1999 foram (Tabela A.1, no apêndice): o pequeno porte de fabricação de artefatos têxteis (29%), o micro porte de acabamentos (26%), o pequeno de fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos (26%), a criação de 3 grandes empresas de fabricação de tecidos e artigos de malha, micro e pequeno de fabricação de acessórios do vestuário (22% e 24%, respectivamente). Na comparação dos anos 2000 e 2006, os segmentos que obtiveram taxas de crescimento maiores, por exemplo, foram o micro porte de fiação (67%), médio e grande portes de tecelagem (60% e 46%, respectivamente), micro e pequeno de fabricação de artefatos têxteis (97% e 77%), acabamentos (micro – 132%, pequeno – 130%, médio – 90%, grande 125%) e confecção de artigos do vestuário (micro – 41%, pequeno – 38% e médio – 48%).

É curioso, ademais, o salto no número de unidades produtivas brasileiras entre os anos 1999 e 2001. Como muitos dos movimentos dos setores têxtil e de confecção são explicados a partir de variações no câmbio, percebe-se que a flutuação e

desvalorização cambial em 1999²¹ afetaram significativamente a dinâmica desses setores.

No setor têxtil brasileiro, somente em 2000 e 2001, respectivamente, foram criadas 667 (sendo 4% no Norte, 5% no Nordeste, 77% no Sudeste, 14% no Sul e 0,3% no Centro-Oeste) e 1.912 (1% no Norte, 9% no Nordeste, 53% no Sudeste, 33% no Sul e 4% no Centro-Oeste) empresas. Esse avanço também ocorreu no setor de confecção, que registrou nesses respectivos anos a instalação de 2.401 (3% no Norte, 15% no Nordeste, 25% no Sudeste, 36% no Sul e 22% no Centro-Oeste) e 9.058 (0,5% no Norte, 11% no Nordeste, 47% no Sudeste, 31% no Sul e 10% no Centro-Oeste) novas empresas (ver Tabelas A.1 a A.6, no apêndice).

A Distribuição Regional das Unidades Produtivas²²

A perda de participação do Sudeste foi influenciada, conforme já mencionado nesta tese, por uma série de fatores, tais como a reestruturação produtiva, a concorrência intensa da China, o processo de realocização de empresas para o Nordeste e o aumento da renda dos estratos inferiores da população brasileira. Além disso, é importante salientar que a região concentrou a maior parcela nacional dessas fábricas em todo o período analisado na Tabela 3.1, oscilando entre 55% e 52% no setor têxtil, bem como entre 57% e 49% em confecção, graças à existência de significativo número de consumidores e enormes redes de distribuição de artigos têxteis.

²¹ Ver mais detalhes sobre os reflexos na economia brasileira provenientes dessa variação cambial em Carneiro (2002).

²² O capítulo anterior desta tese mostrou que o Sudeste, Sul e Nordeste são as regiões brasileiras que têm maior representatividade na cadeia têxtil. Por isso, a análise será iniciada a partir dessas regiões. O mesmo será realizado na próxima seção, quando será abordada a distribuição regional do pessoal ocupado.

No que tange ao setor têxtil, observe que nos anos da década de 1990 examinados na Tabela 3.1 (1996-1999), ocorreu o processo de realocização das médias e grandes empresas, respectivamente, do Sudeste (-10,4 p.p. e -1,5 p.p. na participação nacional) para o Nordeste (2,0 p.p. e 2,1 p.p.) e Sul (8,1 p.p. e 0,5 p.p.) do país. Enquanto na década de 2000, os dados referentes a 2000-2006 revelam que ocorreu um movimento menos intenso, caracterizado pela redução na participação nacional, principalmente, das empresas de pequeno e médio portes do Sudeste (-3,2 p.p. -2,8 p.p.), bem como pelo aumento de pequenas e médias empresas no Sul (3,6 p.p. e 3,2 p.p.) e baixa variação nas micro e pequenas empresas do Nordeste (0,1 p.p. nos dois portes), inclusive com retração nas médias (-1,0 p.p.) e grandes (-3,9 p.p.) empresas nordestinas.

Os segmentos mais afetados no Sudeste entre os anos 1996 e 1999 foram as médias e grandes empresas de beneficiamento de fibras têxteis naturais (fechamento de 9 médias e 1 grande), a média de fiação (-52%) e a média e grande de acabamentos (fechamento de 10 médias e 9 grandes). Entre os anos 2000 e 2006, mesmo com a redução na participação nacional, esses segmentos reduziram suas perdas (a exemplo de beneficiamento de fibras têxteis naturais), inclusive alguns apresentaram crescimento (quais sejam, fiação e acabamentos).

Se for considerado, entretanto, apenas o período do mercado interno aquecido, constatou-se que as pequenas empresas do setor têxtil foram as que mais avançaram em participação no Nordeste (1,0 p.p.) e Sul (2,8 p.p.) entre os anos 2004 e 2006. Entre esses anos, conforme Tabela A.3 (no apêndice), os segmentos nordestinos que mais cresceram foram: a microempresa de fiação (73,8%) e as pequenas empresas de fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem (80,5%); acabamentos (146,7%) e fabricação de tecidos e artigos de malha (114,3%). Os destaques no Sul, ilustrados na Tabela A.4, foram fiação (66,7%) e acabamentos (82,1%)²³.

²³ É oportuno registrar que no Sul a grande empresa de tecelagem - inclusive fiação e tecelagem - cresceu consideravelmente, aumentando de 6 para 20 plantas entre os anos 2004 e 2006 (ver Tabela A.5).

Tabela 3.1 - Regiões: Participação das Unidades Locais Instaladas no Brasil, por Porte e Setor (1996-2006)

(Em %)

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
BRASIL												NORTE											
Têxtil												Têxtil											
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,7	0,8	0,8	0,8	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1	
Micro	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,7	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	1,1	1,2	
Pequeno	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,2	0,4	0,4	0,1	0,6	0,4	0,6	0,5	0,4	0,4	0,6	
Médio	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,5	0,0	0,3	0,3	0,5	0,3	0,3	0,4	0,6	0,5	0,5	
Grande	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1,3	1,1	0,6	0,5	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	
Confecção												Confecção											
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,9	0,9	0,9	1,1	1,2	1,1	1,1	1,2	1,4	1,5	1,5	
Micro	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1,0	1,0	1,0	1,2	1,3	1,2	1,2	1,2	1,5	1,7	1,6	
Pequeno	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,4	0,5	0,4	0,3	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	1,0	
Médio	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2	0,1	
Grande	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	1,5	0,8	
NORDESTE												SUDESTE											
Têxtil												Têxtil											
Total	12,7	12,6	12,8	12,9	12,6	12,2	12,2	12,2	12,3	12,7	12,6	55,0	54,9	54,0	53,6	54,5	54,4	54,5	53,9	53,8	53,1	51,9	
Micro	13,0	12,9	12,9	13,1	12,6	12,4	12,3	12,4	12,4	12,8	12,7	52,9	53,3	52,6	51,9	53,1	52,9	53,0	52,4	52,2	51,7	50,4	
Pequeno	9,6	10,0	11,8	10,7	11,4	10,3	10,7	10,0	10,5	11,7	11,5	67,4	65,3	62,3	65,2	61,1	62,0	62,1	60,5	61,5	59,4	57,9	
Médio	8,7	10,1	10,3	10,7	13,2	13,2	11,6	11,4	13,2	12,7	12,2	74,9	72,0	66,6	64,4	60,4	59,2	60,0	61,6	58,5	57,7	57,7	
Grande	16,6	18,1	17,6	18,7	22,0	21,1	22,4	21,6	20,1	18,8	18,1	65,1	61,2	64,1	63,6	55,5	56,4	53,6	54,1	56,6	55,6	56,8	
Confecção												Confecção											
Total	11,3	12,7	12,2	12,4	12,5	12,4	12,6	12,7	13,3	14,1	14,5	57,1	54,9	54,2	53,1	52,1	51,5	51,2	51,0	50,3	49,2	49,6	
Micro	11,5	12,9	12,2	12,6	12,6	12,4	12,5	12,7	13,4	14,3	14,6	56,0	53,9	53,4	52,3	51,3	50,9	50,6	50,4	49,6	48,3	48,9	
Pequeno	9,7	11,0	11,9	11,3	12,0	12,0	12,6	12,9	12,8	13,2	14,1	66,9	63,0	61,1	59,4	57,0	55,8	55,3	55,1	55,0	54,9	53,9	
Médio	7,8	8,7	11,9	10,7	12,7	12,7	13,0	11,9	11,9	12,7	11,7	62,1	58,7	54,4	56,2	54,0	52,6	51,8	51,0	50,9	51,1	50,7	
Grande	14,7	18,8	13,1	15,1	24,8	22,0	16,7	15,5	15,1	13,5	11,7	50,4	43,8	46,4	46,5	40,3	39,0	44,2	42,2	45,3	45,9	47,7	

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
SUL												CENTRO-OESTE										
Têxtil												Têxtil										
Total	29,1	28,9	29,3	29,4	28,8	29,2	28,9	29,5	29,5	29,7	30,6	2,6	2,7	3,1	3,2	3,1	3,2	3,4	3,5	3,5	3,6	3,8
Micro	30,6	30,2	30,4	30,7	30,0	30,4	30,1	30,5	30,7	30,6	31,5	2,7	2,7	3,2	3,3	3,2	3,2	3,6	3,6	3,7	3,8	4,1
Pequeno	20,5	21,1	22,4	20,5	23,5	23,6	23,2	25,2	24,2	25,7	27,1	2,3	3,1	3,1	3,5	3,5	3,7	3,4	3,8	3,4	2,9	3,0
Médio	15,0	16,5	21,2	23,2	24,0	25,3	26,1	24,5	25,7	27,4	27,3	0,8	1,5	1,7	1,3	1,8	2,0	2,0	2,1	2,0	1,6	2,4
Grande	16,6	18,6	17,6	17,1	21,2	21,1	22,4	22,1	20,9	21,2	22,0	0,4	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,9	1,2	3,2	1,9
Confecção												Confecção										
Total	25,4	26,0	27,0	27,6	27,8	28,2	28,2	28,0	28,0	27,3		5,4	5,5	5,8	5,8	6,4	6,9	6,9	6,9	7,1	7,1	7,1
Micro	26,1	26,6	27,6	28,1	28,4	28,5	28,6	28,6	28,3	28,4	27,5	5,5	5,5	5,8	5,9	6,5	7,0	7,1	7,1	7,3	7,4	7,4
Pequeno	18,4	20,3	21,1	23,1	24,2	25,3	25,1	25,0	25,0	25,0	25,2	4,7	5,2	5,6	5,9	6,1	6,2	6,2	6,2	6,3	6,1	5,9
Médio	26,2	28,0	28,5	28,6	29,2	29,8	30,8	31,9	32,7	32,4	33,8	3,7	4,3	5,0	4,3	4,0	4,7	4,3	4,9	4,1	3,6	3,6
Grande	34,9	36,5	39,3	38,4	34,9	38,2	38,3	41,4	37,4	37,6	37,5	0,0	1,0	1,2	0,0	0,0	0,8	0,8	0,0	2,2	1,5	2,3

Fonte: CEMPRE/IBGE. Elaboração Própria.

O setor de confecção, por sua vez, tem dinâmica diferente do setor têxtil, já que devido a sua marcante característica da pulverização, isto é, esse setor é formado basicamente por micro e pequenas empresas, reagiu de forma mais rápida do que o têxtil, por exemplo, ao oportuno dinamismo da demanda interna ocorrido no período 2004-2008. Isso porque a indústria de confecção é sensível a políticas de aglomeração industrial, bem como ao poder de compra local e sofre menos com a concorrência chinesa quando comparada às empresas têxteis brasileiras.

A trajetória do setor de confecção do Sudeste nos anos 1990 foi negativa, pois entre os anos 1996 e 1999 ocorreu retração em sua participação no total de unidades produtivas de todos os portes (-3,7 p.p. no micro, -7,4 p.p. no pequeno, -5,9 p.p. no médio e -3,9 p.p. no grande), segundo Tabela 3.1. Contudo, essa região respondia por mais de 53% dessas empresas do país em 1999. O segmento mais prejudicado foi a média e grande confecção de artigos do vestuário (-26% e -40%, respectivamente) entre os anos 1996 e 1999. Essa trajetória negativa do Sudeste favoreceu a instalação de, notadamente, pequenas (1,6 p.p.) e médias (2,8 p.p.) empresas no Nordeste e pequenas (4,7 p.p.) e grandes (3,5 p.p.) no Sul.

Nos anos 2000, a variação na participação nacional de empresas de confecção foi menos intensa do que na década anterior, com queda de aproximadamente 3,3 p.p. nas pequenas e médias empresas do Sudeste (Tabela 3.1), inclusive a média e grande empresas de confecção de artigos do vestuário localizadas na região registraram crescimento de 40% e 16%, respectivamente, entre os anos 2000 e 2006. Quanto às demais regiões, ocorreu aumento de 2,1 p.p. tanto nas micro como nas pequenas do Nordeste e 4,6 p.p. nas médias e 2,6 p.p. nas grandes do Sul.

Mesmo no período recente do aquecimento do mercado interno (2004-2008), ocorreram reduções nessas participações do Sudeste, considerando-se os anos 2004 e 2006, enquanto o micro e pequeno portes foram os mais beneficiados no Nordeste (1,3 p.p. cada) e no Sul foi o médio porte (1,1 p.p.). Isso deveu-se à sua sensibilidade ao aumento do poder de compra local. No que diz respeito aos segmentos, confecção de

artigos do vestuário foi o destaque nordestino (Tabela A.3), com crescimento de 22,8% no micro porte e 23,1% no pequeno, além de 28,1% nessas médias empresas da região Sul (Tabela A.5).

Desse modo, em linhas gerais, enquanto todas as regiões do país progrediram na participação no número de unidades produtivas na cadeia têxtil nacional, o Sudeste reduziu todas as suas participações nessa cadeia, embora seja a região que mais concentra essas unidades (ver Tabela 3.1).

Quando são considerados os valores absolutos, a análise revela que, a despeito de sua perda de participação relativa, o Sudeste registrou também significativo aumento no número de novas unidades produtivas. Entre os anos 1996 e 2006, surgiram na região mais de 2.700 empresas no setor têxtil (1.611 microempresas, 905 pequenas e 208 médias; a ressalva foi o grande porte, que encerrou 6 empresas do segmento fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem). Registrou-se melhora, igualmente, no setor de confecção, com a instalação de quase 12.000 empresas (8.286 microempresas, 2.900 pequenas e 549 médias; por outro lado, houve o fechamento de 4 empresas de grande porte do segmento de confecção de artigos do vestuário). Com o aumento do consumo e investimento no país, durante o período 2004-2006, surgiram 761 empresas têxteis e 3.336 de confecção no Sudeste (Tabela A.4, no apêndice).

É óbvio que o fechamento de grandes unidades no Sudeste em vários segmentos deve ser analisado à luz do movimento de deslocamento de plantas para outras regiões do país.

O Nordeste, por sua vez, registrou melhora no total de empresas instaladas nos setores têxtil e de confecção entre os anos 1996 e 2006 (Tabela A.3, no apêndice). Houve ingresso de mais de 766 empresas têxteis (453 microempresas, 235 pequenas, 70 médias e 8 grandes). Nesse período, instalaram-se na região quase 7.000 empresas no ramo de confecção (5.462 microempresas, 1.214 pequenas e 168 médias; sendo que 4 grandes fecharam). Com a recuperação da renda e ampliação do crédito, o aumento do consumo das famílias menos favorecidas pode ter influenciado na

instalação de unidades produtivas na região, visto que durante os anos 2004 e 2006, foram criadas 103 unidades produtivas têxteis e 2.264 de confecção.

Na análise por segmento, os destaques nordestinos em crescimento entre os anos 1996 e 1999 foram os seguintes: a pequena empresa de fabricação de artefatos têxteis (167%), a criação de 2 grandes de tecelagem, a micro e média de acabamentos (111% e instalação de 5, respectivamente), a pequena de fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos (67%) e micro e pequena de fabricação de acessórios do vestuário (63% e 54%, respectivamente). Entre os anos 2000 e 2006, os destaques foram: as micro e média de fiação (101% e 53%, nessa ordem), média e grande de tecelagem (42% e 41%, respectivamente), micro de fabricação de artefatos têxteis (62%), micro e pequena de acabamentos (129% e 174%, respectivamente) e micro e pequena de fabricação de tecidos e artigos de malha (55% e 137%, respectivamente). Nessa década, a dinâmica do setor de confecção está associada ao crescimento do micro (67%) e do pequeno (64%) portes de confecção de artigos do vestuário, cuja característica importante é a dependência do crescimento da renda na região.

Ademais, o Nordeste foi a terceira região do país que mais concentrou essas empresas no período analisado, chegando a representar 12,6% em 2006. Essa mobilidade de empresas para o Nordeste, segundo exposto anteriormente, é caracterizada pela busca da redução de custos de produção (em função do baixo custo da mão-de-obra), além da evidente guerra fiscal, em que os Estados nordestinos oferecem incentivos fiscais e de infraestrutura para essas empresas que se instalam na região, além dos incentivos creditícios. Outro fator crucial é o aumento da renda das classes menos favorecidas, já que a cadeia têxtil tem o mercado interno como seu principal eixo de acumulação.

A região Sul, por sua vez, também atraiu muitas empresas dos setores têxtil (2.119) e de confecção (10.292) entre os anos 1996 e 2006 (Tabela A.5, apêndice). A Tabela 3.1 revela que o Sul foi a segunda região do país em concentração no número dessas empresas, tendo, inclusive, ampliado sua participação tanto nas unidades

produtivas têxteis nacionais (de 29% para 30%) como nas de confecção (de 25% para 27%) entre os anos 1996 e 2006. Cabe reiterar que esse crescimento decorreu dos incentivos fiscais e creditícios concedidos na região, além do fato de estar próxima do maior centro consumidor (São Paulo).

Os segmentos sulistas que mais cresceram entre os anos 1996 e 1999 foram, respectivamente, os de pequeno e médio portes de fabricação de artefatos têxteis (37% e 40%); pequeno, médio e grande de acabamentos (56%, 175%, 300%); pequeno porte tanto de confecção de artigos do vestuário (49%) como o de fabricação de acessórios do vestuário (57%). Ademais, a linha lar (cama, mesa e banho) e malharia têm obtido vantagens no Sul. Entre os anos 2000 e 2006, os destaques foram micro e pequeno de fiação (88% e 61%), médio e grande de tecelagem (136% e 300%), micro de fabricação de artefatos têxteis (116%), todos os portes de acabamentos (178,2% - micro, 159,6% - pequeno, 141,4% - médio e 66,7% - grande) e médio de confecção de artigos do vestuário (67%) e pequeno e médio de fabricação de acessórios do vestuário (55% e 163%).

Em termos de participação nacional, o Norte tem baixa representatividade (Tabela 3.1). Entre os anos 1996 e 1999, melhorou somente 0,2 p.p. no total de unidades produtivas nacionais tanto no setor têxtil como no de confecção. Entre os anos 2000 e 2006, o setor de confecção aumentou sua participação em apenas 0,1 p.p, e o de confecção ampliou 0,4 p.p. O porte que mais cresceu (embora tenha participação nacional ínfima) nas duas décadas analisadas foi o micro dos seguintes segmentos: fiação, tecelagem, fabricação de artefatos têxteis, acabamentos e fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional, conforme Tabela A.2 (no apêndice). Com o aquecimento da demanda interna, surgiram na região entre os anos 2004 e 2006, 52 empresas têxteis e 279 de confecção.

O Centro-Oeste durante os anos 1996 e 2006, segundo a Tabela 3.1, apresentou baixa representação nacional, contudo seus índices de participação na cadeia nacional vêm melhorando: no ramo têxtil registrou avanço de 0,6 p.p. (entre os

anos 1996 e 1999) e de 0,7 p.p. entre os anos 2000 e 2006. No setor de confecção, a melhora foi de 0,5 p.p. (1996-1999) e 0,7 p.p. (2000-2006). Conforme já exposto neste trabalho, esse crescimento no total de unidades produtivas deveu-se ao fato de que as empresas da cadeia têxtil estão interessadas em se instalarem na região porque buscam a proximidade da produção de algodão. Além disso, com o crescimento da demanda doméstica, entre o período 2004-2006 subiu o total de empresas têxteis (125) e de confecção (564) na região.

A maioria dos segmentos que se destacou em crescimento no Centro-Oeste foi de micro e pequeno portes (Tabela A.6, no apêndice). No primeiro período analisado (1996 e 1999), os destaques foram, respectivamente, micro e pequeno porte de beneficiamento (100% e 214%), micro de fiação (50%), micro de acabamentos (106%), pequeno de confecção de artigos do vestuário (50%), pequeno e micro de fabricação de acessórios do vestuário (45% e 60%). No segundo período, constatou-se que os maiores crescimentos ocorreram no micro porte de fiação (246%); micro, pequeno e médio de tecelagem (156%, 400% e 133%); micro e pequeno de fabricação de artefatos têxteis (194% e 144%); micro e pequeno de acabamentos (215% e 133%); micro de confecção de artigos do vestuário (59%).

3.2 Pessoal Ocupado por Porte

A cadeia têxtil tem poder de gerar e distribuir renda, o que pode ser visto no total de pessoas ocupadas nessa cadeia produtiva. Foi seguida a trajetória positiva do número de empresas instaladas nos dois setores (têxtil e de confecção) entre os anos 1996 e 2006. Simultaneamente, ocorreu crescimento no número de empregados em todos os portes, exceto nas grandes unidades produtivas de confecção em que ocorreu decréscimo de 1,7% entre os dois anos extremos da série, o que é reflexo da reestruturação produtiva (Tabela 3.2). Em termos absolutos, tanto o setor têxtil como o de confecção avançaram no total de pessoal ocupado durante o período entre 1996-2006 (Tabela A.7, no apêndice). Nestes anos foram empregados mais de 98.000 pessoas no setor têxtil (11.926 na microempresa, 38.560 na pequena, 42.945 na média e 4.619 na grande). O setor de confecção absorveu mais que o triplo do pessoal do setor têxtil, registrando 298.606 empregados (49.510 na microempresa, 143.517 na pequena, 106.895 na média, embora tenha reduzido o quadro de pessoal na grande empresa: -1.316).

Por outro lado, quando são considerados os anos 1996 e 1999, mesmo com o crescimento no total de estabelecimentos brasileiros observado anteriormente, tanto o setor têxtil como o de confecção registraram decréscimos no total de empregados: -14% e -5%, respectivamente (ver Tabela A.7). O que pode ser explicado por fatores como a concorrência da China e a reestruturação produtiva, cujas características estão associadas ao enxugamento das estruturas operacionais, aumento da produtividade por meio da diminuição de empregados etc.

Por outro lado, vale ressaltar que o surgimento de micro e pequenas empresas (constatado na seção anterior) teve implicações sociais positivas no Brasil, pois esses dois portes responderam por taxas de crescimento positivas do pessoal ocupado no setor têxtil brasileiro (5% e 10%, respectivamente), enquanto os demais

portes acompanharam a trajetória negativa das unidades produtivas e tiveram decréscimos (-26% no médio e -18% no grande). Essa mesma *performance* das micro e pequenas empresas se repetiu no ramos de confecção, com o registro de 3% e 18%, respectivamente. A média empresa recuou -19,8% e a grande -37,3% (Tabela A.7).

Se forem analisados os anos da série em que aconteceu o aquecimento da demanda doméstica brasileira (2004-2006), constata-se a ocorrência de crescimentos positivos em todos os portes do ramo têxtil (7,5% na microempresa, 15,3% na pequena e 3,2% na média) e de confecção (6,9% na microempresa, 9,2% na pequena, 14,3% na média e 2,8% na grande), exceto na grande empresa têxtil (-1,2%). Isso porque a cadeia têxtil tem o mercado interno como o seu principal *locus* de acumulação de capital.

Em 2006, no setor têxtil, foram contratadas 346.949 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 40.127 em microempresas, 66.836 em pequenas, 86.588 em médias e 153.398 em grandes. O setor de confecção absorveu quase o dobro de pessoal do setor têxtil, registrando quase 676.000 empregados em 2006 (179.483 nas microempresas, 252.218 nas pequenas, 166.646 nas médias e 77.397 nas grandes).

Conforme comentado anteriormente, a flutuação e desvalorização cambial em 1999 alteraram a dinâmica dos setores têxtil e de confecção, com impacto positivo no surgimento de novas empresas. Por conseguinte, o total de pessoal ocupado também teve variação expressiva em 2000 e 2001. Tendo o ano de 2000 enorme destaque se for considerada toda a série analisada na Tabela 3.2, visto que no setor têxtil brasileiro foram registrados apenas nesse ano mais 79.505 empregados em relação ao ano anterior (1999), concentrados nas regiões Nordeste (20%), Sudeste (47%) e Sul (30%). O ramo de confecção, outrossim, apresentou incremento de 154.164 empregados quando comparado ao ano de 1999. Do ponto de vista regional, também está concentrado no Nordeste (24%), Sudeste (44%) e Sul (27%).

A Distribuição Regional do Pessoal Ocupado

Como a região Sudeste concentrou a maior parcela nacional das empresas da cadeia têxtil, é evidente que detenha a maioria do pessoal ocupado nessa cadeia durante o período analisado na Tabela 3.2, em que variou entre 63% e 55% no setor têxtil e entre 59% e 51% em confecção.

Está explícita a perda de participação nacional no total de pessoal ocupado no setor têxtil da região mais rica do país (-2 p.p.), quando se observa a década de 1990, período em que ocorreu a realocização das médias e grandes empresas do Sudeste para o Nordeste e Sul, examinado na Tabela 3.2 através dos anos 1996 e 1999, adicionalmente devem ser considerados os impactos da reestruturação produtiva, aumento da produtividade (que será tratada na subseção 3.3.2) e a concorrência chinesa. No Sudeste, a queda ocorreu em todos os portes de empresas (sobretudo no médio, com redução de -10 p.p.), salvo o grande porte (1 p.p.). O setor de confecção também diminui sua participação na região (-4 p.p.), sendo as maiores retrações no pequeno (-8 p.p.) e no médio (-5 p.p.) portes.

Na década de 2000, examinada pela comparação dos anos 2000 e 2006, o setor têxtil do Sudeste apresentou queda ainda maior (-3 p.p.), inclusive em todos os portes. O médio porte continuou registrando a maior redução (-5 p.p.), embora seja metade do verificado na década anterior. O setor de confecção perdeu participação, mas reduziu o nível da queda (-1,2 p.p.); ademais, até cresceu 4,3 p.p. na grande empresa. Mesmo nos anos em que ocorreu aumento do emprego e renda no país, representados na Tabela 3.2 pelos anos 2004 e 2006, o Sudeste continuou perdendo participação em ambos os setores, mas em magnitude inferior: têxtil (-1 p.p.) e confecção (-0,3 p.p.).

Quando são considerados os valores absolutos, a análise revela o mesmo que ocorreu em estabelecimentos, isto é, apesar de sua perda de participação relativa,

o Sudeste registrou também expressivo aumento no número de pessoal ocupado. Entre os anos 1996 e 2006, foram contratados no mercado formal da região quase 34.000 pessoas no setor têxtil (5.217 nas microempresas, 20.238 nas pequenas e 16.478 nas médias; a exceção ocorreu no grande porte: o encerramento de 6 dessas empresas junto com a reestruturação produtiva influenciaram no desligamento de 8.106 pessoas). Registrou-se significativa melhora, outrossim, no setor de confecção, com o ingresso de aproximadamente 118.000 empregados (13.618 nas microempresas, 62.175 nas pequenas e 47.529 nas médias; por outro lado, registrou-se redução de 5.600 pessoas no grande porte). Com o aumento do consumo e investimento no país, durante o período 2004-2006, foram contratados 4.588 empregados formais nas empresas têxteis e 26.112 em confecção (Tabela A.7, no apêndice).

As perdas de participação nacional no total de estabelecimentos e empregados na região Sudeste beneficiaram as regiões Nordeste e Sul, respectivamente, nos anos 1990 (representados na série por 1996 e 1999), tanto no setor têxtil (1 p.p. e 1 p.p.) como em confecção (0,1 p.p. e 3 p.p.). No ramo têxtil, o porte que mais cresceu em termos de contratação de mão-de-obra no Nordeste e Sul, respectivamente, foi o médio (2 p.p. e 8 p.p.). No setor de confecção nordestino, destacaram-se as empresas dos tamanhos pequeno (2 p.p.) e médio (1 p.p.), além de ocorrer queda no grande (-3 p.p.), o que decorre da reestruturação produtiva, já mencionada outras vezes; foram as pequenas (5 p.p.) e grandes (6 p.p.) empresas sulistas que sobressaíram.

O Nordeste e o Sul, em termos absolutos, também registraram melhora no total de pessoal ocupado nos setores têxtil e de confecção entre os anos 1996 e 2006 (Tabela A.7, no apêndice). Respectivamente, ocorreu ingresso de mais 19.000 e 39.000 pessoas no ramo têxtil (1.493 e 4.203 nas microempresas, 4.858 e 11.982 nas pequenas, 7.853 e 16.370 nas médias, 4.994 e 6.934 nas grandes). Nesse período, foram contratados nas regiões Nordeste e Sul, nessa ordem, aproximadamente 51.000 e 106.000 empregados no setor de confecção (10.500 e 17.984 nas microempresas,

25.051 e 45.356 nas pequenas, 14.323 e 40.829 nas médias, 1.193 e 1.579 nas grandes).

Nos anos 2000, período em que ocorreu o movimento de expansão de empresas têxteis e de confecção, quando se compara 2000 a 2006, constatou-se queda de -1 p.p. em cada um dos dois setores nordestinos. Essa redução do Nordeste sofreu influência da queda na contratação de pessoal da grande empresa têxtil (-1,2 p.p.) e da média (-1,8 p.p.) e grande (-11,2) de confecção. Por outro lado, o Sul obteve êxito de 2 p.p. no têxtil e em confecção, puxado, notadamente, pelo acréscimo de 4 p.p. no pequeno e no médio portes têxteis e de 4 p.p. no médio e 5 p.p. no grande de confecção.

Nos anos do aquecimento da demanda doméstica (exposto na série pelo período 2004-2006), o Nordeste teve trajetória negativa de -1 p.p. no têxtil, contudo evoluiu em confecção (apenas 0,4 p.p.). O Sul, por sua vez, subiu 1 p.p. no têxtil e manteve sua participação de 30% em confecção.

Quanto ao setor têxtil nortista, o crescimento de absorção de mão-de-obra foi maior nas empresas de pequeno porte (empregavam 36 pessoas em 1996 e passou a contratar 409 em 2006). No setor de confecção, a pequena empresa alocava 334 funcionários, ampliando para 2.448 em 2006. Entre os anos 1996 e 1999, no setor têxtil do Norte do país, a participação nacional em absorção de mão-de-obra caiu -0,3 p.p. e foi maior nas empresas de micro porte (0,3 p.p.). No setor de confecção, subiu somente 0,1 p.p., sendo a microempresa que teve a maior alta em participação (apenas 0,2 p.p.)²⁴. Entre os anos 2000 e 2006, a região manteve sua ínfima participação nacional no setor têxtil (1%) e subiu apenas 0,2 p.p. em confecção, com aumento de 0,2 p.p. nas pequenas empresas têxteis e 0,3 p.p. nas micro e pequenas do setor de confecção. Durante os anos 2004-2006, mesmo com o aumento da renda e do crédito, sua participação no ramo têxtil foi preservada (1%) e elevou 0,1 p.p. em confecção.

²⁴ Como o Cempre não computa os valores com menos de três informantes, as empresas de médio e grande portes não foram processadas durante todos os anos da pesquisa.

Tabela 3.2 – Brasil e Regiões: Participação do Pessoal Ocupado no Brasil, por Porte e Setor (1996-2006)

(Em %)

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BRASIL												NORTE										
Têxtil												Têxtil										
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,8	0,7	0,5	0,5	0,8	0,7	0,8	0,9	0,8	1,0	0,8
Micro	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,7	0,7	0,7	0,9	1,1	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0
Pequeno*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,1	0,2	0,2	0,0	0,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4	0,6
Médio*	99	99	99	98	99	100	100	100	100	100	100	0,0	0,0	0,0	0,0	X	X	X	0,5	0,4	0,3	0,2
Grande*	98	98	99	100	99	99	99	98	99	98	99	X	X	0,0	0,0	X	X	X	X	X	X	X
Confecção												Confecção										
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8
Micro	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,7	0,8	0,8	0,9	1,0	0,9	1,0	1,0	1,1	1,2	1,2
Pequeno*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,3	0,4	0,3	0,3	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	1,0
Médio*	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0,0	0,0	0,0	0,0	X	X	X	0,2	0,2	0,1	0,0
Grande*	100	99	99	100	100	100	100	100	100	98	98	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
NORDESTE												SUDESTE										
Têxtil												Têxtil										
Total	14,8	14,6	13,9	15,4	16,7	16,4	17,1	16,9	17,2	16,7	16,1	62,6	62,0	61,8	61,1	57,2	57,2	55,5	55,2	55,4	54,6	54,7
Micro	11,4	11,1	11,2	11,3	10,8	10,7	10,8	11,1	10,9	11,3	11,7	56,1	55,9	55,5	54,8	55,3	55,5	55,1	54,4	54,0	53,9	52,4
Pequeno*	10,1	10,1	12,1	11,0	11,3	10,4	10,6	10,1	10,4	11,7	11,5	67,3	65,4	61,6	65,5	62,4	62,5	63,1	60,9	62,2	60,9	58,8
Médio*	7,9	10,4	8,9	9,8	12,2	13,2	12,0	12,2	13,1	13,4	13,1	75,7	73,5	69,1	65,4	62,3	60,5	61,2	61,4	59,1	57,9	57,2
Grande*	18,4	17,9	16,6	19,0	22,3	21,9	23,8	23,6	23,5	21,9	21,1	59,1	59,1	61,3	60,3	53,2	53,8	49,7	49,7	51,1	50,5	52,1

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Confecção											Confecção										
Total	12,2	12,8	12,3	12,3	15,7	15,1	14,6	13,9	14,0	14,4	14,4	59,3	57,0	56,3	55,0	51,7	50,8	50,9	51,0	50,9	50,7	50,5
Micro	10,2	11,0	10,9	11,4	11,5	11,4	11,8	12,0	12,5	13,0	13,2	61,0	58,5	57,4	56,1	54,7	54,0	53,3	53,0	52,6	51,7	51,8
Pequeno*	9,7	11,1	12,4	11,5	12,2	12,1	12,9	13,1	12,9	13,2	14,1	66,4	62,4	60,2	58,3	56,2	55,2	54,6	54,4	54,3	54,0	53,2
Médio*	8,8	8,4	12,2	9,8	13,6	12,9	13,1	12,1	12,0	12,7	11,8	61,1	58,8	55,2	55,9	52,1	51,5	50,0	50,3	50,5	51,1	50,4
Grande*	21,7	24,9	16,0	19,2	34,8	34,3	28,9	25,3	24,8	24,6	23,6	45,6	41,0	45,1	42,6	34,8	31,5	35,5	36,1	37,2	36,9	39,1
	SUL											CENTRO-OESTE										
	Têxtil											Têxtil										
Total	20,6	21,2	22,6	21,9	23,9	24,3	25,0	25,2	24,7	25,6	26,2	1,2	1,5	1,2	1,2	1,4	1,4	1,6	1,9	1,9	2,1	2,2
Micro	29,0	29,5	29,4	29,6	29,5	29,5	29,6	29,7	30,3	29,8	30,9	2,8	2,8	3,2	3,4	3,3	3,2	3,7	3,8	3,9	4,1	3,9
Pequeno*	20,3	21,0	22,8	20,1	22,5	23,2	22,5	24,9	23,8	24,6	26,5	2,2	3,1	3,2	3,3	3,3	3,5	3,3	3,6	3,2	2,3	2,6
Médio*	15,2	14,8	20,0	22,8	23,1	24,3	24,4	23,3	25,0	26,8	26,6	0,0	0,6	0,5	0,0	1,8	1,8	2,1	2,5	2,3	1,6	2,8
Grande*	20,6	21,1	21,5	20,2	23,6	23,4	25,1	25,1	23,6	24,3	24,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,3	1,2
	Confecção											Confecção										
Total	24,4	25,5	26,2	27,4	27,3	28,4	28,8	29,2	29,2	29,1	29,3	3,7	4,2	4,7	4,7	4,8	5,1	5,2	5,2	5,2	5,1	5,0
Micro	22,9	24,4	25,2	25,9	26,3	26,7	26,8	26,7	26,6	26,8	26,6	5,2	5,4	5,7	5,6	6,6	7,0	7,1	7,2	7,2	7,3	7,2
Pequeno*	18,9	21,0	21,5	24,0	25,0	26,1	25,9	26,0	26,0	26,2	26,1	4,7	5,0	5,5	5,8	6,0	5,9	5,9	5,7	6,0	5,8	5,5
Médio*	26,8	29,1	28,1	29,7	30,3	31,0	32,6	32,8	33,4	32,5	34,1	3,2	3,5	4,4	4,3	3,9	4,4	4,1	4,5	3,6	3,5	3,5
Grande*	32,7	33,4	38,2	38,3	30,4	33,9	35,3	38,2	36,6	36,8	35,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0

Fonte: CEMPRE/IBGE. Elaboração Própria.

Notas: A soma nacional difere de 100% em alguns anos e portes devido à existência de valores desidentificados.

(*) Nesta soma há valores com menos de três informantes, por isso existem valores desidentificados.

A região Centro-Oeste manteve o mesmo nível de participação nos postos de trabalhos junto ao setor têxtil (1%) e no de confecção aumentou (1 p.p.) entre os anos 1996 e 1999 (Tabela 3.2). O acréscimo na participação da pequena empresa têxtil foi de 1 p.p. e da pequena e média empresas de confecção²⁵ foi de 1,1 p.p. cada. Nos anos 2000 e 2006, com a atração de empresas por conta da produção de algodão, o setor têxtil teve participação ampliada em 1 p.p. (o médio e grande porte elevou 1 p.p. cada) e o de confecção subiu somente 0,2 p.p., com destaque para a microempresa (aumento de 1 p.p.). Nos anos 2004-2006, ocorreu aumento do emprego e renda na cadeia têxtil do Centro-Oeste, mas o setor de confecção perdeu -0,2 na participação nacional, porém o setor têxtil obteve algum acréscimo (0,3 p.p.).

Em suma, com o dinamismo do mercado interno do Brasil nos anos captados pela série de dados (2004-2006), constatou-se que a indústria têxtil e de confecção foi beneficiada. Em termos de taxa de crescimento nesse período, as regiões que mais empregaram pessoal na cadeia foram o Centro-Oeste no setor têxtil e Nordeste no de confecção (ver Tabela A.7, no apêndice).

²⁵ Não foi possível calcular o crescimento da grande empresa do setor de confecção por conta de informações desidentificadas.

3.3 Adensamento da Cadeia Produtiva Têxtil e seu Nível de Produtividade

A cadeia têxtil foi muito afetada pelo processo de abertura comercial do Brasil, conforme expresso anteriormente. A abertura abrupta do mercado interno obrigou essas empresas a promoverem uma reestruturação produtiva, com desadensamento de cadeias produtivas dos setores têxtil e de confecção. Além de refletir no deslocamento de parte da produção desses setores para as regiões Nordeste e Sul nos anos 1990.

Essa reestruturação, recapitulando, é caracterizada pelo enxugamento das estruturas operacionais, aumento da produtividade via redução de pessoal, maior eficiência do processo produtivo, terceirização de atividades e especialização da produção. As estruturas das indústrias, desse modo, foram reduzidas com a relativa desarticulação de cadeias produtivas.

Isto posto, nesta seção são analisados dados da Pesquisa Industrial Anual – PIA, realizada pelo IBGE. Esses dados referem-se a informações das unidades locais industriais de empresas industriais que possuem mais de 5 pessoas ocupadas, cujos dados são mais completos, já que envolvem a soma entre o estrato certo²⁶ (empresas com mais de 30 pessoas ocupadas) e o estrato amostrado (empresas que têm entre 5 e 29 pessoas ocupadas), além de evitar os dados sigilosos comuns no extrato certo.

Com o intuito de comparar as regiões brasileiras e os Estados nordestinos, optou-se por trabalhar com os dados da PIA/IBGE, com CNAE 1.0 a dois dígitos, utilizando o período entre 1996 e 2007.

²⁶ O estrato certo responde por mais de 80% da produção industrial do Brasil, de modo que é relevante para explicar sua dinâmica. No caso da cadeia têxtil, conforme exposto anteriormente, o total de indústrias que ocupam menos de 30 pessoas tem peso relevante. Portanto, esse tipo de estrato omite a explicação de parte importante da produção dessa cadeia.

3.3.1 Adensamento da Cadeia Produtiva

Nesta subseção busca-se abordar o nível de adensamento da cadeia produtiva dos setores têxtil e de confecção nas regiões brasileiras e Estados nordestinos. A quebra de elos da cadeia produtiva dos setores brasileiros consiste em uma das características do processo de reestruturação produtiva cuja discussão foi realizada no primeiro capítulo desta tese.

A relação VTI/VBPI reflete o nível de adensamento de uma cadeia produtiva. A redução do indicador significa que os setores estão elevando a quantidade de insumos importados, sugerindo um processo de quebra de elos da cadeia produtiva dos setores nas regiões.

O ajuste microeconômico, associado à maior absorção de insumos importados, decorre de fatores sistêmicos, condicionados interna e externamente, a exemplo da condução da política macroeconômica e estratégias empresariais globais (SAMPAIO, 2011).

Ocorreu perda nos elos do setor têxtil brasileiro (Tabela 3.3). O Brasil atingiu seu menor nível em 2003 (37,6%). Se forem considerados os anos 1996 e 1999, constatou-se que a relação VTI/VBPI até aumentou 0,9 pontos percentuais (p.p.), mas reduziu -2,9 p.p. entre os anos 2000 e 2007. Ao revés, o setor de confecção, embora tenha reduzido o encadeamento em -0,2 p.p. entre os anos 1996 e 1999, aumentou esse indicador em 1,5 p.p entre os anos 2000 e 2007.

Tabela 3.3 - Brasil: Adensamento* da Cadeia Têxtil, por Setor e Região (1996-2007)

(Em %)												
Unidade Geográfica	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Têxtil												
Brasil	43,5	41,6	43,2	44,4	42,2	40,8	41,0	37,6	38,5	39,8	40,3	39,3
Norte	29,4	41,0	34,1	45,3	35,8	58,2	40,7	45,8	54,7	60,3	57,9	49,2
Nordeste	48,7	36,2	46,3	52,0	47,3	37,7	43,2	35,6	35,2	36,3	35,7	33,3
Sudeste	43,1	42,9	42,3	42,6	40,2	40,4	39,0	37,6	39,4	40,8	40,9	40,7
Sul	42,4	42,4	45,5	44,3	43,9	44,3	44,6	40,1	39,7	41,0	42,0	40,8
Centro-Oeste	29,9	20,0	29,8	28,9	30,8	37,5	33,4	27,0	28,5	24,7	30,2	32,3
Confecção												
Brasil	44,4	43,2	41,9	44,1	44,9	46,0	45,7	45,3	46,1	41,9	45,8	46,5
Norte	34,2	33,7	32,5	37,1	38,9	39,6	41,2	54,5	35,9	38,8	45,5	58,5
Nordeste	43,2	44,9	44,6	41,7	43,5	45,3	44,7	42,3	41,0	43,0	45,7	50,3
Sudeste	41,1	39,6	38,8	41,6	43,1	42,8	43,3	44,2	44,2	37,0	44,9	42,7
Sul	52,5	51,3	49,2	51,3	50,3	52,5	50,7	48,7	51,3	49,7	48,7	52,3
Centro-Oeste	44,8	38,5	33,2	31,0	35,3	44,1	43,9	42,2	43,6	46,2	38,0	44,5

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Nota: (*) O adensamento calcula-se através da relação VTI/VBPI.

O Nível de Adensamento das Regiões Brasileiras e Estados Nordestinos

O indicador de adensamento da cadeia produtiva têxtil oscilou nas grandes regiões brasileiras, sendo que a maioria das regiões apresentou redução de encadeamento no setor têxtil e o inverso no setor de confecção. No último triênio da série, o Norte apresentou o maior nível de encadeamento no setor têxtil do país, inclusive acima do nível nacional, variando 15,9 pontos percentuais no setor têxtil entre os anos 1996 e 1999 e 13,4 p.p. no período 2000-2007. No ramo de confecção, a

região reduziu 0,2 p.p. no primeiro período (1996-1999) e subiu 1,5 p.p. entre os anos 2000 e 2007.

**Tabela 3.4 - Nordeste: Adensamento* da Cadeia Têxtil, por Setor e Estado
(1996-2007)**

(Em %)												
Unidade Geográfica	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Têxtil												
Nordeste	48,7	36,2	46,3	52,0	47,3	37,7	43,2	35,6	35,2	36,3	35,7	33,3
Maranhão	42,2	37,7	60,0	13,6	25,2	43,0	42,8	45,5	48,6	57,4	32,5	40,2
Piauí	21,7	46,5	16,7	23,8	20,5	25,6	15,3	12,2	32,4	27,7	28,3	26,5
Ceará	53,8	34,9	54,0	61,9	61,7	33,9	47,7	36,5	37,6	36,2	40,8	39,5
Rio Grande do Norte	64,9	38,5	55,6	60,8	58,6	30,3	33,3	39,0	31,7	40,3	32,6	30,9
Paraíba	40,0	44,4	41,4	39,1	32,2	48,6	50,2	36,4	36,8	41,7	27,3	22,7
Pernambuco	32,7	34,0	33,0	33,1	35,3	41,5	39,8	34,3	30,5	29,3	42,2	36,5
Alagoas	37,0	38,6	40,5	32,7	31,5	28,0	26,8	36,2	35,4	35,4	31,6	31,1
Sergipe	46,9	30,7	44,1	27,1	28,4	35,9	39,0	37,4	36,2	34,3	41,8	40,5
Bahia	40,1	35,5	33,0	55,7	32,5	38,5	39,7	30,9	33,8	31,8	32,6	29,0
Confecção												
Nordeste	43,2	44,9	44,6	41,7	43,5	45,3	44,7	42,3	41,0	43,0	45,7	50,3
Maranhão	48,6	43,2	35,0	39,3	33,0	32,0	43,0	40,3	47,8	50,5	55,0	62,2
Piauí	53,8	50,1	53,1	41,5	35,2	45,7	49,1	48,8	52,3	48,1	44,4	50,2
Ceará	43,2	41,2	40,5	39,7	39,3	40,3	44,5	44,3	37,0	41,6	43,4	46,8
Rio Grande do Norte	30,5	47,5	54,7	47,3	51,1	60,8	42,5	38,7	34,3	31,5	45,2	53,3
Paraíba	54,2	63,6	60,3	18,9	35,3	44,0	37,6	16,5	34,5	69,8	47,9	41,1
Pernambuco	39,1	38,7	36,2	44,3	45,4	37,7	38,3	35,6	37,3	41,2	46,8	55,9
Alagoas	21,6	37,3	45,0	23,1	31,8	23,2	49,2	47,0	47,4	44,0	35,2	49,5
Sergipe	43,8	27,4	25,6	44,8	53,7	52,6	47,0	43,0	48,0	58,8	41,0	49,8
Bahia	43,5	49,8	51,0	48,4	50,8	47,3	55,4	51,4	60,4	47,5	51,2	53,6

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Nota: (*) O adensamento calcula-se através da relação VTI/VBPI.

Entre os anos 1996 e 1999 (que representam o período do processo de realocização de empresas do Sudeste para o Nordeste e Sul), a variação no nível de adensamento dos setores têxtil e de confecção, respectivamente, nas demais regiões foi a seguinte: o Nordeste teve ganhou 3,3 p.p. e perdeu -1,6 p.p.; o Sudeste reduziu -0,5 p.p. e ampliou 0,5 p.p.; o Sul aumentou 1,9 p.p. e perdeu -1,2 p.p. e o Centro-Oeste teve a maior perda nos elos (-13,7 p.p.) e subiu 9,2 p.p.. Entre os anos 2000 e 2007 (período em que ocorreu expansão de empresas), Nordeste e Sul recuaram no setor têxtil (-14,1 p.p. e -3,1 p.p.) e progrediram em confecção (6,8 p.p. e 2,0 p.p.); o Sudeste recuperou o seu nível de densidade reduzido no período anterior, com o aumento de 0,5 p.p. no têxtil e diminuiu -0,4 p.p. em confecção; por fim, o Centro-Oeste aumentou no têxtil (1,4 p.p.) e em confecção (9,2 p.p.).

O Ceará (polo regional) apresentou nível de encadeamento do setor têxtil superior ao do Nordeste (exceto em 1997, 2001 e 2005). Esse Estado subiu 8,1 p.p. no período 1996-1999 e caiu -22,1 p.p. entre os anos 2000 e 2007. Mais cinco Estados nordestinos registraram perda nos elos do setor têxtil entre os anos 1996 e 1999: Maranhão (-28,6 p.p.), Rio Grande do Norte (-4,1 p.p.), Paraíba (-0,9 p.p.), Alagoas (-4,3 p.p.) e Sergipe (-19,8 p.p.). Somente Piauí (2,1 p.p.), Pernambuco (0,4 p.p.) e Bahia (15,6 p.p.) obtiveram ganhos entre esses anos; no entanto, Piauí foi o Estado que registrou o menor nível durante toda a série da Tabela 3.4.

No setor de confecção, cinco Estados tiveram melhora no encadeamento entre os anos 1996 e 1999, quais sejam: Rio Grande do Norte (16,7 p.p.), Pernambuco (5,2 p.p.), Alagoas (1,5 p.p.), Sergipe (1,0 p.p.) e Bahia (4,9 p.p.). Ceará apresentou nível de encadeamento inferior ao nordestino, com uma única exceção em 2003. Piauí mais uma vez teve piora nesse indicador (-12,3 p.p.), além dos Estados do Maranhão (-9,3 p.p.) e Paraíba (-35,3 p.p.). Na década de 2000 (analisada através dos anos 2000-2007), todos os Estados nordestinos avançaram em termos de densidade produtiva nesse setor, à exceção de Sergipe que apresentou maior desmembramento da cadeia (-3,9 p.p.). Os maiores ganhos ocorreram no Maranhão (29,2 p.p.), Alagoas (17,7 p.p.) e Piauí (15 p.p.).

3.3.2 Nível de Produtividade

A baixa produtividade da cadeia têxtil está associada ao seu moderado conteúdo tecnológico. Entretanto, a produtividade da cadeia nacional vem crescendo, como será apontado a seguir.

Na cadeia têxtil, o aprimoramento do processo de produção, decorrente da sua modernização e racionalização, adicionado ao incremento da escala e do escopo da produção, com o intuito de melhorar a produtividade e diminuir os custos, são alguns fatores críticos para que se aumente a competitividade da cadeia têxtil brasileira (GARCIA, OLIVEIRA e MADEIRA, 2009).

O aumento do pessoal ocupado e a trajetória positiva da produtividade da cadeia têxtil indicam um bom desempenho da cadeia têxtil do Brasil. Convém reiterar que o aumento da produtividade está associado à reestruturação produtiva promovida por essas empresas com o intuito de sobreviverem e enfrentarem a concorrência chinesa. Entre 1996 e 1999, o setor têxtil brasileiro aumentou 7,4 p.p. e o de confecção subiu 1,2 p.p. (Tabela 3.5). Nos anos seguintes (2000-2007), a produtividade desses dois setores continuou subindo (8,7 p.p. e 9,1 p.p.).

A Produtividade nas Regiões Brasileiras e Estados Nordestinos

Ao longo da série, os destaques regionais nos setores têxtil e confecção foram o Sul e o Sudeste, que apresentaram em grande parte dos anos as maiores produtividades, inclusive de modo crescente. Nos anos iniciais (1996-1999), as produtividades dessas regiões no setor têxtil aumentaram, respectivamente, 7,0 p.p. e 6,3 p.p. e em confecção elevaram 1,6 p.p. e 1,7 p.p. Nos últimos anos (2000-2007), o

Sul e o Sudeste também cresceram nos ramos têxtil (9,4 p.p. e 10,6 p.p.) e de confecção (8,3 p.p. e 11 p.p.).

**Tabela 3.5 - Brasil: Produtividade* da Cadeia Têxtil, por Setor e Região
(1996-2007)**

	(Em %)											
Unidade Geográfica	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Têxtil												
Brasil	18,4	19,8	20,9	25,8	26,8	26,6	29,9	31,3	34,5	34,3	35,6	35,4
Norte	17,2	26,2	24,5	53,6	22,6	25,1	15,2	26,0	24,1	20,2	22,3	17,6
Nordeste	18,7	15,4	20,7	28,9	27,8	25,6	32,7	32,8	35,1	32,3	29,7	28,4
Sudeste	18,4	20,5	20,3	24,7	26,4	26,2	28,0	32,0	34,5	34,1	37,0	37,0
Sul	18,7	21,9	23,4	25,8	26,9	28,6	32,8	29,4	35,1	36,8	37,7	36,3
Centro-Oeste	10,8	9,4	11,7	14,4	16,0	23,6	25,8	21,4	29,6	30,9	25,6	50,8
Confecção												
Brasil	9,7	10,4	10,8	10,9	11,2	12,1	11,7	12,7	13,0	14,5	15,5	20,3
Norte	3,7	5,9	3,9	6,0	5,7	5,1	5,7	9,8	9,1	7,8	12,5	15,3
Nordeste	7,1	7,6	7,5	6,4	8,5	8,0	9,5	9,7	10,3	11,4	12,5	14,3
Sudeste	9,2	10,0	10,9	10,9	11,2	12,4	11,6	12,6	12,4	13,8	15,8	22,2
Sul	12,9	13,9	13,2	14,5	13,5	14,5	13,5	15,0	15,5	17,2	17,8	21,8
Centro-Oeste	7,7	6,1	5,7	5,6	6,8	8,5	9,1	9,9	11,3	14,6	10,3	14,2

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Nota: (*) A produtividade é calculada pela relação VTI/PO (pessoal ocupado).

O Nordeste oscilou no período, chegando a apresentar a maior produtividade nacional no setor têxtil durante quatro anos (1996, 2000, 2003 e 2004). Entre 1996 e 1999, sua produtividade aumentou 10,2 p.p. e entre 2000 e 2007 avançou 0,6 p.p.; o que indica melhoria no seu grau de competitividade no cenário nacional, como aliás ilustra a ampliação das exportações da região (apontada anteriormente). Já no setor de

confeção, o Nordeste manteve-se com produtividade sistematicamente abaixo da nacional, sendo que esta diferença chegou a 3,1 p.p. em 1999 e a 7,0 em 2007. Por outro lado, o indicador de produtividade do setor de confecção nordestino passou de 7,1% em 1996 para 6,4% em 1999 (uma redução de -0,6 p.p.), contudo, recuperou no período seguinte (2000-2007), subindo 5,9 p.p. (de 8,5% para 14,3%).

O Centro-Oeste tinha a menor produtividade em mais da primeira metade da série do setor têxtil, todavia, subiu 3,6 p.p. quando se compara 1996 a 1999, e muito mais entre os anos 2000 e 2007 (34,8 p.p.). A instalação de médias e grandes empresas na região nos últimos anos, em busca da proximidade da produção de algodão, deve estar relacionada com esse expressivo aumento de produtividade. No segundo setor analisado, a região apresentou permanentemente baixa produtividade em relação à nacional, registrando queda de -2,1 p.p. entre 1996 e 1999 e avançou 7,4 p.p. entre 2000 e 2007.

No segmento têxtil, o Norte teve comportamentos distintos. Até 2001 tinha produtividade dentro da faixa nacional, mas a partir de 2002 registrou baixos níveis de produtividade, de modo que na comparação entre 1996 e 1999 cresceu muito (36,4 p.p.) e diminuiu -5 p.p. entre os anos 2000 e 2007. No caso do setor de confecção, em quase todos os anos estudados, foi a região que teve a menor produtividade. Ainda assim, no cômputo geral subiu 2,3 p.p. entre 1996 e 1999, assim como entre 2000 e 2007 apresentou alta (9,6 p.p.).

A Tabela 3.6 apresenta o indicador de produtividade por Estado da região Nordeste. O Ceará, polo regional, apresentou os maiores níveis de produtividade da região Nordeste no segmento têxtil, ficando acima do nível nordestino durante todo o período, afora 2005. Variou de forma positiva no ramo têxtil (16,2 p.p.) e caiu em confecção (-1,2 p.p.) entre 1996 e 1999. No período subsequente (2000-2007), reduziu no têxtil (-9,9 p.p.) e ampliou em confecção (6,4 p.p.).

**Tabela 3.6 - Nordeste: Produtividade da Cadeia Têxtil, por Setor e Estado
(1996-2007)**

(Em %)

Unidade Geográfica	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Têxtil												
Nordeste	18,7	15,4	20,7	28,9	27,8	25,6	32,7	32,8	35,1	32,3	29,7	28,4
Maranhão	29,2	12,6	30,8	4,0	25,2	19,6	12,4	13,9	13,7	15,6	15,2	24,9
Piauí	4,8	2,4	8,3	13,0	18,1	8,0	6,2	7,2	19,9	18,2	17,7	20,2
Ceará	24,8	17,9	28,9	41,0	42,9	26,9	42,5	38,8	39,8	30,5	30,4	33,0
Rio Grande do Norte	23,2	16,0	21,5	29,7	32,9	13,7	17,7	25,4	25,3	32,7	23,8	22,3
Paraíba	12,6	14,1	13,6	16,0	15,2	41,6	33,9	34,9	39,8	38,2	22,5	19,8
Pernambuco	8,2	12,0	10,7	12,8	13,8	18,1	22,6	22,9	20,2	19,9	30,1	25,5
Alagoas	10,4	10,6	12,1	14,2	18,8	18,3	18,5	24,7	24,9	25,0	27,7	25,4
Sergipe	18,1	13,3	22,4	15,7	17,2	22,2	28,8	37,4	41,7	33,4	39,3	43,1
Bahia	21,9	17,0	20,7	39,7	22,8	29,2	40,6	35,1	38,9	41,5	42,3	33,8
Confecção												
Nordeste	7,1	7,6	7,5	6,4	8,5	8,0	9,5	9,7	10,3	11,4	12,5	14,3
Maranhão	3,8	2,0	4,9	3,9	3,4	3,0	3,1	3,9	5,2	5,6	7,3	10,4
Piauí	7,8	7,4	9,5	7,0	5,8	7,2	7,7	7,8	8,7	7,6	7,3	8,2
Ceará	7,9	7,5	7,0	6,7	7,8	7,7	9,9	10,3	10,4	11,7	12,6	14,2
Rio Grande do Norte	2,8	9,3	7,7	7,9	11,5	13,1	12,0	11,8	10,7	9,7	14,8	15,5
Paraíba	11,9	17,2	20,1	2,8	6,5	10,4	7,0	4,3	6,7	19,6	8,2	6,3
Pernambuco	6,9	5,8	5,6	5,9	10,2	5,5	6,1	6,4	6,0	5,8	7,2	9,2
Alagoas	1,2	2,2	3,2	1,4	1,8	1,3	4,7	4,6	5,6	5,1	4,8	6,7
Sergipe	4,0	2,1	3,6	3,5	3,6	4,4	8,3	7,1	11,1	16,1	10,7	10,7
Bahia	7,1	7,0	7,7	7,6	8,3	7,1	11,4	12,7	16,3	17,5	19,4	23,7

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Nota: A produtividade é calculada pela relação VTI/PO (pessoal ocupado).

A produtividade baiana é a maior no setor de confecção e a segunda maior no setor têxtil. Ficou acima do nível da cadeia têxtil nordestina na maior parte dos anos analisados. Diante desse contexto, é coerente seu crescimento de 17,8 p.p. no ramo

têxtil e 0,5 p.p. em confecção entre os anos de 1996 e 1999. Nos anos 2000 e 2007, a Bahia continuou avançando no têxtil (11 p.p.) e em confecção (15,4 p.p.).

As faixas de produtividade mais baixas foram do Piauí no ramo têxtil e do Estado de Alagoas no setor de confecção. Quanto à evolução durante os anos 1996 e 1999, os Estados nordestinos cresceram no segmento têxtil, exceto Maranhão (-25,2 p.p.) e Sergipe (-2,4 p.p.). Os demais Estados registraram os seguintes avanços: Piauí (8,3 p.p.), Rio Grande do Norte (6,5 p.p.), Paraíba (3,4 p.p.), Pernambuco (4,7 p.p.), Alagoas (3,8 p.p.). Esse mesmo movimento positivo ocorreu no ramo de confecção nos Estados a seguir: Maranhão (0,1 p.p.), Rio Grande do Norte (5 p.p.) e Alagoas (0,2 p.p.). Piauí (-0,8 p.p.), Paraíba (-9 p.p.), Pernambuco (-1,1 p.p.) e Sergipe (-0,6 p.p.) retraíram nesse período. Entre 2000 e 2007, a maioria dos Estados nordestinos recuperaram seus níveis de produtividade. Sergipe (25,9 p.p.) e Pernambuco (11,7 p.p.) foram os destaques no setor têxtil; em confecção, sobressaíram a já citada Bahia (15,4 p.p.), Sergipe mais uma vez (7,1 p.p.) e Maranhão (6,9 p.p.).

3.4 Salário Anual Médio²⁷

Esta seção apresenta os valores correntes do rendimento anual médio dos trabalhadores da cadeia têxtil brasileira conforme informados pela PIA/IBGE, tendo por objetivo principal a comparação das diferenças entre as regiões brasileiras e entre os estados nordestinos, bem como para pontuar diferenças entre os dois grandes setores da cadeia (têxtil e de confecção)²⁸.

É assim que, por exemplo, pode-se observar que o rendimento anual médio do trabalhador brasileiro do setor têxtil cresceu 1,8% no período 1996 e 1999, enquanto no setor de confecção o aumento foi de 6,7%. No período subsequente (2000-2007), o rendimento no Brasil avançou nos dois ramos, no têxtil chegou a 60,9% e em confecção 78,1%²⁹. Do mesmo modo, se a comparação for restringida ao período 2004-2007 (procurando captar efeitos do ciclo virtuoso da produção, emprego, renda, consumo e investimento que o Brasil experimentava), foram encontradas diferenças na remuneração anual do trabalhador da cadeia têxtil, quando se considera os dois setores: crescimento de 19,3% no setor têxtil contra 35,4% no de confecção (Tabela 3.7).

²⁷ Segundo a metodologia da PIA, os salários pagos referem-se à soma das importâncias pagas no ano a título de salários fixos, pró-labore, retiradas de sócios e proprietários, honorários, comissões, ajudas de custo, 13º salário, abono de férias, gratificações e participações nos lucros (quando não resultante de cláusula contratual) relativas ao pessoal ocupado da unidade local industrial. Os valores são declarados sem dedução das parcelas da previdência social (INSS), recolhimento de imposto de renda ou de consignação de interesse dos empregados (aluguel de casa, contas de cooperativas, etc.) associados ao pessoal ocupado da unidade. Excluem as diárias pagas a empregados em viagens, honorários e ordenados pagos a membros dos conselhos administrativo, fiscal ou diretor que não exerçam atividade na empresa, indenizações por dispensa incentivada, participações ou comissões pagas a profissionais autônomos.

²⁸ Uma análise centrada na evolução do salário real certamente requereria enormes cuidados com a escolha dos índices de variação de preços a serem considerados, tendo em vista as diferenças das séries de inflação entre regiões e Estados.

²⁹ Nos últimos anos, em função da adoção de políticas nacionais de incentivo à demanda das classes mais baixas, foi influenciado um maior crescimento do setor de confecção em relação ao têxtil. Embora o aumento do rendimento na confecção tenha sido maior do que no têxtil, este último setor continua registrando rendimento médio 50% superior ao setor de confecção em 2007.

O Salário Médio nas Regiões Brasileiras e Estados Nordestinos

As diferenças aparecem também na comparação entre as regiões do país. A região Norte oscilou durante todo o período analisado, chegando a representar 48% do rendimento médio pago no setor têxtil brasileiro e 22% do rendimento médio pago no setor de confecção nacional em 2007. Nos anos iniciais (1996-1999), registrou os maiores crescimentos nacionais nos rendimentos tanto no setor têxtil (51,2%) como em confecção (45,5%). Reduziu o ritmo nos anos 2000-2007 no ramo têxtil (17,4%), entretanto, continuou crescendo em confecção (88,3%). Durante o período da série em que se verifica demanda doméstica aquecida (2004-2007), teve crescimento positivo em ambos os setores, aumentando 9,8% no têxtil e 34,1% no de confecção (Tabela 3.7).

A região Nordeste, em média, tem o segundo menor nível de salários anuais médios pagos na cadeia têxtil no Brasil. Nos anos 1996-1999, os salários retraíram - 12,3%; e mesmo com o avanço que ocorreu pós-2000 continuaram baixos, quando cresceu 87,2% entre 2000 e 2007. Neste último ano, o salário do setor têxtil nacional foi 22% maior do que o nordestino, o do Sudeste superou em 25% e o do Sul foi 30% maior. No setor de confecção, as médias do Brasil, Sudeste e Sul também foram maiores em relação à do Nordeste: 22%, 26% e 30%, respectivamente (Tabela 3.7).

Durante o período analisado na série no qual o Brasil experimentou elevado aumento da renda e do emprego (2004-2007), o trabalhador nordestino da cadeia têxtil viu sua remuneração média anual subir 25,5% no setor têxtil, enquanto no de confecção o aumento foi de 31,5%.

A remuneração anual média do Sudeste é significativa em relação às outras regiões do país. Essa remuneração também vem avançando desde os anos 1996-1999 (período em que aumentou 6,1% no têxtil e 10,2% em confecção) até a década de 2000, crescendo tanto no setor têxtil (50,1%) como no de confecção (77,4%) entre os

anos 2000 e 2007. Em 2007, a região superou o rendimento médio brasileiro em 3% no setor têxtil e 8% no de confecção. Entre os anos 2004 e 2007, cresceu de forma positiva no ramo têxtil (15%), porém bem mais no de confecção (41%).

Tabela 3.7 - Brasil: Salário Anual Médio* da Cadeia Têxtil, por Setor e Região (1996-2007)

(Em R\$ Mil)

Unidade Geográfica	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Têxtil												
Brasil	669,1	743,2	718,8	681,0	748,8	810,5	866,4	943,7	1.010,2	1.094,7	1.145,8	1.204,9
Norte	385,1	520,8	493,3	582,1	536,1	517,1	447,5	571,9	573,5	524,6	712,5	629,5
Nordeste	485,3	476,6	476,4	425,8	528,9	602,0	676,3	771,8	789,1	856,4	891,6	990,2
Sudeste	705,4	789,2	758,4	748,6	827,9	868,7	937,0	1.007,9	1.079,5	1.145,6	1.196,8	1.242,5
Sul	708,3	831,9	792,1	701,9	750,6	853,4	867,8	945,7	1.034,8	1.177,5	1.238,9	1.291,1
Centro-Oeste	763,3	716,9	501,3	566,0	521,3	581,9	576,3	645,1	842,4	910,1	847,3	1.150,3
Confecção												
Brasil	410,5	452,9	454,4	438,2	449,3	473,0	506,6	577,9	591,0	678,5	723,5	800,0
Norte	219,4	315,2	277,4	319,3	331,2	356,2	367,6	454,4	465,3	513,6	551,3	623,8
Nordeste	298,0	339,3	326,4	305,4	344,4	367,7	391,3	450,2	471,9	515,7	579,6	620,6
Sudeste	427,8	465,8	478,1	471,3	485,5	507,0	551,3	619,7	612,7	712,4	740,0	861,4
Sul	465,3	512,4	497,0	472,2	463,2	502,9	519,0	600,7	632,9	718,9	784,5	836,4
Centro-Oeste	217,3	253,0	282,7	284,5	304,9	322,2	349,5	416,6	444,9	578,4	659,7	623,7

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Notas: (1) O salário anual médio é calculado pela relação salário/PO (pessoal ocupado).

(2) Nos salários estão incluídas retiradas e outras remunerações.

(3) Refere-se ao pessoal ocupado em 31/12.

O padrão salarial da cadeia têxtil da região Sul é alto quando se compara com o das demais regiões e mesmo assim atrai empresas da cadeia têxtil, conforme tratado anteriormente. O que se pode inferir é que outros fatores explicam a expansão

dessas empresas no Sul, tais como a guerra fiscal empreendida pelos Estados sulistas, incentivos creditícios concedidos na região, além do fato de estar próxima do maior centro consumidor do país. Ademais, nos anos 1996-1999 (período em que atraiu empresas têxteis do Sudeste), seus salários caíram 0,9% no ramo têxtil e subiram apenas 1,5% em confecção.

Contudo, o Sul vem seguindo a trajetória nacional e está aumentando o nível das remunerações anuais médias a partir do ano 2000, crescendo 72% no setor têxtil e 80,6% em confecção entre os anos 2000 e 2007. Os salários anuais médios da região são 7% e 5% maiores do que, respectivamente, os dos setores têxtil e de confecção do país. Nos anos do mercado interno dinâmico, seus trabalhadores também receberam aumentos em seus rendimentos, sendo que, mais uma vez, observam-se diferenças entre os dois setores da cadeia: crescimento de 25% no ramo têxtil e de 32% no de confecção.

O nível salarial pago no setor têxtil do Centro-Oeste oscilou durante o período estudado, enquanto no setor de confecção desde 1996 apresentou um padrão de evolução mais próximo das demais regiões (à exceção do ano 2007). Decresceu a remuneração média no setor têxtil (-25,8%) e cresceu em confecção (30,9%), quando são considerados os anos 1996 e 1999. A região recuperou o nível salarial entre os anos 2000 e 2007, de modo que respondeu pelos maiores crescimentos nacionais em ambos os setores: 120,7% no têxtil e 104,6% em confecção. Foi também a região que teve o maior crescimento entre os anos 2004 e 2007 no ramo têxtil (36,6%) e segunda maior no de confecção (40,2%). Em relação ao Brasil, seus salários médios foram inferiores nos setores têxtil (5%) e de confecção (22%) em 2007 (Tabela 3.7).

**Tabela 3.8 - Nordeste: Salário Anual Médio* da Cadeia Têxtil, por Setor e Estado
(1996-2007)**

(Em R\$ Mil)

Unidade Geográfica	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Têxtil												
Nordeste	485,3	476,6	476,4	425,8	528,9	602,0	676,3	771,8	789,1	856,4	891,6	990,2
Maranhão	391,3	361,1	384,6	420,5	359,5	458,4	390,7	413,3	559,8	665,5	794,6	988,2
Piauí	312,3	518,9	601,6	355,5	336,0	511,5	450,0	538,2	523,4	559,3	576,0	662,9
Ceará	458,8	478,4	430,8	359,5	539,2	599,6	722,8	874,3	866,9	895,2	897,5	1.018,4
Rio Grande do Norte	380,3	415,9	318,1	330,5	473,4	520,4	580,7	659,8	661,0	780,1	818,4	872,8
Paraíba	546,8	393,2	397,1	423,7	507,8	708,5	637,2	752,6	785,2	816,6	864,4	1.073,4
Pernambuco	538,8	588,6	602,8	539,0	459,5	558,5	600,9	758,1	726,1	755,9	805,3	857,2
Alagoas	390,1	385,6	390,8	450,1	493,5	558,8	608,6	581,3	692,8	709,6	996,9	910,7
Sergipe	459,4	460,5	546,6	508,1	564,1	607,3	677,2	754,3	814,5	880,9	939,2	1.045,1
Bahia	661,7	610,1	765,2	555,4	635,1	629,1	805,4	810,1	857,9	1.055,6	1.073,8	1.109,0
Confecção												
Nordeste	298,0	339,3	326,4	305,4	344,4	367,7	391,3	450,2	471,9	515,7	579,6	620,6
Maranhão	249,3	243,9	220,9	271,8	252,5	292,3	269,4	360,7	355,3	386,3	475,9	539,4
Piauí	254,4	299,1	315,9	283,5	277,1	341,5	354,9	428,9	459,4	473,0	532,0	561,9
Ceará	280,0	318,6	307,0	298,4	330,3	362,1	383,5	442,1	466,9	534,0	595,6	598,2
Rio Grande do Norte	194,4	364,5	294,0	314,6	344,8	348,6	422,4	453,1	513,3	538,9	636,7	641,9
Paraíba	313,3	349,8	359,0	326,1	348,1	375,2	372,3	400,3	403,5	407,8	477,4	563,8
Pernambuco	441,8	464,5	391,0	336,9	457,5	431,1	386,8	520,8	466,9	513,4	558,0	542,8
Alagoas	158,9	206,7	280,1	188,3	207,3	242,2	290,9	307,7	431,0	422,7	522,2	554,4
Sergipe	256,2	271,4	405,6	291,8	257,8	370,4	335,6	336,2	545,6	455,0	481,7	606,5
Bahia	281,4	260,6	305,3	286,3	311,1	342,6	431,6	468,1	464,5	509,9	560,7	800,2

Fonte: PIA/IBGE. Elaboração própria.

Notas: (1) O salário anual médio é calculado pela relação salário/PO (pessoal ocupado).

(2) Nos salários estão incluídas retiradas e outras remunerações.

(3) Refere-se ao pessoal ocupado em 31/12.

Nos anos 2000, os trabalhadores da cadeia têxtil dos Estados nordestinos (Tabela 3.8) foram beneficiados com acréscimos na remuneração anual média

frequentemente acima da média nacional. No setor têxtil, a Bahia apresentou o maior nível salarial da região na maioria dos anos analisados. Foi 12% maior que o nível regional em 2007 e decresceu -16,1% entre os anos 1996 e 1999, recuperando-se entre 2000 e 2007, com crescimento de 74,6%. Enquanto isso, o Estado do Piauí teve o menor nível salarial durante a maioria do período 1996-2007, sendo, neste último ano, 33% menor que o nível regional, embora tenha crescido o salário médio 13,8% no primeiro período, assim como ampliou 97,3% entre os anos 2000 e 2007.

O destaque no setor de confecção nordestino foi Pernambuco, que deteve o maior nível salarial na maioria do período (1996-2007). Ainda que tenha registrado retração de -23,7% entre os anos 1996 e 1999, conseguiu recuperar sua remuneração média, com crescimento de 18,6% entre os anos 2000 e 2007, embora seus salários médios tenham sido 13% inferiores aos do Nordeste. Até 2001, Alagoas tinha o menor nível salarial na maioria dos anos, registrando salário médio 10% menor do que o da região em 2007. A partir de 2002, o Maranhão passou a concentrar a maioria dos menores salários pagos, com 13% abaixo do valor nordestino em 2007, mesmo com o crescimento de 9% entre 1996 e 1999, assim como com a alta de 113,6% entre os anos 2000 e 2007.

Em linhas gerais, o polo regional cearense teve bom desempenho no que tange aos salários médios pagos aos trabalhadores da cadeia têxtil. No setor têxtil, pagava salários 3% maiores do que o regional em 2007. Apesar de reduzir o nível - 21,6% no primeiro período (1996-1999), restabeleceu-se com o crescimento de 88,9% entre 2000 e 2007. No setor de confecção, em 2007, o salário médio foi 4% menor do que o do Nordeste, mesmo com o crescimento de 6,6% entre 1996 e 1999, além da alta de 81,1% entre os anos 2000 e 2007.

Diante dos dados, confirmou-se que a mobilidade da cadeia têxtil para o Nordeste significa redução de custos com mão-de-obra, já que tanto o setor têxtil como o de confecção nordestinos têm menores salários médios quando comparados aos das regiões Sudeste e Sul. Desse modo, a baixa remuneração existente no Nordeste é um

fator estratégico na decisão locacional dessas empresas intensivas em mão-de-obra. Outro fator que já foi citado, mas merece destaque, é o potencial de crescimento da região, já que as políticas governamentais de aumento do salário mínimo implicaram aumento do consumo das classes menos favorecidas, o que constitui o Nordeste como um nicho de investimento para a cadeia têxtil, cujo eixo de acumulação de capital é o mercado interno.

Conclusão

O processo de integração produtiva do mercado nacional iniciado na década de 1970 transformou as estruturas produtivas das regiões brasileiras, com o desenvolvimento da agricultura, agroindústria e da indústria “periférica”, implicando considerável diferenciação econômica do espaço nacional, inclusive em termos intrarregionais (CANO, 1998). Pacheco (1998) argumenta que este fenômeno ganhou intensidade a partir de 1985, devido ao impacto diferenciado da crise econômica e do surgimento de pequenas “ilhas” de prosperidade.

Aliado ao processo de abertura comercial, verificou-se, ainda, no início da década de 1990, um período de baixo crescimento da economia nacional, obrigando a maioria das empresas a reestruturarem-se, como forma de aumentar a produtividade e ganhar competitividade frente à produção externa.

A combinação da abertura comercial com a reestruturação produtiva dos anos 1990 impôs mudanças significativas na dinâmica das principais cadeias produtivas brasileiras. Em algumas dessas cadeias, a realocação de suas atividades foi a resposta encontrada para fazer frente à maior competição com os produtos importados.

O Nordeste acompanhou a mudança na dinâmica macroeconômica que vem acontecendo nos últimos anos e redefiniu sua inserção no processo de desenvolvimento regional brasileiro. Com a região crescendo um pouco acima da média nacional desde meados dos anos 1990, seu VTI passou de 6% em 1970 para 9% em 2005, bem como sua participação no emprego industrial cresceu de 11% para 13% nesse período.

A cadeia produtiva têxtil foi uma das mais afetadas pela abertura da economia dos anos 1990, com a aquisição maciça de insumos e materiais complementares no mercado internacional, gerando um esgarçamento das relações

produtivas nesse setor. As grandes empresas têxteis passaram a estabelecer algumas estratégias para enfrentar a concorrência internacional, a exemplo de fusões, aquisições, redução de custos e deslocamentos produtivos.

Constatou-se no segundo capítulo desta tese que a participação nacional do Sudeste na cadeia têxtil vem caindo de maneira considerável desde a década de 1990, embora seja a região do país que mais produz. A região teve decréscimo na participação da produção de têxteis e passou a exportar menos. Além disso, mesmo nos anos em que o mercado doméstico estava aquecido, ocorreram reduções nessas participações do Sudeste na cadeia nacional.

A região Sul, por sua vez, ampliou sua participação nacional em diversas variáveis da cadeia têxtil, tal como produção de têxteis, embora tenha exportado menos e ampliado as importações. Mas isso é uma característica peculiar da cadeia, já que o mercado interno é seu eixo de acumulação de capital. Esse bom desempenho da região Sul foi influenciado pelas intervenções dos governos locais, via concessão de incentivos fiscais; bem como pela existência de incentivos creditícios oferecidos pelos bancos regionais, além da sua localização estratégica, já que fica próxima da região mais rica do Brasil que responde pela maior parte do consumo têxtil.

Desde a década de 1990, a cadeia têxtil do Nordeste brasileiro vem avançando sua participação nacional em termos de produção e exportação, resultado de taxas de crescimento superiores à média do país.

Em termos regionais, tanto o Norte como o Centro-Oeste têm baixas representatividades nacionais, embora tenham melhorado um pouco na maioria dos indicadores.

Em suma, enquanto todas as regiões do país progrediram na participação de indústrias na cadeia têxtil nacional, o Sudeste reduziu sua participação, embora responda (notadamente São Paulo) ainda pela sua maior parcela e detenha o poder

econômico-financeiro sobre a cadeia e grande parte das decisivas etapas de concepção, planejamento estratégico, *marketing* etc.

Esse desempenho do Sudeste foi influenciado por uma conjunção de fatores, tais como a reestruturação produtiva, a concorrência intensa da China, o processo de realocização de empresas para o Nordeste e mudanças na distribuição regional do consumo decorrentes do aumento da renda dos estratos inferiores da população brasileira.

É interessante reiterar que o processo de realocização das empresas têxteis em direção ao Nordeste na década de 1990 foi decorrente tanto da busca pela diminuição dos custos associados à força de trabalho como da implementação de políticas públicas locais de incentivos fiscais, creditícios e de infraestrutura. Ademais, com o dinamismo do mercado interno do Brasil no período 2004-2008, a indústria têxtil e de confecção foi beneficiada, visto que a cadeia têxtil tem o mercado interno como seu principal *locus* de acumulação de capital.

Por fim, a análise desenvolvida no terceiro capítulo deste trabalho, com base em dados do IBGE para o período 1996-2007, permitiu revelar novos elementos sobre as transformações em processo na cadeia têxtil brasileira, em uma perspectiva regional. A análise foi dividida em dois períodos porque ocorreram dois movimentos distintos nos anos 1990 e 2000. Na primeira década, ocorreu a mobilidade de empresas dos ramos têxtil e de confecção do Sudeste para o Nordeste e Sul. Já nos anos 2000, o movimento foi menos intenso e mais comum em empresas menores, que foi denominado de processo de expansão dessas empresas do Nordeste e Sul, à medida que o Sudeste continuou reduzindo sua participação, todavia em ritmo menor. O impacto positivo sentido pelos dois setores a partir do dinamismo recente do mercado interno brasileiro que ocorreu no período entre 2004-2008, também foi destacado.

Quando se compara o setor de confecção ao têxtil, constata-se que ambos têm dinâmicas diferenciadas. O primeiro setor, em função da sua marcante característica da pulverização, isto é, esse setor é formado basicamente por micro e

pequenas empresas, reagiu de forma mais rápida do que o têxtil, por exemplo, ao oportuno dinamismo da demanda interna ocorrido no período 2004-2008. Isso porque a indústria de confecção é sensível a políticas de aglomeração industrial, bem como ao poder de compra local e sofre menos com a concorrência chinesa quando comparada às empresas têxteis brasileiras. Afinal, a dinâmica de movimentação do ramo de confecção é pela demanda (enquanto o têxtil remete mais às condições de oferta), o que combina com o recente dinamismo do mercado interno.

Em linhas gerais, enquanto todas as regiões do país progrediram na participação no número de unidades produtivas e pessoal ocupado nos setores têxtil e de confecção no país, o Sudeste reduziu sua participação, embora seja a região que mais concentra essas unidades e empregados. Por conta disso, quando são considerados os valores absolutos, a análise revela que, a despeito de sua perda de participação relativa, o Sudeste registrou significativo aumento no número de novas unidades produtivas e contratação de mão-de-obra.

Nos anos 1990, ocorreu o processo de realocação das médias e grandes empresas têxteis e de confecção dessa região para o Nordeste e Sul do país. Tendo esta última região a segunda maior concentração dessas indústrias e empregados no país e o Nordeste a terceira. Os segmentos mais afetados no Sudeste durante esse período foram: beneficiamento de fibras têxteis naturais, fiação e acabamentos. Fabricação de artefatos têxteis, tecelagem, acabamentos, fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos e fabricação de acessórios do vestuário foram os segmentos nordestinos que obtiveram maiores ganhos. No Sul, os destaques foram: fabricação de artefatos têxteis, acabamentos, confecção de artigos do vestuário e fabricação de acessórios do vestuário.

Enquanto na década seguinte (anos 2000), ocorreu um movimento menos intenso, caracterizado pela redução na participação nacional, principalmente, das empresas de pequeno e médio portes dos setores têxtil e de confecção localizados no Sudeste, bem como pelo aumento de médias e grandes empresas no Sul e baixa

variação nas micro e pequenas empresas do Nordeste, inclusive com retração nas médias e grandes empresas nordestinas. Beneficiamento de fibras têxteis naturais foi o segmento que registrou maior perda no Sudeste. Ainda na análise por segmento, os destaques nordestinos e sulistas em crescimento foram os seguintes: fiação, tecelagem, acabamentos, fabricação de artefatos têxteis, fabricação de tecidos e artigos de malha e confecção de artigos do vestuário e fabricação de acessórios do vestuário. Sendo que o antepenúltimo segmento foi destaque apenas no Nordeste e o último segmento foi exclusividade do Sul.

Mesmo no período recente do aquecimento do mercado interno ocorreram reduções nas participações dos setores em análise do Sudeste. Na indústria têxtil, as pequenas empresas de fabricação de artefatos têxteis, acabamentos e fabricação de tecidos e artigos de malha foram as que mais avançaram no Nordeste, devido à influência da recuperação da renda e ampliação do crédito, e do consequente aumento do consumo das famílias menos favorecidas. Enquanto isso, as pequenas de fiação e acabamentos foram os destaques sulistas. Na indústria de confecção, a sensibilidade ao aumento do poder de compra local foi uma variável relevante para beneficiar o micro e pequeno portes no Nordeste e o médio no Sul, sendo o segmento de confecção de artigos do vestuário o destaque dessas duas regiões.

Em termos de participação nacional, o Norte e Centro-Oeste têm baixa representatividade no total de estabelecimentos e empregados. Entre os anos 1990, avançaram pouco nesses totais tanto no setor têxtil como no de confecção. Nos anos 2000, ambas as regiões seguiram a mesma trajetória, o Norte registrou ínfimo crescimento na empresa de fiação, tecelagem, fabricação de artefatos têxteis, acabamentos e fabricação de acessórios do vestuário. O crescimento do Centro-Oeste no total de unidades produtivas e contratação de mão-de-obra deveu-se ao fato de que as empresas da cadeia têxtil estão interessadas em se instalarem na região porque buscam a proximidade da produção de algodão. Os segmentos que se destacaram em crescimento no Centro-Oeste durante a década de 1990 foram: beneficiamento, fiação, acabamentos, confecção de artigos do vestuário e fabricação de acessórios do

vestuário. No segundo período (anos 2000), os segmentos que apresentaram avanço foram os seguintes: fiação, tecelagem, fabricação de artefatos têxteis, acabamentos e confecção de artigos do vestuário.

A quebra de elos da cadeia produtiva dos setores brasileiros consiste em uma das características do processo de reestruturação produtiva. No caso da cadeia têxtil, verificou-se que seu indicador de adensamento oscilou nas grandes regiões brasileiras, sendo que a maioria das regiões apresentou redução de encadeamento no setor têxtil e o inverso no setor de confecção. Durante a década de 1990, no Sudeste e Centro-Oeste, o nível desse indicador do setor têxtil diminuiu, enquanto o do setor de confecção subiu; o inverso foi constatado nas regiões Norte, Nordeste e Sul. No período subsequente (anos 2000), Nordeste e Sul recuaram no setor têxtil e progrediram em confecção; o Sudeste recuperou o seu nível de densidade reduzido no período anterior no têxtil e diminuiu em confecção; por fim, o Norte e Centro-Oeste aumentaram no têxtil e em confecção.

A baixa produtividade da cadeia têxtil está associada ao seu moderado conteúdo tecnológico. Entretanto, a produtividade da cadeia nacional vem crescendo. Esse aumento da produtividade está associado à reestruturação produtiva promovida por essas empresas com o intuito de sobreviverem e enfrentarem a concorrência chinesa. Ao longo da série estudada, os destaques regionais nos setores têxtil e confecção foram o Sul e o Sudeste, que apresentaram em grande parte dos anos as maiores produtividades, inclusive de modo crescente. Na primeira e segunda décadas analisadas, as produtividades das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste aumentaram tanto no setor têxtil como em confecção, exceto o Nordeste e Centro-Oeste que decresceram em confecção durante os anos 1990 e o Norte que diminuiu no têxtil na década seguinte.

Esse crescimento da produtividade nordestina indica melhoria nas suas condições de competitividade no cenário nacional. Ademais, embora com pouca expressão em termos absolutos, vem registrando ampliação das exportações.

Observe que o rendimento anual médio do trabalhador de todas as regiões brasileiras avançou nos setores têxtil e de confecção durante as duas décadas analisadas neste trabalho, inclusive no período do ciclo virtuoso da produção, emprego, renda, consumo e investimento. As ressalvas foram os recuos do Nordeste, do Sul e do Centro-Oeste no setor têxtil durante os anos 1990. Convém assinalar que o Sudeste apresentou remuneração anual média significativa quando confrontada às das demais regiões do país.

O Nordeste apresentou o segundo menor nível de salários anuais médios pagos na cadeia têxtil no Brasil, o que é um fator estratégico na decisão locacional dessas empresas intensivas em mão-de-obra. Outro aspecto que merece destaque é o potencial de crescimento dessa última região, já que as políticas governamentais de aumento do salário mínimo implicaram aumento do consumo das classes menos favorecidas, o que constitui o Nordeste como um nicho de investimento para a cadeia têxtil, cujo eixo de acumulação de capital é o mercado interno.

Ademais, foi constatado o elevado padrão salarial da cadeia têxtil da região Sul e mesmo assim a região consegue atrair essas indústrias. O que se pode inferir é que outros fatores explicam a expansão dessas empresas no Sul, tais como a guerra fiscal empreendida pelos Estados sulistas, incentivos creditícios concedidos na região, além do fato de estar próxima do maior centro consumidor do país.

O Ceará, polo regional, apresentou nível de encadeamento da cadeia produtiva do setor têxtil superior ao do Nordeste na maioria dos anos estudados. No setor de confecção, apresentou grau de densidade produtiva inferior ao nordestino e recuou no grau de adensamento nos anos 1990, mas seguiu trajetória positiva na década seguinte. Esse Estado registrou, ainda, os maiores níveis de produtividade da região Nordeste no segmento têxtil, ficando acima do nível nordestino durante quase todo o período analisado e variou de forma positiva no ramo têxtil na primeira década e ampliou em confecção no período seguinte (anos 2000). Em linhas gerais, esse polo teve bom desempenho no que tange aos salários médios pagos aos trabalhadores da

cadeia têxtil, com crescimento no setor de confecção nos dois períodos analisados, a despeito de ter reduzido o nível salarial têxtil nos anos 1990.

Nos últimos anos, a valorização do Real e a agressividade comercial da China vêm colocando novos desafios à cadeia têxtil brasileira. Com isso, é oportuna a criação de estratégias para superar esses desafios, a fim de evitar que parte significativa da expansão da demanda doméstica seja transferida para o exterior, através do aumento das importações de produtos têxteis e de confecção.

No médio e longo prazos, cabe adaptar para os setores têxtil e de confecção a discussão apresentada por Sarti e Hiratuka (2011), que atentam para o desafio de garantir o aproveitamento desse dinamismo do mercado interno para incentivar investimentos que possam fomentar mudanças estruturais que tornem as empresas têxteis e de confecção competitivas a ponto de enfrentar a acirrada competição externa, sobretudo dos países asiáticos.

Ao abordarem o papel da indústria na construção de um ciclo virtuoso de crescimento, Sarti e Hiratuka (2011, p. 28) argumentam que

(...) a indústria tem o desafio de acumular capacitações produtivas e tecnológicas para assegurar as condições materiais para o aumento do investimento, do consumo e das exportações. Para tanto, novos investimentos industriais deverão ampliar a capacidade de produção e inovação, modernizar plantas, diferenciar e agregar valor aos produtos, consolidar empresas líderes e grupos econômicos, integrar sistemas de produção, distribuição e comercialização e promover a internacionalização de empresas nacionais.

Pode-se dizer que a hipótese inicial deste trabalho foi ratificada, visto que a implementação de políticas estaduais de incentivos fiscais e creditícios por parte dos Estados Nordestinos, associada a outras condições vantajosas relativas a custos de produção, como o custo da mão-de-obra e condições de infraestrutura local, além da organização de cooperativas de trabalho como forma de reduzir os custos de trabalho,

beneficiou a cadeia têxtil nordestina, resultando no fenômeno da realocação produtiva de empresas dos Estados mais avançados do país, sobretudo para a região Nordeste, em que expandiu sua produção e competitividade (embora em bases espúrias) durante os anos 1990. Por outro lado, na década de 2000, o movimento dos setores têxtil e de confecção foi menos intenso, com expansão de micro e pequenas empresas no Nordeste. Esse último movimento passou a ser dependente, especialmente, do dinamismo do mercado interno dos anos 2004-2008, uma vez que a região passou a constituir oportunidades de novos nichos de investimento, com o aumento de consumo dos estratos inferiores de renda. Por esta via, a do aproveitamento do dinamismo do mercado interno brasileiro, abre-se espaço para que transformações mais virtuosas possam se verificar na cadeia têxtil nordestina.

Referências Bibliográficas

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2008). Panorama Setorial Têxtil e Confecção. Série *Cadernos da Indústria ABDI*, vol. IV. Brasília: ABDI, 334p.

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2010). Estudo prospectivo setorial: Têxtil e Confecção. Série *Cadernos da Indústria ABDI*, vol. XVIII. Brasília: ABDI, 176p.

ALMEIDA, José Wandenberg Rodrigues e DAMASCENO, Wellington Santos (2011). *Nordeste do Brasil: sinopse estatística 2011*. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 76 p.

AMARAL, Daniel Furlan (2008). *Efeitos do fim do Acordo Multifibras sobre a produção e o emprego dos setores têxtil e de vestuário no Brasil*. Piracicaba/SP: Universidade de São Paulo/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, Tânia Bacelar (1992). *Nordeste, Nordestes*. São Paulo, Teoria e Debate, n. 19, ago./set./out.

_____. (1995). *Nordeste, Nordestes, que Nordeste?* In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros (org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento (federalismo no Brasil)*. São Paulo, Fundap/Unesp, p. 125-156.

_____. (2000). *Nordeste, Nordestes: que Nordeste?* In *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.

_____. (2007). *Herança de diferenciação e futuro de fragmentação*. Aracaju, SE: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Segundo Módulo Regional Nordeste. p. 8-32.

_____. (2008). *Nordeste: ambiente para um novo Projeto de Desenvolvimento*. In: *Seminário O novo Nordeste e o Brasil*. Teresina, PI: Fundação Perseu Abramo/Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/LuisNassif/nordeste-um-novo-projeto-presentation>>.

_____. (2010). *Revista Democracia Viva*, n. 45, Rio de Janeiro: Ibase, julho, (Entrevista), p. 20-31.

ARRETCHE, Marta (1999). A federação brasileira: crise ou construção? In: *Revista Teoria & Debate*. edição 41, maio/junho/julho/99, p. 21-26.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de (1992). A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira (Orgs.). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional: ensaios em homenagem a Dilson Funaro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 25-50.

BEZERRA, Francisco Diniz e CARVALHO, Janaína Saldanha (2010). *Indicadores Socioeconômicos do Nordeste: análise comparativa inter-regional*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 110p.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil (1999). *O segmento de malharia da indústria têxtil no Nordeste*. Estudos Setoriais. ETENE/BNB. Ceará.

_____. (2010). *Indicadores Macroeconômicos Brasil e Nordeste: 2000 a 2009*. Fortaleza, CE: ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas, 88p.

_____. (2011). *Indicadores Socioeconômicos do Nordeste: análise comparativa regional 2011*. Fortaleza, CE: ETENE - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas, 91p.

CAMPOS, Antônio Carlos de e PAULA, Nilson Maciel de (2006). “A Indústria Têxtil Brasileira em um Contexto de Transformações Mundiais”. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 37, n. 4, Fortaleza.

CANO, Wilson (1988). Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico pós 1930. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. vol 2, Olinda: p.67-99.

_____. (1997). Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e Sociedade*, n. 8, p. 101-41. Campinas.

_____. (1998). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995*. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE. (30 Anos de Economia – Unicamp, 2).

_____. (2002). *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP.

_____. (2008). *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: Editora UNESP.

CANO, Wilson e SILVA, Ana Lucia Gonçalves (2010). *Política Industrial do Governo Lula*. Texto para Discussão n. 181. Campinas: IE/UNICAMP, 27p.

CASTRO, Iná Elias (2000). *Ilhas de Tecnologia no Nordeste Brasileiro e a Reinvenção da Natureza*. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, pp. 45-63.

CARDOZO, Soraia Aparecida (2010). *Guerra Fiscal no Brasil e Alterações das Estruturas Produtivas Estaduais desde os Anos 1990*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Unicamp/Instituto de Economia.

CARNEIRO, Ricardo (2002). *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE Unicamp, 424p.

CAVALCANTI, Carlos Eduardo G. e PRADO, Sérgio. *Aspectos da Guerra Fiscal no Brasil*. São Paulo/Brasília: Fundap/Ipea, 1998, 165p.

COSTA, Ana Cristina Rodrigues e ROCHA, Érico Rial Pinto (2009). Panorama da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções e a Questão da Inovação. Rio de Janeiro: *BNDES Setorial*, n. 29, p. 159-202.

COUTINHO, Luciano (1997). A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. José Olympio.

DINIZ, Clélio Campolina. (1995). *A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas*. Texto para Discussão n. 375, Brasília: IPEA, 46 p.

FALVO, Josiane Fachini (2010). *A Desigualdade Social no Nordeste Metropolitano: análise do período 1981 a 2008*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP/Instituto de Economia.

FEITOSA, Cid Olival (2007). *As transformações recentes da economia sergipana: 1970-2005*. Campinas, SP: UNICAMP/Campinas, Instituto de Economia, Dissertação de Mestrado, 237p.

FERREIRA, Sérgio Guimarães (2000). *Reforma Tributária: Guerra fiscal: competição tributária ou corrida ao fundo do tacho?* BNDES: Informe no. 4, janeiro de 2000, 6p.

FURTADO, Celso (1981). *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, 1, p. 12-19.

GARCIA, Renato (2010). Uma Análise dos Processos Recentes de Desconcentração Regional nas Indústrias Têxtil e de Calçados e a Importância dos Sistemas Locais de Produção. *Revista Econômica do Nordeste – Ren*, Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, vol. 41, n.1, p. 98-113. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em ago de 2011.

GARCIA, Renato; OLIVEIRA, Andrea e MADEIRA, Paula (2009). *Projeto PIB - Projeto Perspectivas do Investimento no Brasil: documento setorial – têxtil, vestuário e calçados*. São Paulo, SP: UFRJ/UNICAMP, 253 p.

GORINI, Ana Paula Fontenelle (2000). Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. Rio de Janeiro: *BNDES Setorial*, n. 12, p. 17-50.

GORINI, Ana Paula Fontenelle e MARTINS, Renato Francisco (1998). Novas tecnologias e organização do trabalho no setor têxtil: uma avaliação do programa de financiamento do BNDES. *Revista do BNDES*, v. 5, n. 10, p. 235-264. Rio de Janeiro.

HAGUENAUER, Lia et al. (2001). *Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90*. Texto para Discussão n. 786. IPEA. Brasília.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). *PINTEC - Pesquisa de Inovação Tecnológica 2005*. Rio de Janeiro: IBGE/Diretoria de Pesquisas, 158p. Disponível em: <<http://www.pintec.ibge.gov.br/>>. Acesso em jul. 2011.

_____. (2010). *Contas Regionais do Brasil 2004-2008*. Contas nacionais n. 32. Rio de Janeiro: IBGE, 116p.

_____. (2010). *PINTEC - Pesquisa de Inovação Tecnológica 2008*. Rio de Janeiro: IBGE/Diretoria de Pesquisas, 158p. Disponível em: <<http://www.pintec.ibge.gov.br/>>. Acesso em jul. 2011.

_____. (2011). *Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/default_resultados_preliminares.shtm>. Acesso em ago. 2011.

_____. (2011). *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: ago, 2011.

_____. *Pesquisa Industrial Anual - Empresa*. Vários anos. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: ago. 2011.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. *Ocorreu uma Desindustrialização no Brasil?* São Paulo: IEDI, 11/2005 (www.iedi.org.br), 31p.

IEMI – Instituto de Estudos e Marketing Industrial Ltda. (2006). *Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira*. Vol. 6, n. 6, São Paulo, 172p.

IPEA – Instituto de Pesquisas Economia Aplicada (1993). *O mapa da fome: subsídio à formulação de uma política de segurança alimentar*. In: PELLIANO, Anna Maria (coord.). Brasília: IPEA.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2001). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Brasília: IPEA.

LAPLANE, Mariano e SARTI, Fernando (2006). Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 299-319.

LEMO, Mauro Borges e CUNHA, Altivo R. A. Almeida (1996). Novas Aglomerações Industriais e Desenvolvimento Regional Recente no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 27, n. 4, p. 725-761.

LOPREATO, Francisco Luiz C. (2004). *A situação financeira dos Estados e a reforma tributária*. Texto para Discussão IE/Unicamp n. 115. 22p.

LUPATINI, Márcio Paschoino (2004). *As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial*. Campinas, SP: UNICAMP/Campinas, Instituto de Geociências, Dissertação de Mestrado, 152p.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Exportação e importação. Vários anos. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: jul. 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de (1997). Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da Globalização*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, pp. 279-346.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda (1987). *Industrialização e Integração Econômica do Nordeste: o caso da indústria têxtil*. Campinas, SP: UNICAMP/Instituto de Economia. Dissertação de Mestrado. 183p.

MEYER-STAMER, Jörg (2001). Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica. *Policy Paper*, n. 28, São Paulo: FES/ILDES, 25p.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa e SANTOS, Angela Maria Medeiros M. (2002). Cadeia têxtil: estruturas e estratégias no comércio exterior. Rio de Janeiro: *BNDES Setorial*, n. 15, p. 113-136.

MOTA, Fernando César de Macedo (2010). *Inserção Externa e Território: Impactos do Comércio Exterior na Dinâmica Regional e Urbana no Brasil (1989 – 2008)*. Campinas, SP: UNICAMP/Instituto de Economia. Tese de Livre Docência.

NEIT – Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (2005). *Boletim NEIT*. nº 7, Campinas, SP: UNICAMP/Instituto de Economia da, 13p.

_____. (2008). *Boletim NEIT*. nº 12, Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 19p.

_____. (2009). *Boletim NEIT*. nº 13, Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 17p.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de (1999). Federalismo e guerra fiscal. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, vol. 10, no. 2(16), pp. 110-138.

PACHECO, Carlos Américo (1996). Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional. *Economia e Sociedade*, n. 6, p. 113-40. Campinas.

_____. (1998). *A Fragmentação da Nação*. Campinas/SP, Editora Unicamp/IE.

_____. (1999). *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Texto para Discussão n. 633. IPEA. Brasília.

PRADO, Sergio (1999). “Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil”. *Economia e Sociedade*, Campinas, p. 1-40.

PROCHNIK, V. e HAGUENAUER, L. (2001). *Cadeias produtivas e oportunidade de investimentos no Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Texto para Discussão n. 453, 28 p.

SAMPAIO, Daniel Pereira (2011). *Reestruturação Produtiva Regional no Brasil: uma caracterização da indústria com base em um indicador de densidade das cadeias produtivas (1996-2007)*. Campinas, SP: UNICAMP/Instituto de Economia. Dissertação de Mestrado, 138 p.

SARTI, Fernando e HIRATUKA, Célio (2011). *Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros*. Texto para discussão n. 187, Campinas, SP: UNICAMP/Instituto de Economia, 41p.

SUZIGAN, Wilson e FURTADO, João (2006). Política industrial e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*. vol.26, no. 2, abr-jun/2006, pp.163-185.

_____ (1997). A retomada da hegemonia americana. In TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, pp. 27-53.

TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (2002) Desenvolvimento no Brasil - relembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos. *Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros*. Brasília: IPEA e CEPAL, pp. 149-184.

VIEIRA, Danilo Jorge (2009). Políticas subnacionais de desenvolvimento e “guerra fiscal”: contextos e elementos diferenciadores. *XXXVII Encontro Nacional de Economia* – Anpec, Foz do Iguaçu, PR, Dezembro de 2009, 19p.

APÊNDICE A – Estatístico

Tabela A.1 - Brasil: Total de Unidades Locais por Porte de Empresa, Segundo Seção e Divisão da Classificação de Atividades (1996-2006)

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17 Fabricação de produtos têxteis											
Total	15659	15988	16016	16333	17000	18912	19337	19606	20054	20840	21818
Micro	13599	13911	13962	14199	13690	15385	15786	16060	16180	16904	17460
Pequeno	1459	1561	1582	1649	2417	2601	2609	2588	2821	2877	3263
Médio	366	328	302	298	657	699	705	727	804	809	836
Grande	235	188	170	187	236	227	237	231	249	250	259
17.1 Beneficiamento de fibras têxteis naturais											
Total	746	743	741	740	758	816	815	835	824	849	594
Micro	605	611	621	637	601	647	641	648	619	674	468
Pequeno	122	121	111	97	136	146	155	164	167	144	106
Médio	18	10	9	6	20	22	16	21	35	28	18
Grande	1	1	0	0	1	1	3	2	3	3	2
17.2 Fiação											
Total	756	746	756	740	786	846	833	832	835	893	1156
Micro	558	578	588	574	468	519	499	517	530	584	783
Pequeno	80	78	83	83	161	166	164	147	139	145	187
Médio	52	44	43	34	90	97	103	104	99	95	116
Grande	66	46	42	49	67	64	67	64	67	69	70
17.3 Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem											
Total	1505	1538	1481	1465	1427	1557	1562	1552	1565	1602	1593
Micro	1127	1153	1127	1094	906	1000	1001	1000	987	1045	917
Pequeno	197	228	219	232	332	354	359	341	370	358	383
Médio	96	91	67	77	123	139	138	147	140	129	197
Grande	85	66	68	62	66	64	64	64	68	70	96

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17.4 Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem											
Total	1919	2018	2054	2168	2198	2387	2389	2511	2497	2591	4176
Micro	1707	1791	1830	1917	1840	2052	2049	2179	2109	2222	3620
Pequeno	157	174	175	203	282	264	258	254	301	287	499
Médio	35	31	33	30	49	49	54	49	57	55	55
Grande	20	22	16	18	27	22	28	29	30	27	2
17.5 Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros											
Total	1079	1131	1206	1294	1417	1541	1717	1934	2135	2426	3243
Micro	884	958	1009	1115	1036	1132	1285	1476	1559	1729	2407
Pequeno	153	142	158	141	272	283	299	321	402	492	626
Médio	31	26	34	33	101	117	126	130	161	192	192
Grande	11	5	5	5	8	9	7	7	13	13	18
17.6 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário - e de outros artigos têxteis											
Total	5028	5166	5258	5313	5604	6261	6510	6450	6708	7012	4923
Micro	4480	4572	4648	4669	4629	5153	5373	5299	5465	5732	3808
Pequeno	423	472	500	531	740	861	882	903	959	992	890
Médio	88	88	80	78	191	198	204	201	235	238	176
Grande	37	34	30	35	44	49	51	47	49	50	49
17.7 Fabricação de tecidos e artigos de malha											
Total	4626	4646	4520	4613	4810	5504	5511	5492	5490	5467	6133
Micro	4238	4248	4139	4193	4210	4882	4938	4941	4911	4918	5457
Pequeno	327	346	336	362	494	527	492	458	483	459	572
Médio	46	38	36	40	83	77	64	75	77	72	82
Grande	15	14	9	18	23	18	17	18	19	18	22
18 Confecção de artigos do vestuário e acessórios											
Total	62782	64966	63167	66496	68897	77955	81362	83831	87930	95534	95976
Micro	56130	57834	56075	58878	58267	66614	69467	71649	74496	81320	81298
Pequeno	5897	6453	6486	7025	9249	9873	10332	10630	11652	12313	12701
Médio	626	583	522	507	1252	1345	1443	1436	1643	1768	1849
Grande	129	96	84	86	129	123	120	116	139	133	128

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
18.1 Confecção de artigos do vestuário											
Total	59709	61682	59875	62758	64943	73343	76567	78891	82611	89808	91102
Micro	53350	54881	53100	55481	54879	62606	65311	67341	69922	76361	77140
Pequeno	5643	6156	6199	6710	8752	9335	9758	10059	10997	11657	12084
Médio	590	550	494	484	1185	1282	1381	1378	1556	1661	1753
Grande	126	95	82	83	127	120	117	113	136	129	125
18.2 Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional											
Total	3073	3284	3292	3738	3954	4612	4795	4940	5319	5726	4874
Micro	2780	2953	2975	3397	3388	4008	4156	4308	4574	4959	4158
Pequeno	254	297	287	315	497	538	574	571	655	656	617
Médio	36	33	28	23	67	63	62	58	87	107	96
Grande	3	1	2	3	2	3	3	3	3	4	3

Fonte: CEMPRE/IBGE. Elaboração Própria.

Tabela A.2 - Norte: Total de Unidades Locais por Porte de Empresa, Segundo Seção e Divisão da Classificação de Atividades (1996-2006)

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17 Fabricação de produtos têxteis											
Total	108	125	131	138	164	185	179	178	188	204	240
Micro	100	116	123	134	143	170	158	159	169	186	214
Pequeno	3	7	6	2	15	10	16	13	11	11	19
Médio	2	0	1	1	3	2	2	3	5	4	4
Grande	3	2	1	1	3	3	3	3	3	3	3
17.1 Beneficiamento de fibras têxteis naturais											
Total	14	14	15	10	12	13	14	17	18	19	7
Micro	13	12	12	9	10	12	13	14	15	17	5
Pequeno	0	2	3	1	2	1	1	2	0	0	0
Médio	1	0	0	0	0	0	0	1	3	2	2
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17.2 Fiação											
Total	-	4	6	5	12	9	7	12	10	7	17
Micro	0	4	5	5	11	6	4	9	8	7	16
Pequeno	0	0	0	0	0	2	2	2	2	0	1
Médio	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17.3 Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem											
Total	6	8	4	4	5	6	7	5	5	10	21
Micro	5	7	4	3	4	5	6	5	5	7	15
Pequeno	0	1	0	0	1	1	1	0	0	2	3
Médio	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
17.4 Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem											
Total	13	11	14	23	27	26	27	32	34	31	43
Micro	11	9	13	22	21	21	20	25	27	27	40
Pequeno	0	0	0	0	3	2	4	4	3	1	2
Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Grande	2	2	1	1	3	3	3	3	3	2	0
17.5 Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros											
Total	8	14	13	15	16	18	15	18	15	17	23
Micro	7	12	13	15	13	17	13	16	13	16	22
Pequeno	1	2	0	0	2	0	1	1	1	0	1
Médio	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17.6 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário - e de outros artigos têxteis											
Total	38	45	50	56	56	71	72	66	72	69	59
Micro	37	44	49	55	50	69	66	62	70	63	52
Pequeno	0	1	1	1	5	2	6	4	2	6	7
Médio	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Grande	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17.7 Fabricação de tecidos e artigos de malha											
Total	29	29	29	25	36	42	37	28	34	51	70
Micro	27	28	27	25	34	40	36	28	31	49	64
Pequeno	2	1	2	0	2	2	1	0	3	2	5
Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios											
Total	566	609	577	737	801	846	918	975	1191	1471	1470
Micro	543	574	552	715	734	774	833	884	1086	1362	1339
Pequeno	22	33	24	21	65	69	82	86	99	103	128
Médio	1	2	1	1	2	3	3	4	6	4	2
Grande	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1
18.1 Confeção de artigos do vestuário											
Total	543	579	541	686	750	788	855	889	1110	1363	1377
Micro	524	546	520	669	687	720	774	805	1014	1263	1255
Pequeno	19	32	21	16	62	65	78	79	90	94	119
Médio	0	1	0	1	1	3	3	4	6	4	2
Grande	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1
18.2 Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional											
Total	23	30	36	51	51	58	63	86	81	108	93
Micro	19	28	32	46	47	54	59	79	72	99	84
Pequeno	3	1	3	5	3	4	4	7	9	9	9
Médio	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CEMPRE/IBGE. Elaboração Própria.

Tabela A.3 - Nordeste: Total de Unidades Locais por Porte de Empresa, Segundo Seção e Divisão da Classificação de Atividades (1996-2006)

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17 Fabricação de produtos têxteis											
Total	1981	2017	2049	2108	2144	2311	2355	2388	2458	2644	2747
Micro	1770	1794	1801	1865	1730	1903	1941	1997	2007	2157	2223
Pequeno	140	156	187	176	275	268	279	258	295	337	375
Médio	32	33	31	32	87	92	82	83	106	103	102
Grande	39	34	30	35	52	48	53	50	50	47	47
17.1 Beneficiamento de fibras têxteis naturais											
Total	268	274	248	251	263	273	257	270	289	301	203
Micro	216	223	208	220	214	227	213	224	233	245	165
Pequeno	45	47	34	27	40	37	39	39	44	45	30
Médio	7	4	6	4	9	8	3	5	10	9	8
Grande	0	0	0	0	0	1	2	2	2	2	0
17.2 Fiação											
Total	124	131	143	138	149	161	167	165	166	175	249
Micro	86	97	110	105	89	97	104	100	103	117	179
Pequeno	17	16	18	16	23	28	29	27	24	23	26
Médio	6	8	7	6	17	20	18	21	21	18	26
Grande	15	10	8	11	20	16	16	17	18	17	18
17.3 Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem											
Total	203	225	214	218	197	206	206	202	187	194	192
Micro	169	190	175	178	146	154	159	157	147	148	121
Pequeno	14	15	20	19	22	21	16	15	15	18	30
Médio	6	5	3	5	12	13	12	12	11	11	17
Grande	14	15	16	16	17	18	19	18	14	17	24
17.4 Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem											
Total	445	464	474	488	482	512	484	519	517	545	760
Micro	419	429	442	441	420	457	436	476	464	479	680
Pequeno	15	23	29	40	50	44	42	36	41	57	74
Médio	5	6	1	4	7	7	3	3	7	4	6
Grande	6	6	2	3	5	4	3	4	5	5	0
17.5 Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros											
Total	64	85	108	132	134	141	148	182	207	233	307
Micro	54	74	84	114	96	111	120	158	159	171	220
Pequeno	9	9	17	12	27	19	18	15	30	45	74
Médio	0	2	6	5	10	11	10	9	16	17	12
Grande	1	0	1	1	1	0	0	0	2	0	1

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17.6 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário - e de outros artigos têxteis											
Total	614	577	623	635	684	753	814	795	843	914	668
Micro	583	541	562	584	560	625	668	655	683	756	541
Pequeno	27	30	55	45	94	96	108	107	120	118	96
Médio	4	5	4	3	24	26	31	27	34	36	28
Grande	0	1	2	3	6	6	7	6	6	4	3
17.7 Fabricação de tecidos e artigos de malha											
Total	263	261	239	246	235	265	279	255	249	282	368
Micro	243	240	220	223	205	232	241	227	218	241	317
Pequeno	13	16	14	17	19	23	27	19	21	31	45
Médio	4	3	4	5	8	7	5	6	7	8	5
Grande	3	2	1	1	3	3	6	3	3	2	1
18 Confecção de artigos do vestuário e acessórios											
Total	7082	8242	7706	8266	8617	9647	10216	10631	11658	13466	13922
Micro	6442	7462	6859	7406	7316	8260	8706	9073	9955	11603	11904
Pequeno	572	711	774	793	1110	1189	1303	1369	1487	1620	1786
Médio	49	51	62	54	159	171	187	171	195	225	217
Grande	19	18	11	13	32	27	20	18	21	18	15
18.1 Confecção de artigos do vestuário											
Total	6699	7774	7213	7649	7927	8849	9370	9748	10723	12420	13144
Micro	6087	7038	6414	6829	6715	7551	7969	8290	9140	10676	11224
Pequeno	548	672	728	756	1031	1109	1202	1274	1377	1514	1695
Médio	45	46	60	51	149	163	179	166	185	213	210
Grande	19	18	11	13	32	26	20	18	21	17	15
18.2 Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional											
Total	383	468	493	617	690	798	846	883	935	1046	778
Micro	355	424	445	577	601	709	737	783	815	927	680
Pequeno	24	39	46	37	79	80	101	95	110	106	91
Médio	4	5	2	3	10	8	8	5	10	12	7
Grande	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0

Fonte: CEMPRE/IBGE. Elaboração Própria.

Tabela A.4 - Sudeste: Total de Unidades Locais por Porte de Empresa, Segundo Seção e Divisão da Classificação de Atividades (1996-2006)

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17 Fabricação de produtos têxteis											
Total	8605	8782	8644	8760	9273	10289	10541	10560	10786	11059	11323
Micro	7195	7411	7348	7374	7269	8134	8370	8420	8441	8744	8806
Pequeno	983	1020	986	1075	1476	1613	1621	1567	1734	1709	1888
Médio	274	236	201	192	397	414	423	448	470	467	482
Grande	153	115	109	119	131	128	127	125	141	139	147
17.1 Beneficiamento de fibras têxteis naturais											
Total	277	250	248	254	243	266	262	263	247	243	168
Micro	216	198	201	213	185	205	195	191	174	186	124
Pequeno	51	47	46	41	51	57	61	63	61	49	39
Médio	9	4	1	0	6	4	5	9	11	7	4
Grande	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1
17.2 Fiação											
Total	463	436	433	424	449	474	443	443	437	454	570
Micro	345	335	326	319	261	289	261	274	269	284	370
Pequeno	47	51	56	58	110	107	95	84	85	85	110
Médio	35	24	24	17	48	48	54	54	49	50	54
Grande	36	26	27	30	30	30	33	31	34	35	36
17.3 Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem											
Total	1093	1095	1050	1009	971	1049	1047	1025	1051	1070	996
Micro	784	779	770	715	569	623	625	604	608	656	534
Pequeno	165	192	176	193	264	281	282	270	294	276	277
Médio	79	82	58	60	94	103	100	110	103	96	140
Grande	65	42	46	41	44	42	40	41	46	42	45
17.4 Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem											
Total	985	1035	1012	1040	1046	1090	1104	1119	1146	1183	1998
Micro	832	887	859	881	843	898	903	933	919	980	1660
Pequeno	121	124	120	131	167	156	156	144	182	166	306
Médio	25	16	27	19	25	27	37	35	37	30	31
Grande	7	8	6	9	11	9	8	7	8	7	1
17.5 Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros											
Total	672	678	665	688	764	819	908	987	1064	1187	1535
Micro	526	570	568	593	559	581	652	723	738	824	1129
Pequeno	110	87	77	78	140	164	179	184	232	248	286
Médio	27	19	18	17	61	68	73	76	87	107	108
Grande	9	2	2	0	4	6	4	4	7	8	12

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17.6 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário - e de outros artigos têxteis											
Total	2854	2921	2904	2910	3095	3458	3588	3512	3643	3778	2684
Micro	2467	2509	2512	2470	2490	2770	2883	2800	2871	2964	1980
Pequeno	295	320	315	357	459	534	551	559	601	638	568
Médio	67	67	56	58	119	125	122	123	139	143	99
Grande	25	25	21	25	27	29	32	30	32	33	37
17.7 Fabricação de tecidos e artigos de malha											
Total	2261	2367	2332	2435	2705	3133	3189	3211	3198	3144	3372
Micro	2025	2133	2112	2183	2362	2768	2851	2895	2862	2850	3009
Pequeno	194	199	196	217	285	314	297	263	279	247	302
Médio	32	24	17	21	44	39	32	41	44	34	46
Grande	10	11	7	14	14	12	9	12	13	13	15
18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios											
Total	35832	35649	34210	35289	35893	40171	41649	42720	44227	46993	47563
Micro	31435	31200	29927	30790	29897	33907	35136	36078	36914	39271	39721
Pequeno	3943	4065	3960	4174	5268	5509	5713	5861	6413	6758	6843
Médio	389	342	284	285	676	707	747	732	837	903	938
Grande	65	42	39	40	52	48	53	49	63	61	61
18.1 Confeção de artigos do vestuário											
Total	34058	33839	32424	33366	33965	37949	39403	40449	41819	44581	45422
Micro	29860	29599	28332	29075	28276	32009	33215	34134	34878	37236	37921
Pequeno	3768	3874	3786	3983	5003	5225	5424	5570	6087	6432	6552
Médio	367	325	269	270	635	669	714	699	794	855	890
Grande	63	41	37	38	51	46	50	46	60	58	59
18.2 Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional											
Total	1774	1810	1786	1923	1928	2222	2246	2271	2408	2412	2141
Micro	1575	1601	1595	1715	1621	1898	1921	1944	2036	2035	1800
Pequeno	175	191	174	191	265	284	289	291	326	326	291
Médio	22	17	15	15	41	38	33	33	43	48	48
Grande	2	1	2	2	1	2	3	3	3	3	2

Fonte: CEMPRE/IBGE. Elaboração Própria.

Tabela A.5 - Sul: Total de Unidades Locais por Porte de Empresa, Segundo Seção e Divisão da Classificação de Atividades (1996-2006)

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17 Fabricação de produtos têxteis											
Total	4555	4627	4689	4798	4888	5519	5598	5786	5913	6191	6674
Micro	4162	4208	4241	4359	4113	4681	4756	4905	4970	5178	5505
Pequeno	299	330	354	338	567	613	605	652	684	738	884
Médio	55	54	64	69	158	177	184	178	207	222	228
Grande	39	35	30	32	50	48	53	51	52	53	57
17.1 Beneficiamento de fibras têxteis naturais											
Total	136	151	140	115	121	132	136	135	111	131	91
Micro	116	134	128	107	105	110	110	111	86	108	71
Pequeno	19	15	11	6	13	16	20	19	18	15	15
Médio	1	2	1	2	3	6	6	5	7	8	4
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
17.2 Fiação											
Total	160	163	165	162	163	189	197	195	203	237	273
Micro	121	133	140	136	96	117	115	121	136	160	180
Pequeno	16	10	8	9	28	28	38	34	27	36	45
Médio	9	10	10	9	22	26	26	24	25	26	33
Grande	14	10	7	8	17	18	18	16	15	15	15
17.3 Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem											
Total	193	202	204	223	241	278	281	297	297	303	345
Micro	160	171	171	190	178	203	196	218	209	216	224
Pequeno	17	19	23	17	44	51	57	53	59	61	68
Médio	10	4	4	11	14	20	23	21	23	19	33
Grande	6	8	6	5	5	4	5	5	6	7	20
17.4 Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem											
Total	438	475	503	561	584	694	697	744	708	738	1202
Micro	409	438	469	523	506	621	620	659	621	652	1093
Pequeno	19	22	22	26	53	52	50	60	63	56	95
Médio	5	9	5	7	17	15	14	10	10	18	13
Grande	5	6	7	5	8	6	13	15	14	12	1
17.5 Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros											
Total	317	338	397	423	461	522	598	695	783	920	1251
Micro	280	290	324	358	335	391	460	533	588	661	932
Pequeno	32	41	61	50	94	92	93	115	134	190	244
Médio	4	5	10	11	29	36	42	44	57	65	70
Grande	1	2	2	4	3	3	3	3	4	4	5

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17.6 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário - e de outros artigos têxteis											
Total	1301	1384	1442	1474	1553	1715	1760	1793	1870	1945	1302
Micro	1193	1264	1307	1345	1341	1459	1514	1533	1593	1671	1042
Pequeno	81	99	109	105	157	197	186	202	208	206	206
Médio	16	13	19	17	44	45	48	48	59	56	45
Grande	11	8	7	7	11	14	12	10	10	12	9
17.7 Fabricação de tecidos e artigos de malha											
Total	2010	1914	1838	1840	1765	1989	1929	1927	1941	1917	2210
Micro	1883	1778	1702	1700	1552	1780	1741	1730	1737	1710	1963
Pequeno	115	124	120	125	178	177	161	169	175	174	211
Médio	10	11	15	12	29	29	25	26	26	30	30
Grande	2	1	1	3	6	3	2	2	3	3	6
18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios											
Total	15932	16898	17037	18322	19179	21948	22931	23682	24621	26792	26224
Micro	14638	15392	15489	16519	16531	19007	19843	20517	21117	23086	22354
Pequeno	1085	1308	1366	1625	2238	2493	2598	2659	2915	3084	3197
Médio	164	163	149	145	365	401	444	458	537	572	625
Grande	45	35	33	33	45	47	46	48	52	50	48
18.1 Confeção de artigos do vestuário											
Total	15185	16107	16247	17388	18150	20754	21639	22330	23085	25037	24709
Micro	13948	14670	14766	15664	15652	17980	18725	19332	19793	21570	21088
Pequeno	1038	1249	1309	1551	2104	2342	2445	2512	2735	2891	2990
Médio	155	153	139	141	350	385	423	438	505	526	584
Grande	44	35	33	32	44	47	46	48	52	50	47
18.2 Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional											
Total	747	791	790	934	1029	1194	1292	1352	1536	1755	1515
Micro	690	722	723	855	879	1027	1118	1185	1324	1516	1266
Pequeno	47	59	57	74	134	151	153	147	180	193	207
Médio	9	10	10	4	15	16	21	20	32	46	41
Grande	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1

Fonte: CEMPRE/IBGE. Elaboração Própria.

**Tabela A.6 - Centro-Oeste: Total de Unidades Locais por Porte de Empresa,
Segundo Seção e Divisão da Classificação de Atividades (1996-2006)**

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17 Fabricação de produtos têxteis											
Total	410	437	503	529	531	608	664	694	709	742	834
Micro	372	382	449	467	435	497	561	579	593	639	712
Pequeno	34	48	49	58	84	97	88	98	97	82	97
Médio	3	5	5	4	12	14	14	15	16	13	20
Grande	1	2	0	0	0	0	1	2	3	8	5
17.1 Beneficiamento de fibras têxteis naturais											
Total	51	54	90	110	119	132	146	150	159	155	125
Micro	44	44	72	88	87	93	110	108	111	118	103
Pequeno	7	10	17	22	30	35	34	41	44	35	22
Médio	0	0	1	0	2	4	2	1	4	2	0
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17.2 Fiação											
Total	9	12	9	11	13	13	19	17	19	20	47
Micro	6	9	7	9	11	10	15	13	14	16	38
Pequeno	0	1	1	0	0	1	0	0	1	1	5
Médio	2	2	1	2	2	2	4	4	4	1	3
Grande	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
17.3 Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem											
Total	10	8	9	11	13	18	21	23	25	25	39
Micro	9	6	7	8	9	15	15	16	18	18	23
Pequeno	1	1	0	3	1	0	3	3	2	1	5
Médio	0	0	2	0	3	3	3	4	3	3	7
Grande	0	1	0	0	0	0	0	0	2	3	4
17.4 Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem											
Total	38	33	51	56	59	65	77	97	92	94	173
Micro	36	28	47	50	50	55	70	86	78	84	147
Pequeno	2	5	4	6	9	10	6	10	12	7	22
Médio	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	4
Grande	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
17.5 Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros											
Total	18	16	23	36	42	41	48	52	66	69	127
Micro	17	12	20	35	33	32	40	46	61	57	104
Pequeno	1	3	3	1	9	8	8	6	5	9	21
Médio	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	2
Grande	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
17.6 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário - e de outros artigos têxteis											
Total	221	239	239	238	216	264	276	284	280	306	210
Micro	200	214	218	215	188	230	242	249	248	278	193
Pequeno	20	22	20	23	25	32	31	31	28	24	13
Médio	1	3	1	0	3	2	3	3	3	3	4
Grande	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0
17.7 Fabricação de tecidos e artigos de malha											
Total	63	75	82	67	69	75	77	71	68	73	113
Micro	60	69	78	62	57	62	69	61	63	68	104
Pequeno	3	6	4	3	10	11	6	7	5	5	9
Médio	0	0	0	2	2	2	2	2	0	0	0
Grande	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
18 Confeção de artigos do vestuário e acessórios											
Total	3370	3568	3637	3882	4407	5343	5648	5823	6233	6812	6797
Micro	3072	3206	3248	3448	3789	4666	4949	5097	5424	5998	5980
Pequeno	275	336	362	412	568	613	636	655	738	748	747
Médio	23	25	26	22	50	63	62	71	68	64	67
Grande	0	1	1	0	0	1	1	0	3	2	3
18.1 Confeção de artigos do vestuário											
Total	3224	3383	3450	3669	4151	5003	5300	5475	5874	6407	6450
Micro	2931	3028	3068	3244	3549	4346	4628	4780	5097	5616	5652
Pequeno	270	329	355	404	552	594	609	624	708	726	728
Médio	23	25	26	21	50	62	62	71	66	63	67
Grande	0	1	1	0	0	1	1	0	3	2	3
18.2 Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional											
Total	146	185	187	213	256	340	348	348	359	405	347
Micro	141	178	180	204	240	320	321	317	327	382	328
Pequeno	5	7	7	8	16	19	27	31	30	22	19
Médio	0	0	0	1	0	1	0	0	2	1	0
Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CEMPRE/IBGE. Elaboração Própria.

Tabela A.7 – Brasil e Regiões: Total de Pessoal Ocupado, por Porte e Setor (1996-2006)

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
BRASIL												NORTE										
Têxtil												Têxtil										
Total	248899	213506	199331	215012	294517	305504	307439	306320	334442	333795	346949	1930	1395	1096	995	2376	2228	2502	2655	2793	3239	2933
Micro	28201	29366	29038	29635	32760	35709	37029	36736	37320	38207	40127	192	203	199	277	360	374	326	333	348	345	415
Pequeno	28276	29399	30307	31126	49623	52903	52950	52706	57978	58958	66836	36	73	59	0	229	179	214	178	174	212	409
Médio	43643	35711	33449	32205	71693	76990	75671	77328	83914	85044	86588	0	0	0	0	X	X	X	406	323	291	203
Grande	148779	119030	106537	122046	140441	139902	141789	139550	155230	151586	153398	X	X	0	0	X	X	X	X	X	X	X
Confecção												Confecção										
Total	377138	366801	345000	359456	513620	545080	565226	571400	619898	659531	675744	1361	1815	1477	1789	2774	2950	3374	3857	4102	5103	5288
Micro	129973	134759	129736	133642	139342	153480	162125	164565	167954	177623	179483	933	1093	995	1219	1346	1380	1598	1723	1787	2171	2183
Pequeno	108701	117461	118299	128560	184864	196335	206021	210475	230913	244618	252218	334	524	361	333	1212	1271	1449	1532	1693	1927	2448
Médio	59751	55509	48960	47922	113387	120673	127910	131564	145746	159036	166646	0	0	0	0	X	X	X	207	276	165	0
Grande	78713	59072	48005	49332	76027	74592	69170	64796	75285	78254	77397	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NORDESTE												SUDESTE										
Têxtil												Têxtil										
Total	36834	31270	27642	33126	49233	50062	52460	51808	57632	55861	56032	155877	132323	123181	131282	168402	174646	170613	168966	185116	182220	189704
Micro	3205	3258	3248	3353	3545	3831	4002	4060	4065	4318	4698	15822	16430	16123	16241	18125	19831	20391	20002	20168	20603	21039
Pequeno*	2859	2972	3669	3431	5623	5499	5622	5317	6036	6920	7717	19031	19225	18682	20389	30955	33058	33425	32107	36079	35887	39269
Médio*	3460	3719	2993	3155	8765	10146	9060	9454	10975	11367	11313	33055	26263	23115	21077	44669	46541	46325	47507	49604	49223	49533
Grande*	27310	21321	17732	23187	31300	30586	33776	32977	36556	33256	32304	87969	70405	65261	73575	74653	75216	70472	69350	79265	76507	79863

Continua...

Continuação...

Porte	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Confecção												Confecção										
Total	46199	47130	42450	44228	80409	82496	82380	79481	86927	94779	97266	223814	208934	194347	197781	265705	276954	287454	291482	315424	334133	341536
Micro	13223	14765	14170	15247	16036	17484	19079	19737	21050	23010	23723	79285	78817	74482	75023	76242	82922	86447	87297	88289	91906	92903
Pequeno*	10598	12999	14626	14822	22524	23848	26594	27516	29704	32399	35649	72127	73241	71212	74981	103978	108427	112501	114578	125485	132029	134302
Médio*	5283	4645	5971	4706	15386	15548	16750	15866	17496	20141	19606	36528	32635	27024	26769	59038	62132	63935	66217	73635	81338	84057
Grande*	17095	14721	7683	9453	26463	25616	19957	16362	18677	19229	18288	35874	24241	21629	21008	26447	23473	24571	23390	28015	28860	30274
SUL												CENTRO-OESTE										
Têxtil												Têxtil										
Total	51240	45247	44992	47046	70505	74173	76927	77101	82680	85615	90729	3018	3271	2420	2563	4001	4395	4937	5790	6221	6860	7551
Micro	8187	8657	8532	8771	9665	10520	10944	10927	11290	11367	12390	795	818	936	993	1065	1153	1366	1414	1449	1574	1585
Pequeno*	5737	6174	6896	6253	11159	12282	11904	13120	13819	14529	17719	613	919	959	1022	1634	1855	1725	1914	1836	1381	1722
Médio*	6646	5281	6689	7346	16544	18691	18459	18004	20951	22810	23016	0	212	183	0	1302	1387	1591	1957	1889	1353	2390
Grande*	30670	25135	22875	24676	33137	32680	35620	35050	36620	36909	37604	0	0	0	0	0	0	0	0	1047	2013	1854
Confecção												Confecção										
Total	91973	93432	90343	98607	140204	154871	162883	166680	181098	192166	197721	13791	15490	16383	17051	24528	27809	29135	29900	32347	33350	33933
Micro	29718	32833	32734	34619	36590	41013	43495	43977	44702	47620	47702	6814	7251	7355	7534	9128	10681	11506	11831	12126	12916	12972
Pequeno*	20527	24691	25485	30871	46128	51247	53367	54749	60114	64010	65883	5084	5929	6546	7477	11022	11542	12110	12100	13917	14253	13936
Médio*	15984	16149	13776	14246	34369	37360	41636	43183	48705	51704	56813	1893	1959	2137	2040	4378	5334	5262	5969	5288	5587	5895
Grande*	25744	19759	18348	18871	23117	25251	24385	24771	27577	28832	27323	0	0	0	0	0	0	0	0	1016	0	0

Fonte: CEMP/IBGE. Elaboração Própria.

Nota: (*) Nesta soma há valores com menos de três informantes, por isso existem valores desidentificados.